

M5 ANOS MOVIMENTO

Cinco anos contra a opressão

"Rachas" paralisam a UNE

A diretoria da entidade nacional dos estudantes está dividida

P. 12 e 13



Raimundo Ferreira Lima, o "Gringo", assassinado no Pará

A morte de Gringo, um líder camponês

P. 11

O Brasil próximo da recessão econômica

Por Duarte Pereira, P. 9

O Congresso sob a mira do Exército

P. 2 e 3



Deputado CHICO PINTO

Ameaçado juntamente com o deputado João Cunha porque criticou os militares

Conselho de Direção

Aguinaldo Silva, Alvaro Antonio Caropreso, Antonio Carlos Ferreira, Antonio Carlos Moura, Antonio Carlos Queiroz, Antonio Neto, Armando Sartori, Benedito Cintra, Celia Regina de Souza, Chico Pinto, Clovis Moura, Eduardo M. Suplicy, Elias Andreato, Fernando Peixoto, Flávio Carvalho, Flávio Diegues, Jaime Leão, Jaime Sautchuck, Jair Borin, José Crisostomo de Souza, José Tadeu Arantes, Kurt Mirow, Luiz Bernardes, Luiz Carlos Antero, Luiz Felipe Novaes, Marcio Bueno, Marcos Gomes, Maria Amélia Telles, Maria Elena Pereira, Maria Leonor Viana, Maurício Azedo, Murilo Carvalho, Paulo Barbosa, Perseu Abramo, Raimundo Rodrigues Pereira, Raimundo Teodoro de Oliveira, Renato Godinho, Roldão de Oliveira, Samuel Rodrigues, Sergio Buarque Gusmão, Sonia Rodrigues e Teodomiro Braga.

Conselho Editorial de Movimento

Alencar Furtado, André Foster, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Vilas Boas, Hermilo Borba Filho (1912-19-6)

Diretor Responsável

Antonio Carlos Ferreira

Editor

Raimundo Rodrigues Pereira

Movimento é uma publicação de Edição S.A. — Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo, Brasil. Telefones: 210 6622 e 210 6 44. Belo Horizonte: Av. Amazonas, 135, sala 509. Edifício Codo Minas, tel. 224 605. Salvador: Rua Caetano Moura, 16, tel. 245 2861. Federação Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 5/5, tel. 65 5115. Composto e impresso nas oficinas da Cia Editora Jorues, Rua Gastão da Cunha, 49, tel. 531 8900, São Paulo. Material Internacional via Varig.

SERVICOS INTERNACIONAIS

Le Monde

O PT e a Constituinte

Na sua Convenção Nacional no penúltimo domingo, o Partido dos Trabalhadores decidiu não incluir, por enquanto, em seu programa político, a defesa da Constituinte. Isso não quer dizer que o PT não venha, brevemente, a adotar esta bandeira política. Muitos delegados defenderam na Convenção, inclusive, que este debate deve ser aberto dentro do Partido, imediatamente.

De qualquer forma, no entanto, é uma decisão equivocada: vai dificultar a ação do PT na luta contra a ditadura.

Na Convenção, a Constituinte foi refutada de várias formas: 1) o partido não a tinha debatido o suficiente; 2) na correlação de forças atual, uma Constituinte não garantiria os direitos dos trabalhadores; 3) a tarefa principal do momento é formar o partido; 4) o trabalhador não está preocupado com questões abstratas, virá com propostas "muito mais concretas e revolucionárias".

Contra-argumentos para cada caso: 1) se o Partido discutiu até agora exaustivamente a proposta de "governo dos trabalhadores", por que não discutir a da Constituinte, que é também uma proposta de poder? Além do mais, dentro da oposição brasileira, nos últimos anos, essa questão foi amplamente debatida. 2) Ao se lutar pela Anistia porventura se exigiu que os direitos dos trabalhadores fossem previamente garantidos? A despeito disso, mesmo os resultados da anistia tendo sido parciais, o saldo não foi positivo? 3) O partido se forma em cima das discussões políticas mais candentes; ao discutir a Constituinte os trabalhadores irão discutir a questão central do país hoje que é a de substituir o regime militar por um regime democrático; aí então perceberão a necessidade de organizar-se para formar um partido; 4) Ao encampar toda uma série de bandeiras políticas o PT encampou, é claro, uma luta por liberdades democráticas formais, abstratas, portanto. Não adianta vender ao trabalhador a ideia de que o importante, o mais radical, é pedir pão, por exemplo; para pedir pão, o trabalhador tem de organizar-se, manifestar-se, reunir-se, — e, portanto, lutar por liberdades políticas. E, nesse sentido, a Constituinte é simplesmente a bandeira política mais radical já que, para ser efetivamente livre e soberana só poderia ser convocada no clima das mais amplas liberdades e garantias políticas.

Raimundo Rodrigues Pereira

Os generais e o Congresso

Irresponsáveis e cínicos, porque acangados aos privilégios, atrelados à corrupção, garroteados pelos compromissos escusos, controlados pelos poderosos não têm outras explicações senão a mentira, a violência, explosões de autoritarismo e o espetáculo apalhafado de meia dúzia de generais, que os sustentam desfilando impaciências e medalhas de honra ao mérito e de primeira comunhão, como se esse esbravejar pudesse mudar o curso da História passada e futura, garantindo a perenização ao regime de pilhagem do Tesouro Nacional e infelicidade da nação". (...) "Penso, ainda, todavia, que Figueiredo não se manterá no cargo de gerente do regime, se não der ordem unida para meia dúzia de seus generais, que, heróis cansados, buscam o campo de guerra para exercitar velhas lições guerreiras, não importando nisso tudo que o território seja o da Pátria e os inimigos a população brasileira". (Deputado João Cunha, 28 de abril)

"Reprimir operários, reprimir parlamentares, como o faz agora com o deputado João Cunha, um dos mais brilhantes senão o mais brilhante deputado nessa legislatura e que se vê ameaçado no cumprimento do seu dever de alertar a nação contra o avanço da corrupção e que, em determinado instante, denunciou, e nós subscrevemos, que meia dúzia de pessoas, militares ou não, condecoraram-se mutuamente com medalhas de bom comportamento ou de primeira comunhão, mas que, na verdade, não passam de coveiros da liberdade, assassinos da causa popular e aproveitadores dos recursos públicos". (Deputado Chico Pinto, 2 de junho)

se se aceitar este princípio absurdo de que os militares são inatacáveis e impunes.

Vê-se o caso por outro ângulo. Com o objetivo de conseguir o adiamento das eleições deste ano, o governo está prometendo ao presidente da Câmara, Flávio Márcilio, a aprovação negociada de sua emenda que restabelece as "prerrogativas do Congresso". Negocia também, com o Partido Popular de Tancredo Neves, Chagas Freitas e Setúbal, a garantia das eleições para governador em 1982 sem sublegenda (o que viabilizaria o PP pois permitiria que explorasse as dissidências governistas). Finalmente, barganha com muitos setores liberais uma reformulação mais ampla da Constituição em 1982 e que poderia desembocar, inclusive, numa Constituinte.

Ora, os limites que se tenta impor à ação dos deputados Cunha e Pinto se forem aceitos são, obviamente, os mesmos que teriam todos os congressistas, todos os governadores, todos os constituintes. E com isso não haveria Congresso independente, Estados autônomos nem Constituição com democracia. O deputado Flávio Márcilio não está dizendo que luta exatamente para que "os deputados e senadores sejam invioláveis, no exercício de seus mandatos, por opiniões, palavras e votos"? Ou os militares estariam fora do alcance do Legislativo? As eleições diretas nos Estados não deverão garantir a autonomia das regiões? Ou os generais acumularão papéis de governadores em todas as ocasiões críticas? E uma Constituição minimamente democrática não deve garantir que todos sejam iguais perante a lei? Ou os de farda devem continuar sendo mais iguais que os outros?

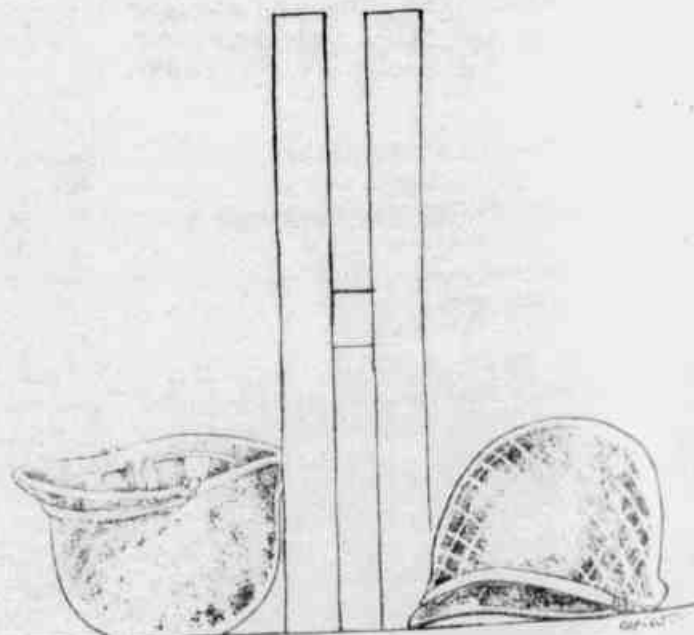
Os processos que o regime militar começa a mover contra os deputados João Cunha e Chico Pinto, e que podem estender-se a outros parlamentares, fazem parte do esforço atual dos generais para estabelecer os limites do seu processo de abertura política restrita. Visam sacramentar que os generais são intocáveis, a despeito de quaisquer crimes de violência, tortura, corrupção e entreguismo. Tentam intimidar os parlamentares para impedi-los de tocar neste nervo exposto do regime. E buscam criar entre os opositores mais vacilantes a ideia de que protestar e bater-se contra esses limites é ação de "radicais" e inconseqüência política.

Os defensores do regime tentam aproveitar-se do fato de o deputado João Cunha ser um orador empolgado, cujas imagens, às vezes, superam a sua habilidade política. O deputado Chico Pinto, no entanto, ao endossar as palavras de seu colega, resumiu-as de forma precisa: meia dúzia de generais e poderosos, trocam-se medalhas de mérito mas, de fato, não passam de coveiros da liberdade, assassinos da causa popular e aproveitadores dos recursos públicos.

O próprio Cunha resumiu no final de seu discurso do dia 28 que o sentido exato de suas palavras é de protesto contra a extrema repressão ao movimento grevista de São Bernardo e Diadema:

"São Bernardo do Campo transformou-se na praça de guerra dos valores em que acreditamos, reunindo, singularmente, de um lado a resistência serena e confiante do povo e, do outro, todo o instrumento bélico e repressivo do regime. De um lado, a razão; de outro, a força bruta e insensata. De um lado, a espada; de outro, o esforço incansável do espírito humano contra a brutalidade. Resta agora saber o que prevalecerá neste mar de insensatez, traições, misérias e sofrimentos acumulados por 16 anos de ditadura. Caminhemos".

A oposição democrática mais conseqüente não pode deixar, portanto, de apoiar, sem vacilações e com toda a habilidade necessária, tanto a defesa dos mandatos desses parlamentares como o conteúdo essencial da denúncia política que fizeram. Não haverá um regime democrático em nosso país



Carapuça sob medida

Afinal, existe ou não pelo menos uma meia dúzia de militares e civis corruptos no Brasil???????

Quando os deputados Chico Pinto e J.G. de Araújo Jorge se encontraram na porta do plenário da Câmara Federal, na segunda-feira da semana passada, deu-se o primeiro sinal de mau agouro. Seis anos antes, os dois haviam se encontrado no mesmo local:

— Sobre o que você vai falar?

— Sobre Pinochet, respondeu Chico.

— Eu também, emendou J.G.

Por causa do discurso feito nesse dia, em 1974, Chico perdeu um mandato.

Nesta segunda o encontro foi repetido: ambos iam falar em defesa do deputado João Cunha, denunciado horas antes pelo procurador geral da República por ofensas ao presidente da República e a setores das Forças Armadas. Chico lembrou-se de 1974 e comentou: "Epa, esse é mau sinal".

E era mesmo. Há vários dias aves agourentas vindas do Palácio do Planalto sobrevoavam o Congresso, ameaçadoramente, irritadas, ao que tudo indica, pelo fato de alguns parlamentares estarem cometendo a ousadia de usar suas imunidades parlamentares. E o que é pior, colocando-as a serviço de causas populares, como na greve do ABC...

O procurador geral da República Firmino Ferreira Paz foi a primeira dessas aves soturnas da segunda-feira. Ele formalizou junto ao Supremo Tribunal Federal a denúncia contra o deputado João Cunha, processando-o com base no artigo 32 da Constituição — que dispensa licença da Câmara para enqua-

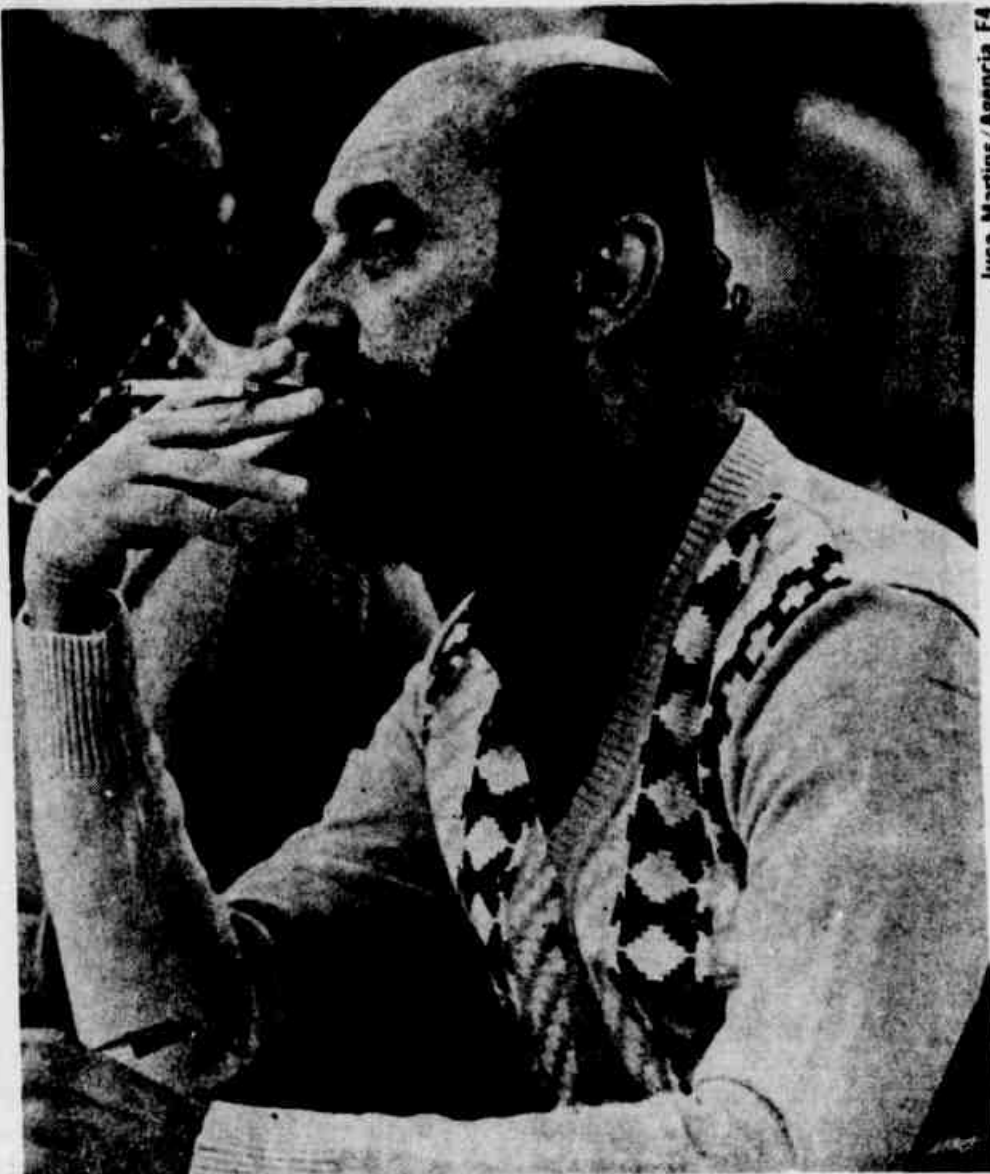
dramento do réu — que pode render uma pena de dois a sete anos.

PRIMEIRA COMUNHÃO

Em Brasília, pouca gente duvida que João Cunha não seja condenado, tanto por seu ousado discurso do dia 28 de abril, veja trechos na página ao lado, como para servir de exemplo intimidatório aos parlamentares que acompanharam de perto a greve do ABC, evitando que a violência policial fosse maior e mais indiscriminada. Em todos os dois casos uma instituição tornou-se o alvo das aves iradas do Planalto: a imunidade parlamentar, que, aliás, já fora sobejamente desrespeitada no ABC, quando parlamentares foram atingidos até fisicamente.

Nessa segunda-feira, o discurso de Chico Pinto, como fora também o discurso de João Cunha, se referia a uma greve (dos trabalhadores rurais de Barra do Choça, sertão baiano), e apenas de passagem oferecia a quem quisesse vestir, a carapuça da ignomínia: "nós subscrevemos" — disse Chico Pinto no trecho posteriormente suprimido pela mesa da Câmara — "que meia dúzia de pessoas, militares ou não, condecoraram-se mutuamente, com medalhas de bom comportamento ou de primeira comunhão, mas que na verdade não passam de coveiros da liberdade, assassinos da causa popular e aproveitadores dos recursos públicos".

Era uma repetição das palavras-carapuça do discurso de João Cunha. Criou-se, por-



Chico Pinto: aves agourentas contra o Congresso

tanto, novo impasse para o regime: usar ou não o precedente João Cunha para casar Chico Pinto, depois J.G., desgastando a imagem da abertura Figueiredo? Há sempre o risco de novas solidariedades e novos atritos entre o Executivo e Legislativo podem se multiplicar como numa reação em cadeia. Afinal o regime agora tem de pagar um preço político mais alto para acionar suas salvaguardas, o que não acontecia com o AI-5.

NEM MEIA DÚZIA?

A reação ao discurso de Chico Pinto foi instantânea por

parte da liderança do PDS, que estava sendo ocupada pelo baiano Afrísio Vieira Lima. Ele defendeu com veemência os militares e mais tarde confidenciaria ao vice-líder do PMDB, Odacir Klein, que aquele discurso estava causando "profundo mal estar" em diversas áreas do governo. Mas Chico Pinto não concordou com o pedido da mesa da Câmara, para que fosse suprimido o trecho considerado ofensivo de seu discurso. Afinal, os militares formam algum tipo de casta intocável?

Ou pior ainda: será que alguém acredita, de boa fé, que não exista pelo menos meia dúzia de pessoas desonestas em todo o Brasil?

Mas as ameaças e intimidações não fariam baixar a temperatura do Congresso. No dia seguinte, terça-feira, seria a vez dos deputados Freitas Diniz (PT/MA) Luiz Cechinel (PT/SC) e do goiano Iram Saraiva, que pronunciou um violento libelo contra a repressão policial em Goiânia, durante a inauguração da exposição agropecuária do Estado de Goiás, onde haviam comparecido Figueiredo e o ditador paraguaio Alfredo Stroessner. O ato público de recepção aos dois militares governantes foi violentamente dissolvido, o que levou o deputado Iram Saraiva a acusar o governador do Estado, Ary Valado, de ser "ardoroso defensor de um processo nazi-fascista aqui na América" e de ser um "baulador de ditadores". Disse ainda Saraiva: "para o glorioso encontro Figueiredo e Stroessner não poderia faltar, como de fato não faltou, um banquete em que fosse servido o prato predileto das ditaduras, que é a violência".

TRABALHO SUJO

Mas muitos parlamentares parecem ainda não ter entendido que o regime não quer cabeças isoladas: quer, como é óbvio, atacar a instituição do Congresso e suas imunidades. Alguns até mesmo se dispõem a fazer o trabalho sujo para poupar o regime, como é o caso do líder do PDS Nelson Marchezan: ele acha que "os pronunciamentos (dos últimos dias) não combinam com o atual momento da abertura política" e ameaça punir regimentalmente os parlamentares que ele chama de "kamikazes".

Em vez do vôo de kamikazes, o que se viu foi mais uma revoada de aves agourentas: dessa vez saiu uma do gabinete do sinistro general Medeiros, do SNI, para ir pousar na sala do cordato ministro Abi Ackel, com um "aviso ministerial" pedindo medidas punitivas contra Chico Pinto.

Ao contrário do falecido ministro Portella, que tentava alguma negociação, o sucessor Abi Ackel se limitou a reunir a imprensa e distribuir a notícia. E outro vôo inexplicável aconteceu: o do deputado Ulysses Guimarães, que de repente se lembrou de compromissos anteriores em São Paulo, fazendo com que o senador Teotônio Vilella tivesse de assumir o comando do partido nessa situação difícil. "Só há uma opção" — diria Teotônio — "ou caminhamos para o fechamento ou nos arriscamos numa luta pela Constituinte". E se decidiu, entre outras coisas, uma campanha de preservação das imunidades parlamentares.

LEGALIDADE FACCIOSA

Nos dias seguintes a apreensão se tornaria mais generalizada, ao ponto de o diário *O Estado de S. Paulo* criticar a "legalidade do sr. Firmino Ferreira da Paz, a mais facciosa das legalidades que conhecemos nos últimos tempos". Apenas o longo fim de semana seria efetivo no esfriamento do Congresso; mas um saldo de atividade pode ser retomado nesta semana, quando a oposição voltar a se reunir — e já há um plano bem concreto para exorcizar as aves agourentas de Brasília: a ressurreição dos planos de fusão das oposições, que têm no senador Teotônio Vilella um dos principais articuladores (veja matéria na página 5). *Antônio Carlos Queiroz e Flávio Carvalho.*

Há cinco anos Chico Pinto vem colaborando com Movimento, de cujo Conselho de Direção faz parte. Na página seguinte, um artigo exclusivo do deputado escrito antes do pedido de processo feito pelo chefe do SNI.

Um incômodo para o regime

Há 16 anos, 170 soldados comandados por um major, um capitão e um sargento invadiram a principal cidade do interior da Bahia, Feira de Santana, e prenderam seu ex-prefeito, eleito pelo extinto Partido Social Democrático — PSD. Todo esse aparato, segundo os militares, se justificava pela alta periculosidade do ex-prefeito, cassado um mês antes, sob acusação de que ele pretendia resistir ao golpe militar do 1º de abril de 1964.

O advogado trabalhista Francisco Pinto dos Santos, então com 35 anos, acabou ficando 60 dias na cadeia, incomunicável, depois confinado oito meses em Salvador, sendo constantemente interrogado, só sendo absolvido da acusação de crime contra a segurança nacional seis anos depois. Sua estrela começa então a brilhar no Congresso Federal e dentro do MDB, tornando-se um dos responsáveis pela criação do chamado "grupo autêntico". Junto com Jarbas Vasconcelos ele lança em 1971 a tese da convocação de uma Assembleia Constituinte, que foi incorporada na "Carta de Recife".

Em 1974 ele voltaria a incomodar a ditadura e seus aliados, ao chamar de fascista o inominável general Pinochet, o que lhe valeu um processo de difamação e uma condenação a seis meses de prisão. Com isso

ficou impedido de candidatar-se às eleições de novembro de 1974.

Mas ele não se afastou da política. Fundou um centro de pesquisa, o Cecap, e passou a escrever semanalmente para Movimento.

Ele defendeu também calorosamente a candidatura alternativa do general Euler Bentes Monteiro à presidência da República, o que foi aproveitado pela "gang do Planalto" para incompatibilizar Euler com as Forças Armadas. Com seus direitos políticos restituídos, ele volta a concorrer à Câmara Federal, mas o regime ainda tenta barrar seu caminho: o ex-embaixador brasileiro na França, Delfim Netto, se julga ofendido ao ser denunciado por Chico Pinto como corrupto. Eleito com a espantosa soma de 118 mil votos, Chico Pinto torna-se imune, pois a Câmara nega dois pedidos para processá-lo. O caso só não foi adiante por que o MDB temeu convocar o general Sílvio Frota para depor (como ministro do Exército, Frota tivera conhecimento do chamado "Relatório Saraiva", feito pelo adido militar da embaixada e base das denúncias de Pinto contra Delfim).

Com a reformulação partidária, Chico Pinto reassumiria a organização de um grupo de vanguarda parlamentar, dentro do PMDB — a Tendência Popular — que teria importante papel na depuração dos elementos mais reacionários do partido.

A Trilateral, a Política Brasileira e o Imperialismo

CHICO PINTO

Após tantos anos de repressão, que saturou a sociedade brasileira, e diante do avanço semi-organizado das forças populares, ainda há risco de retrocesso no país?

A análise da conjuntura de uma nação dependente será incompleta e poderá conduzir a conclusões falsas se não se levar em conta o componente internacional. Os mais completos dados da realidade de um país, por si mesmos, são insuficientes para se fazer projeção do futuro. Uma análise integral e profunda, de um determinado momento histórico em qualquer Estado, implica a avaliação correta de correlação das suas forças políticas, sociais e econômicas, como elas atuam, que interesses imediatos as movimentam, quais as razões determinantes das alianças táticas existentes e que objetivo perseguem.

Mas não é só. Cumpre verificar em que área de influência internacional o país se coloca, qual a sua capacidade de resistência e com que forças conta para tentar romper esse bloqueio. Desde que o comando imperialista se deslocou da Inglaterra para os Estados Unidos que os grandes trustes e cartéis internacionais julgaram necessária a criação de "um corpo coletivo" para proteger "interesses mútuos" dos grandes países capitalistas. Assim, em Nova York, surgiu o Conselho de Relações Exteriores. Este Conselho, não somente foi responsável pela formulação da política externa dos Estados Unidos, como elaborou as mais importantes leis americanas, através de seus representantes, no Congresso, e no conjunto do aparelho estatal. Toda a estratégia da "guerra fria" contra a União Soviética e os países sul-americanos, cumpriu determinações suas, através de governos "democraticamente" eleitos, ao romperem relações diplomáticas com a União Soviética. A partir de 1973, um novo organismo internacional foi criado, a Comissão Trilateral, aparentemente mais aberto, sob o patrocínio inicial de David Rockefeller, diretor do Chase Manhattan e com a participação mais ostensiva da Europa Ocidental e do Japão, uma vez que a liderança americana, sozinha, já não mais funcionava. Partindo do princípio de que "a ação humana já não se baseava mais sobre os Estados-nações de antes, que têm perdido suas soberanias antigas", um

dos seus principais ideólogos, Brzezinski, atual assessor de Segurança Nacional do governo americano, assim define a nova estratégia de demolição do Estado-nação:

"O Estado-nação, enquanto unidade fundamental na vida organizada do homem, deixou de ser a principal força criativa. Os bancos internacionais e as corporações multinacionais planejam e atuam em termos que levam muitas vantagens sobre os conceitos políticos do Estado-nação".

Assim, mais de cem das maiores empresas multinacionais reunidas passaram a dirigir os destinos dos povos, acima dos governos de seus respectivos países. As decisões da trilateral passaram a ter influência determinante na política dos países dependentes. Embora mais ajustada à realidade, sem aquela perspectiva ultradireitista que caracterizava o Conselho de Relações Exteriores, sem o seu radicalismo anticomunista e procurando ser condescendente com a detente, sua finalidade básica é salvar a crise do capitalismo frente à ameaça do comunismo e sublevação do terceiro mundo. Propõem para isso "uma ordem econômica mais justa sem sair das estruturas existentes".

Os objetivos táticos, no campo político, cristalizaram-se a partir da campanha eleitoral de Jimmy Carter oferecer combate aos governos que violam os direitos humanos (dentro da visão a mais estreita desse conceito) a defender a instalação de regimes democráticos e representativos em todos os países. Esta política posta em prática pelo presidente americano — também membro da trilateral, como a maioria dos seus ministros — teria entre outras consequências imediatas a de vender a imagem humanista dos porta-vozes dos interesses imperialistas, de um lado, e, de outro, atingir a União Soviética, acusada de atentar contra os direitos elementares dos seus políticos dissidentes. Conquistar-se-ia também a simpatia de todas as vítimas de regimes autocráticos. Utilizou-se, também, a trilateral das pressões políticas dos seus porta-vozes governamentais e das metódicas pressões econômicas dos bancos internacionais para desestabilizar, ordenadamente, as ditaduras militares, implantadas sobretudo na América Latina, a fim de instalar regimes formalmente democráticos. Atuando assim, visava conter os países dependentes, por mais uma geração, as mudanças revolucionárias.

No Brasil, vários políticos, tecnocratas e militares, desempenhando funções importantes no governo ou fora dele, funcionam como assessores ou informantes da



trilateral. Subsidiados pela comissão, eles procuram inicialmente aliciar e influir, através de debates e discussões em suas respectivas áreas de influência, para posteriormente pôr em prática, no país, a política traçada no exterior.

No início de 1977, vários segmentos sociais brasileiros já estavam conquistados para as teses da reabertura política. As multinacionais a queriam. Não foi à toa que o presidente da Fiat, Giovanni Agnelli, um dos principais integrantes da trilateral, botou falação no Brasil. Em sucessivas entrevistas à imprensa, quando nos visitou, proclamou a necessidade da reabertura democrática e o surgimento de sindicatos livres — porque, segundo declarou, temia por muitos países de regimes fechados, vivendo sob aparente tranquilidade "onde se dorme com a sensação de paz e se acorda com explosões incontroláveis".

Também a burguesia nacional queria a abertura e até setores militares, já pré-condicionados à repressão e ao arbítrio, foram relativamente conquistados para a democracia formal. (É óbvio que, aqui, basta se relacionar as forças refratárias à redemocratização. Não é necessário repisar a luta heróica que, em maior ou menor grau, travaram as classes oprimidas e alguns setores políticos, pela reconquista das franquias democráticas). Foi precisamente nos meados de 1977, paradoxalmente logo após a cassação do deputado Alencar Furtado, líder do MDB, que o regime deu ordenação sistemática ao calendário das reformas semiliberalizantes. Aos poucos, e lentamente, ele foi sendo cumprido, com apoio externo e sempre pressionado, internamente, pelos setores organizados e democráticos da sociedade.

A lentidão das classes dominantes no cumprimento do calendário, tinha dois objetivos. Primeiro não perder o controle da situação, nem as rédeas do poder. Segundo, os setores militares, tecnocráticos e políticos mais resistentes à reabertura, sempre jogaram com uma alteração no quadro internacional para recuperar o terreno perdido para as forças populares. Em outras palavras,

Políticos, tecnocratas e militares, desempenhando funções importantes no Brasil, estão sendo subsidiados pela Comissão Trilateral

sempre jogaram no retrocesso, embora falando em democracia.

A situação internacional há cerca de seis meses começou a se alterar mais rapidamente. Desapareceram dos jornais as manifestações retóricas e os compromissos do presidente Carter em ajudar os povos oprimidos a libertar-se do cativeiro. A invasão do Afeganistão, pela União Soviética e o terrível fracasso do resgate dos reféns americanos, no Irã, tocou fundo na alma do povo americano. A grande potência do mundo é incapaz de ser bem sucedida em uma pequena e simples operação militar no Irã. Hitler, em plena guerra, soube planejar e executar o resgate de Mussolini nas barbas dos aliados. Israel soube planejar e executar com violência, mas com êxito, a libertação dos prisioneiros judeus na pátria de Idi Amin Dada. A maior potência do mundo fracassa sempre em qualquer de suas investidas militares. Desmoraliza-se de tal sorte, que a célebre frase de Mao Tsetung "os Estados Unidos são um tigre de papel", e que há anos não soava bem, constitui-se, hoje, em uma realidade clara e insofismável.

O povo americano, ferido nos seus brios patrióticos, reage. Ontem, ele estava saturado de guerras injustas. Sem ter perdido a consciência arrogante do seu poder econômico e militar, acabou se conformando com os sucessivos fracassos das invasões que patrocinou na Baía dos Porcos, em Cuba, na Coreia ou no Vietnã. Hoje, um

episódio mais simples como o do Irã abala fundo a confiança dos ianques e a dos seus dirigentes. Uma pesquisa recente revelou que 70 por cento do povo americano manifestam-se favoravelmente a um endurecimento na política internacional. Os planejadores da trilateral entendem que é necessário preservar os seus aliados tradicionais, ainda que, para isso, tenha que ajudar a manter regimes repressivos, mas leais a sua política.

A trilateral, através de jornais, começa a influir na mudança da opinião pública americana. No Brasil, os homens do sistema começam a readaptar sigilosamente seus planos de reabertura à nova situação criada no exterior. Dentro de uma concepção de Estado-Maior, alguns testes foram feitos para avaliar a força do governo e a capacidade de resistência das forças populares. Os ideólogos do sistema sabem que o governo está isolado e que precisa reconquistar parte da classe média para impor-se melhor. A aliança, porém, governo-empresários está de pé, com pequenas divergências, relativamente superáveis porque suas contradições são epiteliais.

O episódio da greve do ABC paulista serviu de campo experimental para um teste. O operariado do ABC é o mais numeroso, organizado e com o maior nível de consciência política do país. Contra a greve deflagrada se posicionaram o governo e o empresariado — estes, com algumas distonias, que não chegaram a comprometer a unidade das decisões. Os governantes não fizeram concessão alguma. Declararam — por seus prepostos — a greve ilegal. Interferiram nos sindicatos. Destituíram e prenderam os dirigentes da classe operária, inclusive o seu líder maior — Lula. Desencadearam a violência e por fim impuseram uma derrota militar incondicional a um problema social como se estivessem enfrentando uma batalha militar. Com esse procedimento testaram o grau de resistência do operariado, em área específica, e observaram o tipo de solidariedade efetiva que foi dada pelos mais diversos setores sociais, inclusive, e sobretudo, pelos operários do resto do país.

Sentiram-se vencedores da escaramuça, e perguntam entre si se fosse um golpe o que aconteceria no país? Se o Congresso fosse fechado, a imprensa censurada, as prisões se enchessem, a tortura se reinstalasse, o que aconteceria? Essas são questões que serão examinadas em nosso próximo artigo.

Francisco Pinto é deputado federal pelo PMDB da Bahia e membro do Conselho de Direção de Movimento

TEOTÔNIO VILELLA

“Constituinte, a única saída viável”

Há algumas semanas circula no Congresso a idéia da formação de uma “Federação das Oposições”, que abrigaria todos os partidos oposicionistas em torno de uma única sigla (certamente a do PMDB) e de um programa mínimo comum cuja meta seria a convocação de uma Constituinte. O ex-deputado Rafael de Almeida Magalhães, do PMDB, confirmou que está encaminhando entendimentos junto ao Partido Popular, ao Partido dos Trabalhadores e ao Partido do Trabalhismo Democrático (de Leonel Brizola) para a realização até o fim do mês de um “Encontro Nacional das Oposições”. Almeida Magalhães e o senador Teotônio Vilella, também do PMDB, são os principais defensores da idéia da “Federação”. Movimento entrevistou o senador Teotônio Vilella para ele explicar sua proposta de união das forças oposicionistas:

Movimento — Quais foram os motivos que o levaram à idéia da formação de uma federação das oposições?

Teotônio Vilella — A idéia de unir todas as oposições está na base de um movimento pela Constituinte, que nós consideramos a única saída viável para a reorganização política, econômica e social do país. Não será portanto através do convencionalismo partidário, como se estivéssemos dentro de uma escalada democrática, que se poderá equacionar a situação brasileira. Se do ponto de vista político nós já sabemos que a tendência do governo é retirar a cada dia todas as chances das oposições, pelo lado econômico e social agrava-se a cada dia de forma avultada a insatisfação popular. Diante desse quadro não se sabe se vamos chegar tranquilamente.

M — O Sr. pode explicar um pouco melhor a proposta? Há algumas divergências quanto a sua realização, uns achando por exemplo que seria um retorno ao PMDB...

TV — Em primeiro lugar tem que se levar em consideração que se trata de um movimento de resistência democrática pela conquista do estado de direito. Todos já verificaram que o pluripartidarismo do governo foi apenas uma artimanha para revalidar a situação do poder. Insistir, torno a dizer, em querer tratar convencionalmente a vida político-partidária é um erro porque as condições não permitem que se trate de forma convencional uma situação que é anormal. Portanto, exige-se que haja em primeiro lugar a partida para uma Constituinte. O fato desta aglutinação se fazer dentro do PMDB é por acaso — poderia ser dentro do PTB ou do PP ou de qualquer outro partido — pois esta é a única sigla de oposição que foi registrada no TSE e esse registro é fundamental para que se tenha um amparo legal ao movimento pela Constituinte.

M — E quanto à organização de correntes e da direção colegiada dentro da federação?

TV — Organização de correntes não tem uma significação maior porque o que eu estou advogando não é um partido. O partido é uma denominação imposta pelo governo que exigiu que cada organização partidária tivesse o nome de partido. Eu chamo a este movimento de “resistência democrática” e

dentro dela não tem que ter todo mundo do mesmo tamanho, com um metro e 50 ou com um metro e 60. Poderíamos tratar desse assunto dentro de uma direção colegiada.

M — Dentro do próprio PMDB há reações contrárias à idéia dessa resistência democrática.

TV — Até hoje ninguém me opôs nenhum argumento sério e por isso eu prescindo de falar dessa reação.

M — Um dos argumentos é de que a reaglutinação dos partidos poderia ser o pretexto para que o governo impeça de a realização das eleições municipais neste ano.

TV — O problema de haver ou não eleições já está colocado pelo governo, que não as quer. Nós as queremos mas já sabemos que nos temos em que o problema foi colocado dentro do Congresso tudo indica que não vai haver. Não seria a reorganização dentro de uma sigla que iria impedir as eleições.

M — Em que pé está o movimento para a organização dessa federação?

TV — As conversas continuam, vários deputados e senadores e vários grupos não-parlamentares já têm tido entendimento comigo.

Eu continuo a me movimentar por toda parte e creio que os frutos nós começaremos a colher dentro de alguns dias. Este não é um assunto para ser tratado exclusivamente nas cúpulas dos diretórios nacionais.

M — Quando se fala na convocação de uma Constituinte surgem divergências porque alguns defendem a sua convocação até mesmo pelo próprio general Figueiredo. Quais seriam os passos que a oposição deve dar para que se chegue a essa convocação?

TV — O poder constituinte é por sua própria natureza maior do que todos os poderes constituídos. Eu prescindo de estar perdendo tempo com a discussão de que será ou não convocada pelo general Figueiredo, ou pelo Congresso Nacional. O essencial agora é se fazer um movimento pela Constituinte. Se toda a sociedade se engajar nessa luta, não tenho a menor dúvida de que os caminhos a serem trilhados serão ditados por esse confronto. Devemos tomar a Constituinte como um grito de alerta e de convocação de toda a nação. Depois de convocado o povo para isto, nós vamos ditar as regras

Todos a Moscou!

Prestes e Bezerra estão em Moscou e Giocondo seguiu viagem. Quem receberá as graças do PC soviético?

Flávio Carvalho

O camarada Boris Ponomarev, membro do Politburo do Partido Comunista da União Soviética encarregado dos contatos com PCs estrangeiros fora do poder, vai ter alguma dor de cabeça nesses dias: se ele conceder audiências, vai ter de receber representantes das duas alas do Partido Comunista Brasileiro — PCB em choque no Brasil. Luiz Carlos Prestes já está em Moscou, Gregório Bezerra (demissionário do Comitê Central do PCB) também, e é quase certo que logo esteja lá também o novo secretário do PCB, Giocondo Dias.

Ainda não é certo que os representantes brasileiros consigam a audiência. Não há propriamente uma questão de vagas na agenda, mas sim uma hesitação do PCUS em se comprometer com alguma das alas ou mesmo temor de ser acusado de ingerência nos assuntos internos do PCB. Mas, se depender de Ponomarev, há indícios anteriores de que ele preferiria Prestes. Ponomarev é conhecido por ter relançado em sua revista (*Problemas da Paz e do Socialismo*) há pouco mais de três anos uma ofensiva campanha contra o eurocomunismo e pela ditadura do proletariado. Argumentava ele que a URSS, que já seria “um Estado de todo o povo” já poderia se dar ao luxo de considerar superada a fase da ditadura do proletariado, mas que isso não se aplicava aos países onde o PC não estivesse no poder — um recado direto aos eurocomunistas, que não morrem de amores por essa forma de transição para o socialismo.

Mas certamente os soviéticos preferirão estudar a correlação de forças no Brasil antes de qualquer decisão, mesmo que seja uma opção por não se intrometer oficialmente, pelo menos.

CONFUSÃO INTERNA

A situação é confusa dentro do PCB, mas alguns informes vazaram para a imprensa nos últimos dias, permitindo uma visão aproximada da correlação de forças, embora de difícil previsão quanto à evolução. Os prestistas vêm mantendo a iniciativa dos ataques, divulgado posicionamentos e pedindo às bases que se manifestem, especialmente através do volante *Ecos da Carta de Prestes*, que já está em seu nº 2.

Aparentemente não existe apenas um grupo prestista, mas uma frente mais ou menos heterogênea e desarticulada contra o Comitê Central. Há prestistas incondicionais, principalmente entre as chamadas “lideranças históricas” compostas de quadros mais antigos, que são influenciados mais pela legenda histórica do prestismo. Mas Bezerra por exemplo, embora seja um “histórico” não fecharia completamente com Prestes, apesar de estar propondo a dissolução do Comitê Central. O próprio *Ecos* registra diferenças, ao publicar uma carta do “leitor” R. Mendonça, militante de São Paulo, que leu o folheto “Contra o Revisionismo”, de Otávio Rodrigues — que é um folheto de polêmica anti-eurocomunista editado no começo do ano — e não gostou. Diz o “leitor”: “É uma pena, mas *Contra o Revisionismo* não discute os problemas brasileiros à luz do marxismo. Por isso, em vez de ajudar, atrapalha”. O leitor prestista acusa ainda o sr. Otávio Rodrigues de fazer apenas uma “guerra de citações” de usar “pura escolástica e doutrinarismo da pior espécie” contra o Comitê Central. De passagem, o referido leitor ainda afirma que “a orientação aprovada no VI Congresso já continha os embriões do direito aberto que agora está evidenciado nas



posições assumidas pelo Comitê Central”.

Ecos anuncia a adesão dos Comitês Estaduais do Espírito Santo, Ceará, Sergipe e Rio Grande do Sul, embora nesse último Estado Movimento tenha apurado não ser total a adesão ao prestismo. Talvez seja em São Paulo o mais forte reduto prestista, tanto numericamente como em importância. A cisão em São Paulo se agravou claramente com a greve do ABC, quando a direção estadual tomou posição vacilante.

Embora os atuais dirigentes estaduais neguem que tenham sido pela

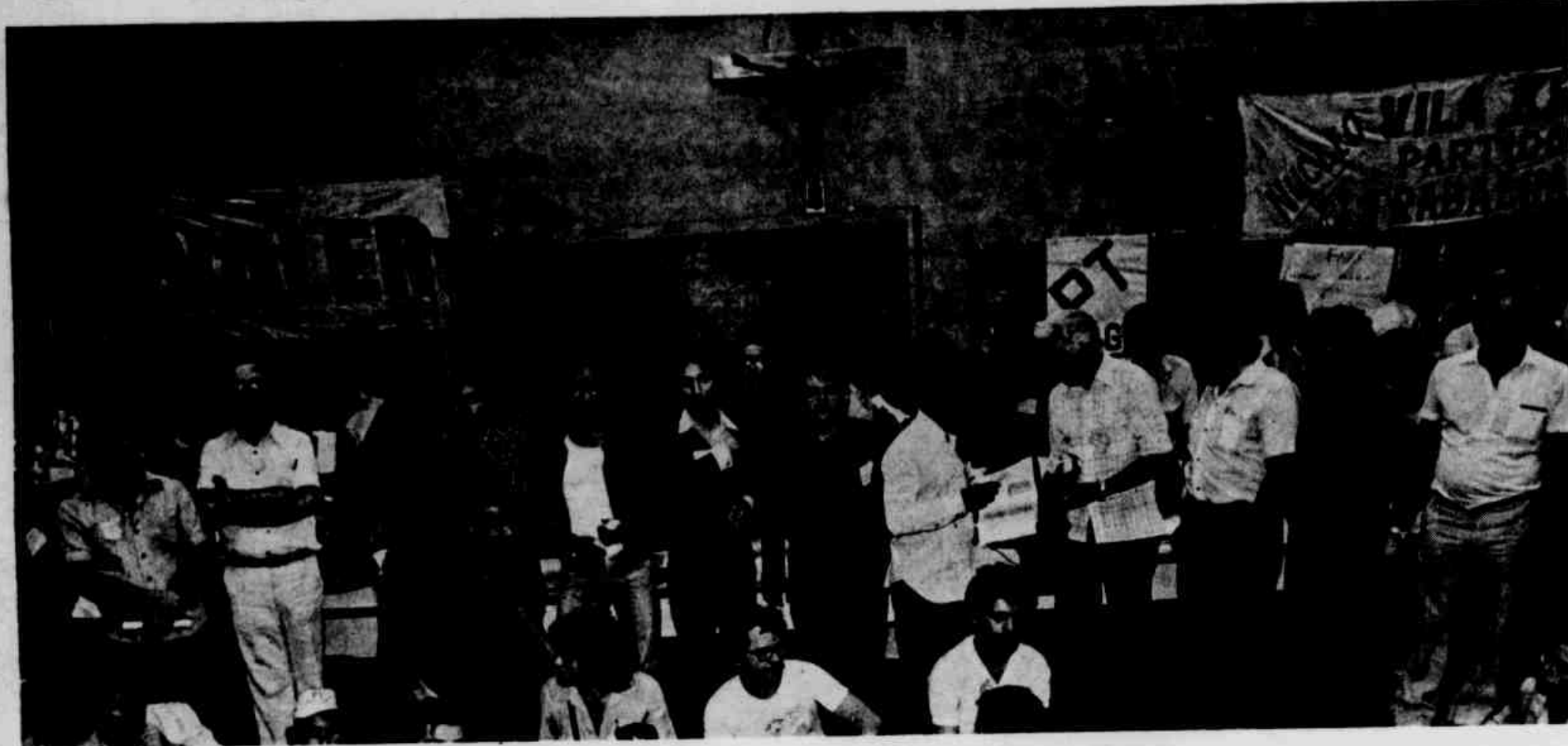
moderação na greve, organismos de base do PCB em São Bernardo dão outra versão e distribuíram um manifesto onde passam a não mais reconhecer a direção estadual e criam, ao mesmo tempo, uma nova direção paralela, o Comitê de Defesa do PCB. O *Ecos* está repleto de acusações nesse sentido. Segundo o *Ecos*, o jornal *Voz da Unidade*, porta-voz oficioso da ala majoritária do Comitê Central, “faz o jogo do governo e dos patrões” e “não teve vergonha de jogar nas costas dos líderes operários — que estão enfrentando o ódio da ditadura e dos patrões nas celas do DOPS — a responsabilidade pela situação criada no ABC e São Paulo”.

APOIO A FIGUEIREDO?

Mas a ala antiprestista nos Estados também começa a tomar a ofensiva, embora o Comitê Central se mantenha moderado, evitando criar mais alarido em torno da cisão. O Comitê Estadual de Goiás foi um dos que se manifestaram publicamente, enviando ao jornal *Cinco de Março* (de Goiânia) uma longa carta, onde se posicionam “monoliticamente” contra Prestes. Eles se definem claramente por uma frente democrática com o PP, PMDB, PTB (antes da sigla ser dada a Ivete) e PT, definem o PMDB como área privilegiada de atuação, porque esse partido já teria expurgado as “lideranças oligárquicas” de seus quadros e por ser ele “a força que tem maior amplitude, que é capaz de mobilização mais ampla, para prosseguir a luta democrática até o fim dos atos de exceção e o desmantelamento do aparelho de repressão”. Condenam o PT, que teria se transformado numa frente de esquerda, como sendo “sectário” e aceitam a Constituinte com Figueiredo, desde que ele abdique de certos poderes, e vão bem longe: “se os bolsões de direita, inclusive utilizando o nacionalismo xenófobo desencadearem ações que conduzam ao retrocesso”, levarem o presidente Figueiredo a “buscar apoio da opinião pública, o PC o apóia”.

Desse modo, as partes se desentendem cada vez mais. Não é mais remota, portanto, a perspectiva do PCB realizar dois Congressos separados, até o fim do ano.

313 delegados, representando 632 núcleos de 22 Estados e 26 mil



Na foto ao lado, as principais lideranças do PT. Da esquerda para a direita, no palco: Benevides, Weffort, Osmarzinho (meio agachado), Ibrahim, Wanderley, Dulci, Altino Dantas (atrás) dep. Freitas Diniz, dep. Eduardo Suplicy (ao microfone), Apolônio, Olívio, Lula e o dep. Antonio Carlos.

Comissão Nacional Provisória estava disposta a apresentar ao plenário uma lista de 20 nomes. Para isso, teria que ser alterado o regimento, aprovado na abertura do encontro, que estabelecia que as chapas a serem apresentadas deveriam ter 15 nomes: 11 efetivos e quatro suplentes. Mas pressionada pelas lideranças intermediárias, a Comissão Nacional Provisória, que assim pensava em transferir para o plenário a decisão de escolher 15 dos 20 nomes, abandonou a sua proposta.

E foram necessárias muitas horas de reuniões a mais para definir a chapa única. Dos 20 nomes inicialmente listados, foram excluídos os de Henos Amorina (dos metalúrgicos de Osasco), Paulo Skromov (dos coureiros de São Paulo), o deputado federal Edson Khair (Rio de Janeiro), de Godofredo da Silva Pinto (dos professores do Rio) e de Ferreira (dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Norte). E o nome do senador Henrique Santillo, de Goiás, (comentava-se que a seu pedido) foi substituído pelo de Apolônio de Carvalho.

O protesto pela exclusão de Paulo Skromov

A exclusão que gerou protesto foi a de Paulo Skromov. Depois de anunciada a chapa, Raul Pont, coordenador do PT no Rio Grande do Sul, leu uma nota condenando o fato de o regimento do Encontro, ao estabelecer o critério de eleição de todos os membros da chapa por 50% mais um, ter excluído a possibilidade de representação das minorias. Segundo Pont, que falou em nomes dos convencionais que apoiavam Paulo Skromov, essa decisão excluiu da direção nacional a concepção de PT como "um partido sem patões, que lute pelo poder para os trabalhadores, que lute por um governo dos trabalhadores, de que o PT é um partido e não uma frente de grupos de esquerda ou uma frente popular".

O ex-dirigente sindical dos metalúrgicos de Osasco, José Ibrahim, que perdeu posições no Encontro Regional de São Paulo, acabou se mantendo na direção nacional, depois de demoradas negociações.

No primeiro dia do Encontro Nacional do PT, as propostas de programa e de estatuto do partido foram discutidas em

A derrota da ultra-esquerda dentro do PT

O partido cresce no país

Alto, magro, Manoel Antonio não se cabia de contente quando, após a leitura do esboço final do programa, o plenário aplaudiu de pé e começou a gritar "PT, PT, PT". Posseiro do interior do Piauí, ele viajou três dias de ônibus para representar o seu núcleo no Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores. Sorrindo, comentava: "Valeu a pena".

Como ele, outros delegados também fizeram longas viagens — participaram do Encontro 313 delegados, representando 632 núcleos de 22 Estados, além de 45 dirigentes sindicais, dos 11 membros da Comissão Nacional Provisória e de 34 convidados.

Embora a direção do PT ainda não tenha concluído o levantamento sobre a composição social dos delegados presentes ao Encontro, o número de trabalhadores rurais e operários era bem superior ao de reuniões anteriores. Essa mudança na composição social — embora seja significativa a presença de militantes oriundos da pequena burguesia — é consequência, segundo Lula, do próprio crescimento do partido.

Em oito meses foram criados 632 núcleos, que hoje contam com 26.134 militantes. Só em São Paulo, onde se concentram 23% dos militantes do PT (6.025), existem 120 núcleos, assim distribuídos: 51 na Capital, 24 na Grande São Paulo, 26 no interior e 19 núcleos de categorias profissionais.

Os dados apresentados pela Secretaria de Organização do PT, a partir das atas enviadas pelos núcleos para o Encontro Nacional, revelaram que o partido já é capaz de se viabilizar legalmente em 12 Estados, ou seja, cumpre o requisito de formação de comissões municipais em 20% dos municípios (a lei exige nove Estados).

Depois de São Paulo, Goiás é o Estado com o maior número de núcleos, seguido de Minas, Maranhão, Ceará e Rio de Janeiro. Os Estados onde a organização do partido é mais precária são Mato Grosso do Norte e Alagoas, que têm apenas um núcleo, Sergipe (5) e Pernambuco (8). O Distrito Federal tem apenas quatro núcleos.

Nas discussões travadas nos grupos de trabalho, muitos delegados puderam fazer um relato da organização do PT em suas regiões, das dificuldades enfrentadas e da receptividade. De maneira geral, o partido vem crescendo muito no Nordeste (com exceção de Alagoas, Pernambuco e Sergipe), principalmente na zona rural. No Piauí, por exemplo, o PT já conta com o apoio das lideranças de 30 dos 80 sindicatos rurais e já conseguiu organizar comissões municipais em 28 municípios. No entanto, em Teresina só tem quatro núcleos e ainda não conseguiu nenhuma organização nas outras três maiores cidades do Estado. Segundo Antonio Castelo Branco Medeiros, da coordenação estadual do PT-Piauí, essa dificuldade de organização do partido nas cidades maiores se deve ao fato de serem, basicamente, centros comerciais e administrativos. "O controle do governo sobre os funcionários públicos é muito grande. Há muito temor de represália, o que dificulta a filiação", comenta.

Também nos debates nos grupos ficou clara a posição das delegações. Com exceção das do Rio Grande do Sul, onde os grupos considerados mais radicais detêm 80% dos votos, de Goiás e boa parte da delegação mineira, todas elas defendiam a tese de um partido de massa, amplo e democrático.

Lia Ribeiro Dias

O Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores — PT, realizado nos dias 31 de maio e 1 de junho, em São Paulo, foi praticamente um desdobramento do encontro regional paulista, ocorrido na semana anterior. Por ampla maioria, venceu a posição de um partido de massas, democrático, sem sectarismo. Essa concepção do partido, delineada já na discussão do regimento interno do encontro, seria confirmada na discussão do programa e na definição da chapa para a direção nacional, que fortaleceu a posição da corrente liderada por Lula, Olívio Dutra e Jacó Bittar.

No entanto, ao contrário do que ocorreu no Encontro Regional de São Paulo, quando a discussão política sobre o programa e estatuto do partido foi prejudicada pela articulação política dos vários grupos que formam o partido, o Encontro Nacional, na opinião da maioria dos participantes, significou um salto qualitativo tanto na organização do PT quanto na discussão de sua política.

Mesmo assim, a Comissão Nacional Provisória pouco pôde participar dos debates tanto nos grupos de discussão em que foram divididos os delegados quanto nas plenárias. Os líderes do partido passaram quase todo o encontro, reunidos e articulando a chapa que apresentariam aos delegados. Essa articulação final não pôde ser feita antes em consequência da greve dos metalúrgicos do ABC e da prisão de Lula e de outros dirigentes sindicais, fatos que já haviam obrigado o adiamento do Encontro Regional de São Paulo e do Encontro Nacional.

A composição da chapa para a direção nacional (1) foi um processo difícil. No final do primeiro dia do Encontro, realizado no Instituto Sedes Sapientiae, em Perdizes, a

militantes e 45 líderes sindicais no encontro nacional do PT

comissões. E em todas elas, as propostas de inclusão no programa das palavras de ordem "partido sem patrões", "governo dos trabalhadores", defendidas pelos grupos considerados mais radicais, foram derrotadas.

A discussão do programa girou em torno de oito pontos básicos, que sintetizavam as principais divergências surgidas nas propostas apresentadas pelos vários Estados: 1) inclusão da proposta de "governo dos trabalhadores"; 2) a controvérsia sobre o caráter do PT como frente ou partido; 3) a definição sobre o "caráter socialista" ou não do PT; 4) o exercício do poder dentro do PT, isto é, a relação entre os núcleos, comissões municipais, regionais e nacional; 5) o papel dos parlamentares no partido; 6) Os caminhos da legalização da agremiação; 7) a melhor maneira de expressar a palavra de ordem de combate à ditadura militar; e 8) a definição do PT como um "partido classista".

O programa aprovado indica, neste trecho, o resultado das discussões: "O nosso partido é diferente porque é democrático: nele quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular — em vez de aparecer apenas em épocas de eleições — respeitando e defendendo a autonomia das organizações populares, maior garantia de sua existência como partido dos trabalhadores. Partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo, o PT é diferente também por causa dos objetivos políticos: lutamos pela construção de uma democracia que garanta em todos os níveis a direção desses trabalhadores nas decisões políticas e econômicas do país segundo seus interesses e através de seus organismos de base".

O papel dos núcleos como expressão do PT

Se a corrente liderada por Lula, Olívio Dutra, Jacó Bittar conseguiu vencer as principais discussões sobre o programa, perdeu uma proposta na elaboração dos estatutos. Os três textos apresentados não chegaram a ser totalmente debatidos, travando-se a discussão em torno do papel dos núcleos como expressão do partido. O texto de São Paulo (havia outro de Minas Gerais e um terceiro elaborado pelo intelectual cristão Plínio de Arruda Sampaio) propunha que a regulamentação dos núcleos fosse remetida para o regimento interno e não constasse do estatuto, o que permitiria uma reavaliação periódica da regulamentação. No

entanto, o plenário aprovou várias resoluções sobre os núcleos, partindo do princípio de que o núcleo é a unidade orgânica do partido. Entre as decisões, está a de que o militante só entra no partido por meio dos núcleos (essa decisão, no entanto, não constará do estudo já que a legislação eleitoral estabelece o ingresso no partido através de inscrição nos diretórios).

Para redigir o texto final dos estatutos foi formada uma comissão composta por Sandra Starling (Minas), Marco Aurélio Ribeiro e José Mentor (São Paulo), pelo jurista Dalmo Dallari e Plínio de Arruda Sampaio.

Constituinte: uma polêmica na plenária

Outra questão polêmica na plenária de domingo foi a inclusão ou não da defesa da Assembleia Nacional Constituinte no programa. A discussão sobre o tema, que foi precária nos grupos, refletiu-se no plenário. A mesa, presidida por Francisco Weffort, fez duas votações. E a maioria decidiu pela não inclusão dessa bandeira no programa. Uma decisão equivocada, no entender de muitos militantes, que poderá ter uma repercussão externa desfavorável ao PT. Mas Jacó Bittar acredita que, a partir de agora, esse tema deverá ser amplamente debatido dentro do partido pois, segundo ele, "a maioria dos trabalhadores não entende bem o que é Constituinte".

(1) A chapa eleita é a seguinte **Efetivos**: Jacó Bittar (presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia), Luis Inácio da Silva, o Lula (presidente afastado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo), Olívio Dutra (presidente afastado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre), Freitas Diniz (deputado federal pelo Maranhão), Antonio Carlos (deputado federal pelo Mato Grosso do Sul), Manoel da Conceição (líder camponês do Nordeste), Apolônio de Carvalho (ex-combatente na guerra civil espanhola e na resistência francesa contra o fascismo, conhecido militante da esquerda brasileira), Joaquim Arnaldo (metalúrgico carioca), Wanderly Farias de Souza (integrante da Comissão Pastoral da Terra do Nordeste), Luiz Soares Dulci (presidente da União dos Trabalhadores no Ensino de Minas Gerais) e José Ibrahim (ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco). **Suplentes**: Osmar Mendonça, Osmarzinho (metalúrgico de São Bernardo), Hélio Doyle (candidato à presidência do Sindicato dos Jornalistas de Brasília), Francisco Weffort (professor de Ciências Políticas da USP) e Wagner Benevides (presidente do Sindicato de Petroleiros de Minas Gerais).

Eduardo Simões/Agência F4



Paulo Skromov

Skromov: "a origem do PT é o proletariado"

O líder sindicalista Paulo Skromov, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro de São Paulo, assumiu o papel de porta-voz das correntes consideradas mais radicais do PT, com exceção do grupo organizado em torno do jornal *O Companheiro*. Mesmo tendo sido excluído da direção nacional, Paulo Skromov disse que apoiou a chapa única, "até mesmo como forma de ensinar aos que nos marginalizaram".

Essas são algumas de suas opiniões:

Sobre o caráter de classe do PT. "A origem do PT é de um partido da classe trabalhadora, do proletariado. Em relação à palavra de ordem "partido sem patrões" ela foi muito importante na fase inicial em função da força que tem junto aos operários. Mas não se pode transformar essa palavra de ordem numa propaganda sistemática porque, na verdade, a gente admite que a composição de um partido de classe não é a composição de uma única classe social. A composição social clássica do partido de classe inclui os trabalhadores rurais, urbanos e pequenos proprietários".

PT, partido ou frente de esquerda? "Os grupos que estão dentro do PT não deveriam sentenciar que o partido deve ser apenas tático, um partido meramente institucional ou parlamentar. Há grupos que entendem que o partido estratégico já existe ou, quando defendem que não existe, entendem que não será o PT, como está sendo construído. E, ao definirem-se assim, reservam ao PT tarefas políticas que tendem a limitar sua possibilidade de evolução natural enquanto partido. Outra variante desse comportamento é a dos grupos que consideram que não deve ser um partido mais uma frente de esquerda. Por isso, não definiria o PT como um partido estratégico no sentido de que não é o partido da insurreição, preparado para tomar o poder. Mas o que me recusa a aceitar é que dentro de sua evolução natural, de sua construção progressiva, ele não venha a assumir plenamente as tarefas de um partido político. Se o PT se construir efetivamente como um partido será necessariamente um partido estratégico".

Sobre a questão do governo dos trabalhadores. "Não temos hoje condições de formular uma proposta de governo muito clara. No entanto, o programa do partido deve conter uma definição básica, ou seja, de que o PT não deve apoiar nenhum governo de coalizão com os setores da classe dominante".

Sobre a Assembleia Nacional Constituinte. "Como partido, o PT falhou ao não incluir a defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte em seu programa. Eu entendo que a Constituinte é uma palavra de ordem fundamental na luta pela conquista de uma efetiva democracia para o povo e os trabalhadores. Algumas correntes políticas — e foi isso que ocorreu no Encontro Nacional — consideram a Constituinte de forma sectária, colocando-a como uma palavra de ordem burguesa".

Bittar: "chegar ao poder não é tarefa imediata"

Ao lado de Lula e Olívio Dutra, Jacó Bittar compõe o núcleo básico ao redor do qual se organizou a grande maioria do PT. A liderança desses dirigentes sindicais solidificou-se ainda mais no Encontro Nacional, quando conseguiram vencer com ampla margem de voto as posições apresentadas pelos grupos considerados mais radicais.

Aqui, Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia, apresenta algumas de suas concepções:

Sobre o caráter de classe do PT. "Hoje não há condições para a existência de um partido de classe, fechado, ainda que seja muito viável um partido onde os trabalhadores predominem e dirijam. O destino do PT é de um partido que avança, ganhando força política, o mais rapidamente possível. O PT deve continuar de portas abertas a todos que, concordando com o seu programa, queiram ingressar no partido. De portas abertas, não escancaradas. Deve ser um trem onde todos os que queiram ser passageiros possam entrar. Mas não haverá oportunidades para se acrescentar vagões já lotados, com um grupo de pessoas que pensem de uma forma homogênea, que difira dos passageiros dos outros vagões".

PT, um partido ou frente de esquerda? O PT é um partido e não uma frente de organizações de esquerda. Isso foi definido claramente pelo programa. É um partido independente, mas não um partido anti. Ou seja, não nasceu especificamente para combater nenhuma outra organização, legal ou não, que se coloque na oposição. Pode, em certos momentos, até agir em conjunto. Só não aceita um partido dentro do partido, nem uma união em todos os campos e por todo o tempo".

Sobre a questão do governo dos trabalhadores. "É evidente que o PT, como qualquer outro partido, contempla a possibilidade de chegar ao poder. Mas não é essa sua tarefa imediata. A caminhada pura e simples para o poder poderia até chocar-se com alguns princípios básicos, porque seria uma estratégia que poderia implicar dar menor atenção a outra tarefa fundamental: informar e organizar politicamente a classe trabalhadora. Além do que, numa democracia — e só nela o PT poderá cumprir todo o seu papel político — o governo chega logo depois do poder político e este nasce de uma massa bem informada, organizada e capaz de decidir por si".

Sobre a Assembleia Nacional Constituinte. "O PT não é contra a Constituinte. Pelo contrário, é a favor. A exigência de uma Assembleia Nacional Constituinte só não foi incluída no programa do partido porque, no momento, não é reivindicação básica. Mas a sua discussão com os trabalhadores é uma questão essencial. Eu entendo que, primeiro, os militantes do PT, e os trabalhadores em geral, devam estar bem conscientes do que significa a Constituinte para reunir forças que nos permitam ter poder de influência quando ela se realizar".

Os nucleocratas avançam

A megalomania nuclear continua em andamento, apesar de diversos estudos já terem mostrado que o Brasil poderia atender a demanda de energia elétrica através da hidroeletricidade pelo menos até o ano 2.000. O general João Baptista Figueiredo assinou decreto declarando de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 23,6 mil hectares no litoral de São Paulo, entre as cidades de Peruíbe e Iguape. Nessa área serão construídas a quarta e a quinta usinas do programa nuclear. Um programa cujos custos estimados inicialmente em US\$ 15 bilhões, já dobraram para US\$ 30 bilhões segundo admitem fontes do próprio ministério das Minas e Energia. A localização dessas usinas havia sido denunciada por Movimento (a partir de uma revelação do jornal Preto no Branco, de Santos) há mais de três meses.

As duas novas usinas ficarão sob responsabilidade da Centrais Elétricas do Estado de São Paulo (CESP), que para fazer frente aos gastos com essa empreitada ganhou de "presente" a Light/São Paulo, até então nas mãos da Eletrobrás. A justificativa oficial para essa transferência foi a conclusão de um estudo da Eletrobrás, sobre como deveria ficar o sistema Light. "Mas, na realidade, tudo não passa de mais uma manobra financeira para viabilizar o programa nuclear. E com ela, quem saiu ganhando, e muito, foi o governador Paulo Maluf", segundo o Jornal do Brasil.

Diz também o jornal carioca que "o governador paulista praticamente colocou como condição para arcar com o ônus da construção de duas usinas nucleares no Estado receber uma receita segura e garantida por todo o prazo de amortização dos investimentos (o que será possível com os lucros da Light/São Paulo). Para o governo federal, as saídas eram poucas: ou faria uma dotação orçamentária extraordinária ao Estado — que por sua vez a transferiria à CESP — ou transferiria a Light/São Paulo à CESP, que a reivindicava desde a compra (ou seja, desde que o governo federal adquiriu a Light do Grupo Brascan).

O patrimônio transferido para a CESP está avaliado em Cr\$ 66 bilhões e ainda não ficou definido como a empresa paulista pagará ao governo federal pela compra da Light/SP. Ao que parece, a CESP terá que assumir uma parte do endividamento externo da Light que chega atualmente a US\$ 1,2 bilhão. Com essa compra, a CESP amplia seu patrimônio em 25% e assume o controle de uma empresa que fornece energia para 3,2 milhões de consumidores, espalhados por 72 cidades nas regiões do Vale do Paraíba, grande São Paulo, Baixada Santista e Sorocaba.

Algo que não passou despercebido foi a total marginalização do ministro das Minas e Energia, Cesar Cals, nas decisões sobre a transferência da Light para o governo paulista. Ele não participou da entrevista em que o ministro da Comunicação Social, Said Farhat, anunciou a transação e chegou a declarar em Brasília que nada sabia sobre o assunto.

Igualmente melancólica foi a situação do presidente da Light, Luiz Osvaldo Aranha, que só soube do desmembramento da



Protesto antinuclear em São Paulo na quinta-feira passada

empresa que comanda após a transação ter sido realizada. Ele considerou essa marginalização como "natural", porque "sou apenas o administrador da Light e, como tal, não me caberia dar opinião".

O presidente da Eletrobrás, Maurício Schulman, defendeu a entrega das duas usinas nucleares à CESP como uma "ótima opção, pois São Paulo é o maior centro de consumo e seus recursos hídricos estão mais próximos da exaustão." Além disso, em São Paulo está concentrado "o maior contingente de capacidade técnica para construção das obras e absorção de tecnologia, tanto a nível de concessionária (CESP), como a nível de fabricantes, construtores e projetistas".

Essa "racionalidade" tecnológica não foi, como sempre, submetida a debate público. Mais uma vez o governo federal enfiou usinas nucleares pela goela abaixo das comunidades que terão que viver nas proximidades delas. Essa atitude antidemocrática gerou revolta e protestos. Segundo

o prefeito de Iguape, Laércio Ribeiro (do PDS), "a população está indignada". Já o prefeito de Peruíbe, Jorge Popescu (também do PDS) afirmou que "somos contra usinas nucleares".

Em ambos os municípios e na capital foram realizados atos de protesto e passeatas contra a instalação das usinas nucleares, promovidos por entidades de defesa do meio ambiente. Para os prefeitos de Iguape e Peruíbe a instalação das usinas poderá provocar retração no turismo, que é a principal atividade econômica de ambos os municípios. Peruíbe tem 35 mil habitantes e recebe cerca de 100 mil turistas por ano e Iguape conta com 30 mil habitantes e é visitada por 120 mil turistas.

Mas esse é um "detalhe" que certamente não pesa muito nas decisões dos "nucleocratas", cujo interesse é levar para frente de qualquer maneira um programa que vai custar muito caro a um país que já está enforcado por uma dívida de mais de US\$ 52 bilhões (R.B.)

CONTRATOS DE RISCO

Petrobrás × Maluf

A cada dia surgem novos indícios de que dentro da Petrobrás há sérias resistências aos contratos de risco, através dos quais empresas estrangeiras recebem áreas para pesquisar petróleo no Brasil. Falando na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as atividades da empresa, em andamento na Câmara Federal, o diretor de exploração da empresa estatal, Carlos Walter Marinho Campos admitiu que a Petrobrás não cumpriu a determinação do ministro das Minas e Energia, Cesar Cals, de dar às multinacionais participação na produção do petróleo descoberto.

A justificativa, correta aliás, da Petrobrás é que assim agindo a empresa estaria quebrando na prática o monopólio estatal do petróleo pois já não seria mais a única proprietária do óleo descoberto no subsolo brasileiro. A saída encontrada pela empresa para contornar o entreguismo do ministro das Minas e Energia foi criar comitês conjuntos, formados por um representante da Petrobrás, outro da empresa contra-

tada e um neutro que decidirá o que fazer quanto à produção, após ter sido descoberto óleo em quantidades comerciais. O problema, aliás, até agora não surgiu pois as multinacionais em quatro anos de "risco" não descobriram um único poço produtor.

Enquanto a CPI se desenvolvia em Brasília, o governador Paulo Salim Maluf metia os pés pelas mãos e com a sua tradicional arrogância (mesclada com uma evidente estupidez) acusava os técnicos da empresa estatal de "estáticos e fossilizados, não evoluindo nos últimos 20 ou 30 anos".

Para desmoralizar o irresponsável Maluf, a empresa estatal liberou correspondências trocadas entre técnicos do IPT-CESP (o consórcio do governo paulista na área do petróleo) e a Petrobrás em que aqueles elogiavam a qualificação do pessoal que compõe o corpo técnico da Petrobrás e o "tratamento merecedor de registro, tanto do ponto de vista pessoal quanto técnico." (R.B.)

Menu do Delfim: feijosojoada!

No combate à inflação recorde, querem que o povo coma soja no lugar de feijão

A inflação brasileira está em ritmo de olimpíada, ou seja, de quebra de recordes. Alta fonte governamental revelou que a inflação em maio ficou na casa dos 6,3%. Com isso, a alta de preços acumulada em 12 meses pulou para 94,5% superando o recorde de julho de 1964 que era de 94,2%.

Os tecnocratas oficiais, perante fracasso tão retumbante, limitam-se a dizer que no segundo semestre as coisas vão começar a melhorar. Mas a meta de conter a inflação este ano em torno de 55% anda cada vez mais desmoralizada. Para conseguir isso, seria preciso que os preços subissem apenas 16,9% de junho a dezembro. Uma tarefa difícil, pois implicaria uma forte redução do ritmo da inflação. Basta observar que nos cinco primeiros meses deste ano os preços subiram mais de 32%. Como admitir, então, uma elevação de apenas 16% no segundo semestre?

Aliás, nem mesmo o governo acredita nessa hipótese. Tanto que no ministério do Planejamento já se está trabalhando com 70% da inflação para este ano e Delfim Netto admitiu em palestra na Escola Superior de Guerra que a resistência à queda da inflação vem sendo maior do que a esperada pelo governo. Razão: petróleo, cujos aumentos de preços têm contribuído firmemente para que a inflação se mova na incômoda faixa dos 80% a 90% ao ano.

Para alguns, o pior ainda está por vir. Essa é a opinião, por exemplo, do empresário Germano de Brito Lyra, presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento (ADECIF). Falando numa reunião da entidade, ele afirmou que "tudo faz crer que entraremos na era dos três dígitos já a partir de julho", ou seja, a inflação anual deverá alcançar 100% ou mais.

As perspectivas realmente não são boas, em especial quando se sabe que o quilo do feijão preto agora tabelado em cerca de 23 cruzeiros vai ter seus preços liberados. Com isso, deverá saltar para até 50 cruzeiros, com um impacto fortíssimo no bolso do consumidor e nos índices de custo de vida. Para tentar evitar esse desastre, a tecnocracia oficial saiu em campo com a mistura de feijão preto com soja (agora chamado de feijão de soja, para aumentar a aceitação por parte do consumidor). O saquinho de um quilo vai custar 31 cruzeiros. Já um saco só com feijão de soja fica em 17 ou 18 cruzeiros o quilo.

A mistura do feijão preto com feijão de soja está sendo chamada em Brasília de Black and White e a propaganda a ser desenvolvida em torno do novo produto, através de dezenas de livretos de receitas, procurará mostrar que ele é tão saboroso como o feijão preto. Esperam os gourmets do Planalto que o consumidor tope mudar seus hábitos alimentares e em vez da feijoada tradicional, passe a se deliciar com uma feijosojoada (só o nome já dá indigestão).

Para prepará-la há que ter paciência,

pois o feijão de soja precisa ficar 12 horas de molho. Segundo a receita oficial, o negócio é colocar a soja de molho de um dia para o outro. Depois escorrer e cozinhar com a carne seca, o sal, o louro e o lombo, toucinho ou linguiça. Então prepara-se um refogado com a cebola, o alho e o óleo e junta-se a soja cozida. Aí, serve quente acompanhado de arroz. Um "manjar" para ninguém botar defeito.

Para nutricionistas da Sunab, "se todos se conscientizarem de suas vantagens, como o valor nutritivo das proteínas que contém, das vitaminas e minerais, da elevada quantidade de gordura que a torna boa fonte de energia, além do seu baixo custo, a soja entrará tão facilmente no cardápio do carioca como a batata frita e o feijão preto".

O único "detalhe" é saber se o consumidor aturará o gosto do feijão de soja. Pois caso contrário, apesar das suas grandes qualidades nutritivas, o Black and White vai ficar mesmo esquecido nas prateleiras dos supermercados. E a feijosojoada não passará de um neologismo de mau gosto. (Ricardo Bueno)

CAFÉ

A Melitta ataca na torrefação

Os torrefadores nacionais de café estão seriamente ameaçados. A Melitta, multinacional alemã, deverá montar uma fábrica para torrar e moer 200 mil sacas anuais de café no município de Avaré, São Paulo.

Para dar uma idéia do perigo da instalação da Melitta o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) observa que das 1.070 empresas brasileiras que operam no setor, apenas 28 beneficiam mais de 36 mil sacas por ano. Enquanto isso, a Melitta pretende iniciar suas atividades em outubro com 200 mil sacas!

A autorização para instalação da Melitta foi dada pelo ex-presidente do IBC, Camilo Calazans, que para isso contrariou portaria que ele mesmo havia baixado impedindo a entrada de empresas multinacionais na torrefação de café. A Melitta ousa, porém, dizer que não é uma empresa multinacional pois 54% do capital da empresa ficarão em mãos da Melitta do Brasil, que nada mais é do que sua subsidiária.

Os torrefadores esperam que o IBC tome medidas para barrar a entrada da Melitta, pois as empresas nacionais têm no momento capacidade para torrar nada menos que 27 milhões de sacas de café e estão com grande margem de capacidade ociosa. Perguntam, então: se há capacidade ociosa e a tecnologia de torrefação e moagem é amplamente dominada pelas empresas nacionais, para que permitir a entrada da Melitta? Eis aí uma questão que cabe ao IBC responder. E responder rápido. (R.B.)

A recessão gradual e segura

Assessores de Delfim já estão reconhecendo que uma recessão econômica pode ser inevitável

Duarte Pereira

"A recessão é inevitável e virá através do estrangulamento físico das importações". Quem fez esta previsão grave não foi um economista de oposição, nem mesmo Simonsen ou Rischbieter, mas Julian Chacel, diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e um dos assessores mais próximos do ministro do Planejamento, Delfim Netto. Estaria Chacel preparando a opinião pública para uma confissão de fracasso, a ser brevemente tornada pública por Delfim e seus "boys"?

Todos devem recordar-se do clima de euforia com o qual uma boa parte do empresariado capitalista recebeu a substituição de Mário Simonsen por Delfim Netto na Secretaria de Planejamento do governo federal. Já naquela altura, em meados do ano passado, se tornara claro que a situação econômica do país tendia a se agravar: embora o crescimento econômico tivesse se desacelerado significativamente desde 1974, o desequilíbrio nas contas externas continuava se alargando e as pressões inflacionárias voltavam a subir.

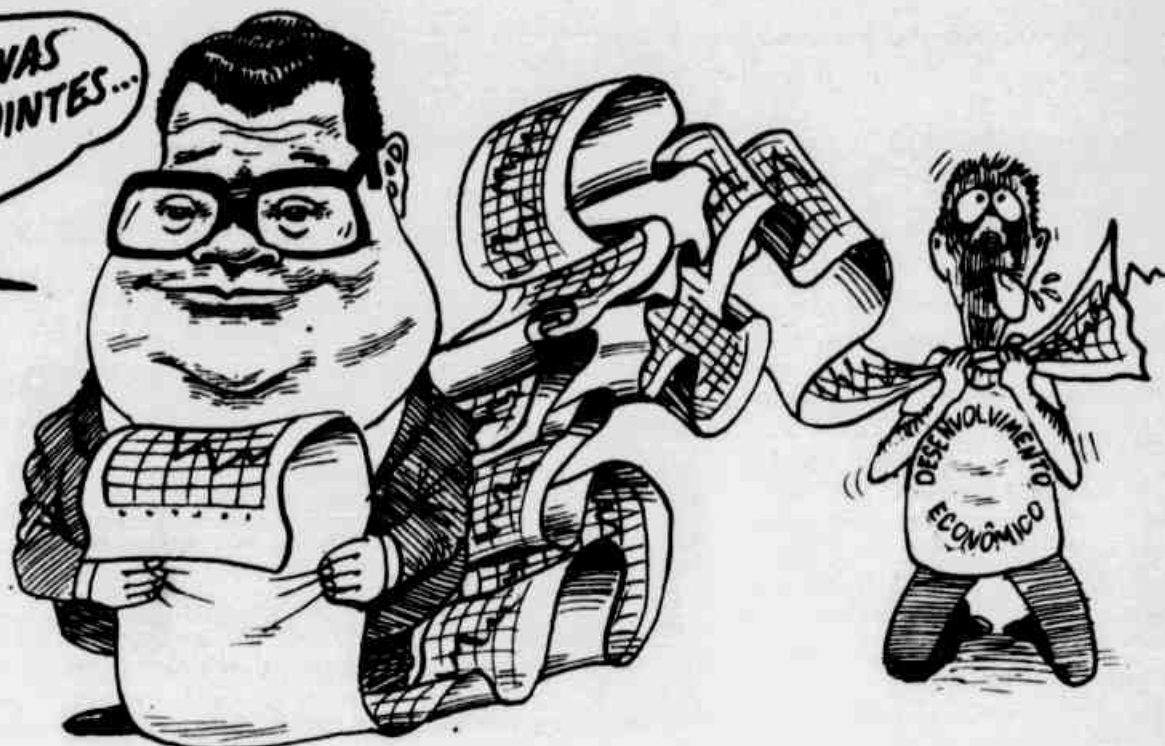
Nesse contexto, Simonsen passou a defender uma política de recessão moderada. Não excluía certa taxa limitada de crescimento econômico do país, mas desde que não colidisse com os objetivos prioritários que, segundo ele, seriam reduzir o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, retomar o controle do endividamento externo e diminuir a inflação. Para obter esses objetivos, propunha medidas de cunho eminentemente monetário: redução

do crédito e das emissões de moeda e de títulos públicos, cortes nos investimentos do governo e das empresas estatais, rigoroso controle dos reajustes de salários. Aplicadas com determinação, essas medidas fariam o país passar, necessariamente, por um período de recessão econômica (ou seja, de queda no nível das atividades produtivas e de incremento no desemprego), o que, acentuando a já tensa situação social, poderia, de embulhada, enterrar a tática de "abertura controlada" do regime militar.

Foi aí que Delfim se apresentou como salvador do regime autoritário e do modelo de desenvolvimento capitalista dependente. Segundo suas promessas, ele seria capaz de reduzir o desequilíbrio externo e a inflação interna mantendo um nível razoável de crescimento da economia; sem recorrer, portanto, a nenhuma fase recessiva. Sua fórmula parecia um ovo de Colombo: segurar os reajustes de certos preços, sobretudo dos salários; cortar certos gastos públicos; conter as taxas de juros; mas por outro lado incentivar a produção voltada para o mercado externo, em particular a produção agropecuária. Com isso, a queda no nível de investimentos, de atividades e de emprego de certos setores seria compensada, segundo Delfim, pelos aumentos em outros setores. E com a elevação da produção industrial exportável e sobretudo da produção agropecuária, Delfim contava ampliar significativamente as exportações, reduzir as importações de alimentos e de combustíveis, obtendo superávits na balança

AS ESTIMATIVAS SÃO AS SEGUINTE...

Luiz Antonio



comercial e reduzindo, pouco a pouco, os déficits em conta corrente do balanço de pagamentos e as necessidades de endividamento externo. O aumento da produção agrícola, assim como uma utilização maior da capacidade produtiva ociosa de certas indústrias, ajudariam também a conter os custos de produção da economia e as pressões inflacionárias.

Apesar do alarde, a política de Delfim era, no fundo, portanto, de "recessão seletiva", como a prática dos últimos meses confirma. Ela parecia mais apropriada aos objetivos do grande capital e do regime militar, que o serve, por dois motivos. Primeiro, porque não agravaria tanto as tensões sociais e políticas, como o faria uma política de recessão aberta e generalizada. Segundo, porque as dificuldades atuais da economia brasileira combinam uma crise conjuntural com a necessidade de reajustes estruturais no padrão vigente de acumulação. Sem alterar o padrão de consumo e suprimento energéticos da economia e sem encontrar outro setor líder para substituir a indústria automobilística, parece inviável que se criem as

condições para novo ciclo expansivo. Assim, uma política puramente monetarista, de corte na demanda, não resolve os problemas atuais da economia brasileira.

Mas Delfim não parece ter medido, em contrapartida, a seriedade da crise atual do desenvolvimento capitalista no Brasil e no mundo. Assim, não parece ter levado em conta que os reajustes exigirão uma fase prolongada de transição, durante a qual será preciso combinar uma política a médio prazo com a administração cuidadosa da situação econômico-financeira imediata. E durante esse período de transição, se poderao ocorrer ligeiras retomadas da expansão, tendem a registrar-se também fases de recessão nítida.

Praticar uma "recessão seletiva" nunca é fácil nas economias capitalistas e, se existe uma margem relativa de liberdade, é praticamente inviável, devido à natural e legítima reação dos trabalhadores às tentativas de jogarem a crise em suas costas e mesmo às disputas entre as diversas frações do capital e dos grandes proprietários de terras.

Por isso, as previsões de Delfim têm todas incorrido em grandes furos. O desequilíbrio externo e a inflação estão atingindo níveis sem precedentes em toda a história do Brasil. E se não quiser perder o controle completo sobre a economia, Delfim terá de sacrificar cada vez mais o crescimento, sobretudo industrial. E assim, de "recessão seletiva" sua política vai se transformando, de fato, numa transição gradual e segura para uma recessão aberta e ameaçadora às liberdades.

Dessa marcha dos acontecimentos, o movimento operário-popular já pode extrair uma lição. Se pode (e precisa) aliar-se a outras correntes democráticas na luta pelo fim completo do regime militar e pela conquista de amplas liberdades, ele precisa, ao mesmo tempo, diferenciar-se dessas outras correntes, tanto do ponto de vista político quanto organizativo, e precisa tratar de acumular forças para que tenha condições de lutar por soluções próprias para a crise.

Pois sem elas nem a democratização do país estará garantida.

Crescem as manipulações estatísticas

Há indicações sérias de que o ministro Delfim Netto persiste em sua tática de mudar os números dos problemas em vez de resolvê-los. O nível geral dos preços, por exemplo, vem apresentando taxas mensais de aumento muito altas; mas elas seriam maiores se estivessem sendo calculadas corretamente. Os índices de preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV) já se encontram tão desacreditados que os empreiteiros paulistas criaram um índice da construção civil, pesquisado por sua própria entidade de classe, para discutir reajustamentos de contratos com o governo. O índice da Associação Paulista dos Empreiteiros de Obras Públicas (APEOP), baseado em levantamentos mensais dos preços das edificações, pode ser comparado com índice semelhante calculado pela FGV, no Rio de Janeiro. Pois bem: de janeiro a

abril, o item edificações aumentou 23% para a FGV e 31% para a APEOP. Em abril, o índice da FGV variou 4,62% e o da APEOP alcançou 7,68%.

Mas não é só nos cálculos de preços que a mão de Delfim dissemina artifícios e dúvidas. Segundo o Banco Central, a dívida externa brasileira terminou o ano de 1979 no patamar de 50 bilhões de dólares; mas segundo as estimativas insistentes de instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, a dívida do Brasil já teria chegado no final de 1979 a 54 bilhões de dólares.

Sintomaticamente, o Banco Central vem retardando a divulgação de diversos dados e se recusando a fornecê-los até para entidades de pesquisa. Os últimos boletins do Banco Central só informam a posição das reservas brasileiras, por

exemplo, em relação a setembro do ano passado. Paralelamente, as autoridades vêm ampliando a prática de divulgar apenas "estimativas", que meses depois são corrigidas de modo discreto.

As estatísticas oficiais podem se distanciar tanto da realidade do país que o governo, que precisa de qualquer forma trabalhar com dados aproximadamente verdadeiros, tem levado suas instituições de pesquisa e assessoria a operar com duas séries estatísticas: uma "interna" e outra para ser divulgada publicamente.

E o que já estaria acontecendo com a FGV. Segundo a publicação carioca Relatório Reservado, de 26 de maio a 1º de junho de 1980, em documentos de circulação interna da FGV já se admite uma inflação de 80% em dezembro. E suas previsões para as contas externas

nos próximos anos se aproximam muito das que foram apresentadas no famoso relatório do ex-ministro Karlos Rischbieter, conforme se verifica no quadro abaixo.

Moral da história: se o quadro

da economia brasileira já é sombrio nas estatísticas conhecidas publicamente, ele se torna ameaçador nas pastas reservadas que circulam pelos gabinetes de Brasília. (D.P.)

Os números secretos da FGV

Previsões para o quinquênio
Em US bilhões

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Exportações	19,5	24,4	30,5	38,1	47,6	59,5
Importações	22,0	26,4	31,7	38,0	45,6	54,7
Déficit serviços	11,1	13,8	17,3	21,5	26,4	32,1
Dívida externa líquida	51,0	65,0	81,3	100,1	121,4	145,0

Fonte: Relatório Reservado, nº 708, Rio, 26-V a 1º-VI-1980.

Greve de 30.000 professores

Nos dias 11, 12 e 13, nas Universidades Federais de todo o País

Trinta mil professores de Universidades Federais deverão paralisar suas atividades docentes nos próximos dias 11, 12 e 13, dando prosseguimento à mobilização nacional por abono de 48% e pelo envio, ao Congresso Nacional, do anteprojeto de carreira do magistério.

A paralisação — que afetará 300 mil alunos da maioria das Universidades Federais autárquicas — foi decidida a partir de assembleias das Associações Docentes em cada Universidade, que se reuniram no último dia 31 de maio, no Rio, na Coordenação das Associações Docentes do Ensino Superior.

Esta será a terceira paralisação dos docentes federais nos últimos meses. A primeira, em setembro de 79, alcançou apenas as Universidades Federais do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Espírito Santo; a segunda, em 12 de abril, também não alcançou mais que cinco Universidades, e durou apenas um dia.

Para a paralisação desta semana, a Coor-

denação resolveu que ela só se efetivaria se um mínimo de dez Universidades aderissem, a partir de suas assembleias; até o fim da semana, já havia a adesão das Associações Docentes de 14 Universidades Federais, sendo que 11 delas pararão por três dias, enquanto as demais por apenas um dia.

A Coordenação Nacional das Associações Docentes do Ensino Superior distribuirá nota explicando as razões de sua campanha, em que diz o seguinte, entre outras coisas:

E suficientemente conhecido o quadro da Educação brasileira. A partir dos anos 60, as verbas para a Educação têm diminuído consideravelmente; o orçamento atual destinado ao ensino público (4,2%), contrasta radicalmente com a disposição da Constituição de 1946, que garantia à Educação uma parcela de 10% do orçamento da União. Este processo de redução de verbas decorre diretamente de uma política de Estado que tem por finalidade se eximir de suas responsabilidades com a Educação. O resultado desta política todos conhecemos. Por um lado, temos a crescente privatização do

ensino, por outro, a deterioração das condições de trabalho, o que vem ocasionar graves consequências nas atividades de docência e pesquisa. Nós compreendemos que a campanha dos professores universitários se insere dentro desta perspectiva mais ampla que é a luta por mais verbas para a Educação e pelo ensino público e gratuito.

Nossa reivindicações possuem dois níveis. Primeiro, a categoria se encontra numa situação cada vez mais difícil na medida em que o salário não consegue sequer acompanhar os índices da inflação; em março de 80, o reajuste salarial foi de 56% sobre o de março de 79, enquanto a inflação nesse período foi de 84%. Nos últimos dez anos a perda de nosso poder aquisitivo foi de 48%. Segundo, a redução dos níveis salariais atinge diretamente o ensino e a pesquisa. Associada à diminuição das verbas tem-se, desta forma, uma degradação cada vez mais pronunciada das atividades docentes e discentes".

(Roberto Martins, do Rio)

Geraldo Pastana, representando a Corrente Sindical Lavradores Unidos, de oposição, venceu, pela chapa 2, as eleições para a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, no Pará. Geraldo dedicou a vitória à memória do líder rural Raimundo Ferreira Lima, assassinado no fim do mês passado (veja matéria na página ao lado).



As eleições no sindicato de Santarém deram-se em dois escrutínios. No primeiro, dias 24 e 25 de maio, foram apurados 2.473 votos (503 para a chapa 1, 1.906 para a chapa 2 e 64 brancos e nulos), mas faltavam 42 votos para alcançar-se o quórum mínimo. A oposição afirma que o quórum não foi obtido por terem sido fraudulentamente anuladas três urnas por obra da situação. No segundo escrutínio, realizado no dia 2, a oposição conseguiu colocar fiscais em todas as 26 urnas, e o resultado foi o seguinte: brancos e nulos, 35; chapa 1, 272; chapa 2, 2.505, num total de 2.812 votos.

MULHERES ORGANIZAM-SE

As mulheres de São Bernardo não estão dispostas a perder o nível de organização que conquistaram durante a última greve dos metalúrgicos do ABC. Para isso, elas já realizaram duas reuniões e prepararam uma "Carta à população" em que anunciam a realização de uma festa junina nos dias 21, 22 e 28 deste mês, além do show que foi proibido durante a greve, no dia 29 de junho, no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo. Essas atividades têm o objetivo de arrecadar fundos para os trabalhadores demitidos por justa causa.

A última reunião, realizada no dia 1º de junho, ocorreu em dependências da Igreja Matriz de São Bernardo. Ali, cerca de 30 mulheres de vários bairros da periferia de S. Bernardo, Santo André e Mauá, discutiram as formas de preparar a festa e, ao mesmo tempo, utilizá-la para aumentar a organização nos bairros. A reunião é aberta a todas as mulheres, metalúrgicas ou não. Segundo explicou uma das coordenadoras, elas resolveram reunir-se pois grande número de operárias não entrou em greve, enquanto outras — em casa — influenciaram seus maridos a furar a greve. Ao lado disso, muitas mulheres ajudaram nos piquetes e nas comissões de segurança. "Chegamos à conclusão" — explicou a coordenadora — "de que essa experiência deveria passar para outros bairros e outras mulheres". (J.C.R.)

COMUNIDADES DE BASE

Cerca de 150 militantes de comunidades de base da diocese do ABC estiveram reunidos no final de semana retrasado, no salão paroquial da Igreja de Vila Alpina, em Santo André. A importância da organização popular foi a tônica de todas as reflexões desse encontro, que discutiu sobretudo a missão e a presença da Igreja nos acontecimentos significativos da vida do povo. D. Claudio Hummes disse que não basta o povo estar unido, é preciso estar organizado para lutar pelo que ele chamou de as mesmas causas de Jesus Cristo. Pe. Celso Pedro, vigário coordenador da região Leste de São Paulo, lembrou que Jesus Cristo nasceu na periferia, mostrando logo de que lado sempre quis se colocar. Frei Betto ressaltou que a missão da Igreja é estar atenta às necessidades do povo. "Cada vez que a Igreja se coloca a serviço da necessidade do povo, ela constrói um mundo novo". (Pedro de Souza, de São Bernardo)

NO PARÁ

A caça e o ataque aos posseiros

Seis posseiros estão sendo caçados há mais de uma semana pela Polícia Militar, nas matas do Município de Vizeu, no Pará. Eles foram acusados da morte de Domingos Freitas Dias e de ferimentos em José Roberto de Souza e Nonato Alves Corrêa, todos três tidos como pistoleiros da Araújo Ltda, empresa latifundiária florestal de propriedade de Joaquim de Jesus Bittencourt e Francisco Monteiro Mello.

OS ANTECEDENTES

A PM, auxiliada por dezenas de peões da Araújo e de outros latifúndios grilados, está pondo em pânico a população da área, cerca de duas mil pessoas. Representantes de entidades como a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos do Pará, Comissão da Pastoral da Terra, União Nacional dos Estudantes, e outras, formaram uma caravana para dirigir-se ao local a fim de dar apoio aos posseiros. O clima é de grande tensão e o conflito é considerado o mais grave dessa região do Estado; o padre Paulo Katel, juntamente com a Pastoral da Terra, está sendo acusado, pela polícia e pelos fazendeiros, de insuflar os

ânimos, e tanto o padre como a agente pastoral Socorro têm sido ameaçados de prisão.

A região começou a ser povoada em 1930, quando a garimpagem de ouro atraía, para essa área, muitas pessoas que acabaram ali se estabelecendo com suas famílias. Em 1969 o empresário Antonio Mingone apareceu na região afirmando que todos os trezentos mil hectares pertenciam à Cidapar (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário Industrial e Mineração do Estado do Pará); em novembro do ano anterior a Cidapar obtivera a aprovação da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) para um seu projeto de instalação de uma "indústria cerâmica". A Sudam não fiscalizou com rigor a questão da propriedade das terras, e, hoje, fala-se que houve fraudes escandalosas, numa verdadeira "grilagem cartorial".

Para apropriar-se das terras ocupadas, a Cidapar começou uma série de violências: invasão de roças, espancamentos, prisões, proibição de plantio etc., com o auxílio da polícia e do pistoleiro Marco Antonio, que se dizia major do Exército.

Contra a violência grileira da Cidapar, e à

frente dos posseiros vem lutando desde então Raimundo Ferreira da Silva, o "Raimundo Roxo", que chegara à região em dezembro de 1933, proveniente do Ceará. Com 70 anos de idade, Raimundo já foi preso quatro vezes. A última foi no dia 25 de maio: o tenente Felix, da PM, chefando 23 praças, cercou sua casa, na Colônia Nova, no km 122 da Rodovia Pará-Maranhão, muito distante da área de conflito. Raimundo foi acusado de ter liderado os posseiros suspeitos de ataque aos pistoleiros, e, por causa disso, foi colocado no chão de uma kombi, levado à sede da Cidapar e ao rancho da Araújo Ltda; depois foi obrigado a ficar dois dias na mata com os soldados da PM que procuravam os seis posseiros escondidos, um dos quais é seu filho.

Raimundo Roxo conta a Movimento como foram esses dias: "Os soldados estavam apavorados. Qualquer barulho, eles metralhavam tudo. Mas não conseguiram encontrar os posseiros".

Depois, a PM levou Raimundo Ferreira da Silva, preso, para Belém, e ele só foi libertado graças ao advogado Carlos Sampaio, da Pastoral da Terra. (Luiz Maklou, de Belém)

OPOSIÇÕES SINDICAIS

Poderão ser superadas as divergências?

Alguns dos problemas que dividiam as oposições sindicais podem estar encaminhando-se para uma superação. É o que se desprende das reuniões e passos preliminares destinados a uma reunião nacional que deverá se realizar nos dias 2 e 3 de agosto, com o nome de Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES). Antes disso será realizado o Encontro Estadual dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical, em São Paulo (rua Martiniano de Carvalho, 156), no dia 14 deste mês.

"O Encontro" — dizem os organizadores — "pretende a construção de um sindicalismo independente, autônomo, democrático e unitário, assentado numa ampla organização pela base, que desemboque em uma entidade central de trabalhadores, da mesma forma independente, autônoma e unitária".

A principal característica desse Encontro é que, de sua organização, participam tanto diretorias eleitas de alguns Sindicatos quanto Oposições Sindicais (OS) de outros, bem como associações profissionais que ainda não têm personalidade jurídica sindical. Entre outros, citam-se os sindicatos de bancários de São Paulo e Santos, correios de São Paulo e Franca, associações como as dos professores oficiais de São Paulo, carteiros, vigilantes, a

CGP do funcionalismo, e OSs dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco, São José dos Campos, Suzano, Mogi das Cruzes, Guarulhos, de engenheiros de São Paulo, e a Comissão Salarial dos Metalúrgicos de São Bernardo.

O ENCONTRO DE MAIO

Nesse quadro de debates, análises e avaliações do movimento sindical brasileiro e do papel que nele representam as oposições é que se pode classificar um outro congresso, de origens diferentes mas de propósitos semelhantes, que se realizou em São Paulo, nos dias 10 e 11 de maio: o 1º Encontro de Oposições Sindicais.

Esse 1º Encontro de OSs, que reuniu 40 representações de dez Estados, aprovou, como algumas de suas conclusões mais importantes, as seguintes: "combater o reformismo (os que conciliam ou colaboram com pelegos e patrões), estruturar a ligação entre as Oposições Sindicais e Sindicatos Combativos através de encontros mais frequentes e fortalecer a realização do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES)".

Em documento divulgado pelos organizadores do 1º Encontro de OSs, diz-se: "Neste

momento, em que se articula um Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical, acreditamos que ele deva aglutinar todas as forças do movimento sindical que se colocam nessa luta. A realização de um Encontro de Oposições Sindicais não é uma proposta alternativa, mas vem responder à necessidade específica das oposições sindicais de avaliarem a sua atuação e darem alguns passos no sentido de uma articulação mais efetiva das mesmas".

A maior parte das conclusões do 1º Encontro das Oposições Sindicais se refere a formas de ligação entre elas, de divulgação de informações, outras maneiras de articulação e arrecadação de fundos. Vários dos itens referem-se à necessidade de unificar as lutas dos trabalhadores das cidades e dos campos, bem como das mulheres.

Em nenhum momento é usada, no relato oficial divulgado ao término do Encontro, a expressão "sindicato paralelo", e o tema central das discussões foi o das formas de combater o atrelamento dos sindicatos ao Estado. Por outro lado, o 1º Encontro das OSs enfatizou bastante as questões de organização pela base, comissões de fábrica, autonomia e independência dos organismos de base e unificação das lutas dos trabalhadores. (P.A.)

O cruel assassinato de "Gringo"

Dois tiros na emboscada matam o líder camponês Raimundo Ferreira Lima, o "Gringo"

Luiz Maklouf de Carvalho e José Carlos Ruy

O assassinato do lavrador Raimundo Ferreira Lima, conhecido como "Gringo", e dos fazendeiros Fernando Leitão Diniz e Elias Uliane, no espaço de um mês, elevou o clima de tensão existente na região de Conceição do Araguaia, no Sul do Pará — uma área de violentas lutas entre posseiros, grileiros e latifundiários, onde hoje se pode contar 120 conflitos.

Raimundo Ferreira Lima era agente pastoral, tinha 43 anos, era casado, pai de seis filhos — o maior com 11 anos e o menor com oito meses — e concorria ao cargo de presidente pela Chapa 2 (de oposição) nas eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, marcadas para o próximo dia 29 de junho. Raimundo morava na localidade de Itaipavas, em Conceição, e era conhecido e respeitado como líder pelos lavradores no Sul do Pará. Seu assassinato, ocorrido no dia 29 de maio, teve sem dúvida um caráter político, e está envolto ainda em circunstâncias misteriosas. "Gringo" foi encontrado agonizante, na manhã do dia 29, na entrada do município de Araguaína por um motorista de caminhão, que avisou a polícia. Tinha recebido dois tiros calibre 32 pelas costas, apresentava marcas de forte pancada na cabeça e um braço havia sido quebrado. Contudo, os Cr\$ 17 mil que ele levava, que pertenciam à oposição sindical, não foram tocados, o que afasta a hipótese de um assalto. Além disso, quando o advogado da Comissão Pastoral da Terra — CPT — Paulo Fontelles investigava o crime em Araguaína, ouviu do delegado local, Almir Alves Correa, que a morte do lavrador tinha mesmo que acontecer, "porque ele era um agitador".

MARCADOS PARA MORRER

Numa entrevista dada em São Paulo, no último dia 3, dois membros da CPT-Regional Tocantins-Araguaia, contaram que as investigações feitas por Paulo Fontelles, juntamente com outro advogado da CPT, Ricardo Resende, levantaram fortes indícios de que o assassino de "Gringo" seria o pistoleiro "Zé Antônio", que se apresenta como filho adotivo do fazendeiro Fernando Leitão Diniz.

Segundo esses representantes da CPT, "os fazendeiros e os grileiros tentam esfregar o sindicato rural e os líderes que estão ao lado dos posseiros".

Denunciaram que existem duas listas de pessoas marcadas para morrer, uma delas com sete nomes: Raimundo Ferreira Lima, que já foi assassinado, o Pe. Aristides, dois agentes pastorais e três posseiros. Esta lista teria sido preparada pela Indústria Madeireira Paraense, Impar.

As perseguições sofridas por "Gringo" são antigas. Há três anos ele foi salvo de morte certa pelo então bispo de Marabá, D. Estevão, que impediu a invasão por pistoleiros de uma casa onde ele se encontrava. Com a proximidade das eleições sindicais, o clima tornou-se mais tenso, já que a atual diretoria, presidida por um interventor e proprietário de larga área de terra, Bertoldo Siqueira, tem apoio efetivo de todos os grileiros, latifundiários e autoridades locais, para quem a vitória da oposição sindical — que defende a luta firme pela reforma agrária imediata e radical — traria grandes problemas.

PROBLEMAS DESDE 1945

A tensão agravou-se definitivamente no dia 8 de maio, quando o grileiro Fernando Leitão Diniz foi assassinado num tiroteio com posseiros. Essa morte ocorreu na região do Cabral, a 70 km de São Geraldo do Araguaia, na área da Prelazia de Conceição. Ali, os problemas de terra remontam a 1945, quando a Fundação Brasil Central recebeu como doação cerca de 153 mil hectares, mas nunca os utilizou. Posteriormente, essa área foi transferida a um grupo de japoneses para colonização. Os japoneses também nunca fizeram nada com a terra. Há cerca de dez anos, a área passou a ser ocupada por posseiros, e muitos grileiros começaram a disputar sua posse. A situação dessas terras é tão complicada que chega a haver justaposição de três ou quatro títulos de propriedade para uma mesma área, uma vez que os títulos antigos nunca foram anulados.

Fernando Leitão Diniz comprou 300 alqueires (cada alqueire tem 48 mil metros quadrados) do fazendeiro Oliveira Paulino, mas tentava demarcar 1.200 alqueires. Ele chegou a conversar com os posseiros, dizendo que queria fazer um acordo. No dia marcado, entretanto, não compareceu. Os posseiros resolveram esperar mais quatro dias, antes de irem ao encontro de Fernando Diniz, na picada de demarcação que ele



Raimundo numa de suas últimas fotos: no encontro de oposições sindicais, em São Paulo, em abril passado

estava fazendo, e que já tinha 5 km.

Como o fazendeiro estava acompanhado de muitos capangas armados, os posseiros resolveram esperá-lo escondidos na mata, no caminho que ele deveria fazer para voltar. Apenas dois posseiros, "Toinho" e Francisco foram conversar com Fernando Diniz e, depois de uma ápera discussão, ouviram dele: "não tenho que fazer acordo nenhum, tenho Cr\$ 5 milhões para gastar aqui, a terra é minha e vocês podem apelar para quem quiserem".

Depois disso, ameaçou os posseiros, e seus capangas deram alguns tiros contra eles. Os dois correram, e os posseiros — cerca de 44 — reagiram. No tiroteio que se seguiu, Fernando Diniz morreu com 14 cargas de chumbo.

Esse acontecimento causou grande alvoroço entre os fazendeiros; reunidos com o sindicato pelego e com o prefeito Giovanni Queiroz, escolheram uma comissão para ir a Brasília (veja Movimento da semana passada), onde denunciaram ao ministério de Justiça o retorno da "atividade guerrilheira" na região, que seria apoiada por padres, os quais teriam distribuído armas aos posseiros. Essa falsa denúncia, com a qual procuravam justificar e incentivar uma maior repressão contra os posseiros, não foi aceita nem mesmo por autoridades militares.

Para um padre da CPT, o simples fato "dos posseiros terem apenas armas de caça, enquanto os pistoleiros e fazendeiros têm até metralhadoras" desmente as acusações de que religiosos teriam fornecido armas a eles.

O clima de violência é permanente na região. No último dia dois o tristemente célebre pecuarista e grileiro Elias Uliane foi assassinado por um pistoleiro profissional, e há suspeita de que esse crime foi cometido para insinuar uma possível vingança dos posseiros, depois da morte de "Gringo". Em Xinguara — onde ocorreu o crime — especulava-se, no entanto, que questões entre fazendeiros relativas ao corte de madeira teriam sido o real motivo da morte de Elias Uliane.

A VIOLÊNCIA RECENTE

Essa situação de tensão tem causado grande perplexidade entre os membros da Comissão Pastoral da Terra, e as lideranças dos posseiros do Araguaia. Eles não entendem como é que o GETAT — Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins — criado pelo governo federal no início do ano, e com amplos poderes para resolver os conflitos na região, tem permitido os desmandos e arbitrariedades dos grileiros, latifundiários e fazendeiros locais. Ouvidos em São

Paulo, eles explicaram que o GETAT não tem, até o momento, uma presença ativa na região, e que a tática do governo federal é fornecer títulos de propriedade "a quem conseguir demarcar as terras, pois isso é sinal de que não há ninguém nelas". Por isso, a tensão na região cresceu depois da criação do GETAT.

Em Conceição do Araguaia, o representante do GETAT é o major Luchini, conhecido por "Curió", que serviu na região na época da guerrilha, em 1972-1974, e tem tomado algumas atitudes em defesa dos posseiros. Entretanto, apesar de seus plenos poderes para acabar com os problemas na área, e de ter dado "muitas esperanças aos posseiros", sua atuação tem sido omissa nos conflitos que estão acontecendo na região.

Enquanto isso, os posseiros são obrigados a defender-se como podem dos fazendeiros e seus pistoleiros e da Polícia Militar. Entre as barbaridades cometidas pela PM os membros da CPT denunciaram que os posseiros são obrigados a beber urina de soldados, engolir cigarros acesos e a manter relações sexuais com outros posseiros, entre outras coisas. Por isso, eles não têm nenhuma confiança na PM ou no Inara, que também é dominado pelos latifundiários. Mas — segundo um padre da CPT — "o pessoal acredita muito no Exército". Essa confiança foi demonstrada pelos posseiros quando, depois de matarem Fernando Diniz, refugiaram-se na mata. Eles colocaram uma placa na beira do rio, avisando que não se entregariam para a PM, mas apenas para o Exército. E aconselhavam a polícia a não entrar na área, tendo inclusive afixado um pano vermelho, em sinal de perigo.

ATOS DE PROTESTO

Em protesto contra o assassinato de "Gringo", várias entidades democráticas de Belém reuniram-se para encontrar formas para apoiar a luta dos lavradores, agora centrada na vitória nas eleições sindicais desse mês. Para isso, 30 mil manifestos foram distribuídos em Belém, convocando a população para um culto ecumênico em memória de "Gringo", no próximo dia 22. Além disso, uma caravana embarcou para Conceição, para participar do ato público marcado para domingo passado.

Em Conceição, a diocese e a oposição sindical distribuíram dez mil convites para o ato público, e o próprio bispo D. José Patrick, atualmente em viagem na Europa, fitou, pelo telefone, uma nota de protesto contra o "assassinato brutal e covarde" de "Gringo".

Profundas divisões internas paralisam as atividades

Não houve festa, nem foguetório. E em muitas escolas nem foi lembrado que no último dia 29 de maio a União Nacional dos Estudantes comemorou seu primeiro ano de reconstrução.

Um ano antes, em Salvador, seis mil estudantes, representando a maioria das escolas do país, haviam aclamado delirantemente a bandeira azul e branca da UNE, hasteada impunemente pela primeira vez após 15 anos de perseguições. Era o XXXI Congresso da entidade, realizado graças ao esforço incrível dos estudantes durante meses e meses, apesar de todas as pressões do governo.

Foi um aniversário melancólico em termos de manifestações programadas pela primeira diretoria da UNE, eleita em outubro do ano passado numa disputa que mobilizou cerca de 350 mil estudantes. Não houve boletins nem jornais marcando o primeiro ano de lutas. Nem sequer uma nota oficial.

Na imprensa houve apenas uma entrevista com dois dos quinze diretores que se encontravam em São Paulo na ocasião, Marcelo Barbieri e José Pimenta, destacando principalmente as dificuldades políticas da entidade para unificar as lutas estudantis no país e também a carência de recursos financeiros da UNE, vivendo hoje quase que exclusivamente da boa vontade de parlamentares oposicionistas.

Mas, apesar da diretoria ter praticamente ignorado a data, os estudantes de certa forma a comemoraram dignamente: greves e manifestações públicas ocorreram em diversos cantos do país naquela semana, quase todas envolvendo a reivindicação de mais verbas para educação, bandeira de luta estabelecida pela UNE em fevereiro deste ano. Algumas escolas mantinham greves há mais de dois meses, como a Universidade de Vicosse, Minas Gerais, e a Rural, do Rio de Janeiro (que ainda continuam paralisadas).

Entre os dirigentes estudantis, das mais diversas tendências políticas, é quase unânime a afirmação de que o movimento estudantil cresceu enormemente nos últimos meses, em função principalmente do agravamento das precárias condições de ensino, resultado da política educacional do regime militar, que destina cada vez menos verbas para o setor, favorecendo sua privatização.

Críticas e mais críticas. De todos os lados

A UNE, na medida em que cria condições para a unidade destas lutas, através das reuniões nacionais que promove, contribui significativamente para o seu crescimento. E é a partir daí que ninguém questiona sua importância. Mas essa é apenas uma parte, pequena, da questão.

Ao mesmo tempo que nenhuma tendência política do movimento questiona a importância da entidade, é crescente o número de críticas dirigidas à sua diretoria, vindas dos mais diferentes setores do movimento.

Em Brasília, os diretores do DCE



Na foto à esquerda, a reunião da diretoria estudantil — na semana passada em São Paulo — e paralisam a entidade um ano após a reconstrução. A direita, o vice-presidente da entidade, Fredo Ebling, em uma reunião com os diretores.

Os rachas para

da UNB, que organizou uma greve recentemente para protestar contra a recondução, pela terceira vez, do militar José Carlos Azevedo ao cargo de reitor, faz severas críticas à atual diretoria da UNE, dizendo: "Eles não estão se empenhando para tornar a UNE mais representativa junto aos estudantes, para fazer parte do seu cotidiano".

No Rio Grande do Sul, o Diretório Estadual dos Estudantes, de tradicional orientação direitista, que não organizou nenhuma greve ou qualquer manifestação, mas está descontente com a diretoria da UNE porque esta ainda não o reconheceu como única entidade representativa naquele Estado, nem faz mais críticas. O DEE já estaria articulando, com muita discrição, outra entidade nacional, que se chamaria Diretório Nacional dos Estudantes. Para isto contaria com o apoio de outras escolas, como o DCE da Universidade Mackenzie, de São Paulo.

Da parte do DEE não há surpresa nenhuma. Afinal, foi esta entidade que organizou em Salvador, em maio do ano passado, durante o Congresso, o enterro simbólico da UNE pelas ruas da cidade, sob a proteção da polícia do governador Antonio Carlos Magalhães.

E quanto aos estudantes de Brasília se poderia dizer que as críticas advêm do fato de terem apoiado em outubro a chapa *Unidade*, derrotada nas eleições e principal inimiga de *Mutirão*, vencedora. O mesmo se poderia ainda dizer do estudante Eduardo Albuquerque, ex-diretor do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais, um dos críticos mais áperos, que qualifica de "oportunistas" várias atitudes da diretoria da UNE nos últimos tempos. Afinal, foi ele quem encabeçou a chapa *Novação*, também derrotada em outubro.

Mas as críticas têm vindo até de tradicionais aliados. O DCE da Universidade de Vicosse, um dos mais destacados neste primeiro semestre devido à greve que paralisa aquela escola há quase três meses, apoiou a chapa *Mutirão*, garantindo-lhe significativa vitória naquela escola. Mas hoje faz sérias restrições à diretoria que ajudou a eleger, segundo informações de sua assessoria de imprensa: "A diretoria da UNE praticamente ignorou nossa greve, quando poderia ter ajudado muito em termos de divulgação e de ligação com outras escolas. Isto nos afetou tanto que estamos propondo hoje uma espécie de comando de greve nacional, que unifique os movimentos grevistas e conjugue seus esforços, tão dispersos. Não se trata de uma entidade paralela, mas sim de alguma coisa que, atuando junto à diretoria, propicie a execução de atividades tão urgentes e necessárias. De imediato contamos com a adesão à nossa proposta da Universidade Federal Rural do Rio, que enfrenta os mesmos problemas, e da escola de Coronel Fabriciano, no interior de Minas".

Essa proposta chegou a ser levada à diretoria da UNE, mas sequer foi discutida mais atentamente. A idéia de "comandos" irrita profundamente a maioria dos diretores, que vêem nisso embriões de entidades paralelas.

Mas as críticas ainda não param nos aliados. Dentro da própria diretoria da UNE, um dos integrantes da chapa *Mutirão* já ameaçou demitir-se do cargo, por não concordar com algumas posições que vêm sendo assumidas por parte de seus colegas. E Fredo Ebling, diretor de Cultura, que disse recentemente numa entrevista para o jornal *Em Tempo*: "É inegável e devemos reconhecer publicamente que a diretoria da UNE, hoje, encontra-se dividida. Existem pessoas que renegaram o programa apre-

sentado nas eleições, criando um grande conflito interno na diretoria e que precisa ser resolvido".

Quem quiser entender os problemas enfrentados atualmente pela UNE deve começar por esta declaração de Fredo, ou seja pela verificação das grandes divergências políticas que hoje convulsionam a diretoria. Esta é a cabeça do problema.

A chapa *Mutirão* formou-se a partir da união de pelo menos três tendências políticas dentro do movimento estudantil, mas principalmente das tendências conhecidas como *Caminhando* e *Refazendo* (denominações que recebem no Estado de S. Paulo, mas que variam em outras regiões do país). Estas tendências conseguiram elaborar um programa comum e compor a chapa *Mutirão*, encabeçada pelo estudante de jornalismo Ruy Cesar, 23 anos, ex-presidente do DCE da Universidade Federal da Bahia e oriundo da tendência *Viração*, correspondente de *Caminhando* naquele Estado. Esta tendência tinha sete elementos entre os 15 integrantes da diretoria.

Seis diretores se bandeiam para a oposição

Além do objetivo de dar à UNE um programa popular e democrático, que representasse os anseios da maioria dos estudantes, o objetivo da união entre as diferentes correntes era também combater os estudantes então qualificados por eles de "conciliadores" ou "reformistas", reunidos em torno da chapa *Unidade*, que apresentava razoável crescimento dentro do movimento.

Eleita, a diretoria manteve-se unida até o início deste ano, quando a necessidade de posicionamen-

to diante de camadas políticas nacionais revelou fissuras.

Em fevereiro, as restrições até então da diretoria, acabaram de forma bombástica na reunião do Conselho Entidades Gerais realizada naquele mês. Justamente o posicionamento dos partidos.

Marcelo Barbieri da UNE, ex-diretor de São Paulo, 22 anos, fez um discurso onde, entre outras coisas, ter-se prometido o fazer deste país. Isto significava não podia dar-se soas políticas, o máximo possível ditadura.

Era uma espécie de suas análises feitas da conjuntura, e, por tabela, *Mutirão*. Era sua der o PMDB como oposicionista a UNE.

Mas a diretoria, ao reconhecer, naquele momento, a oposição. E fez isto sem de uma posição antes, onde reconheceu como principal par-

Era a briga interna da diretoria ir e voltar. Aplicava estas medidas aos estudantes compreendendo a preferência de passar tudo ia bem.

Também havia quanto à questão soviética no Afepontos da pauta Horizonte (projeto) uma tradição da ciamentos a respo-

es da entidade máxima dos estudantes brasileiros



da UNE — União Nacional dos Estudantes — as divisões internas transbordaram sua reconstrução no Congresso do presidente Barbieri, um dos pólos do posto.



decidiu manter a decisão do Coneg, desconhecer as eleições realizadas pela UEE-RS, propor novas eleições unitárias, e não reconhecer por enquanto nenhuma das duas entidades como legítima representante dos gaúchos.

Fredo Ebling, estudante gaúcho que faz parte da diretoria e que já ameaçou demitir-se anteriormente por causa desta discussão, acredita que o problema só vai se agravar no Rio Grande do Sul.

A confusão que vai surgir pode ser avaliada por este pedaço de um diálogo entre os diretores da UNE e outros participantes da reunião, na quarta-feira, 4:

Fredo: Essa resolução adotada agora fere a democracia estudantil. E isso tem ocorrido com frequência aqui dentro. Basta dizer que o Marcelo continua defendendo por aí, em nome da UNE, que o PMDB é o único partido de oposição, contrariando decisões da maioria da diretoria.

Aldo Rebelo: É uma decisão com características intervencionistas, o que não é uma tarefa da UNE.

Marcelo Barbieri: Terá que haver eleições unitárias no Rio Grande do Sul. E nem vamos discutir mais isto, porque os estudantes gaúchos têm que se submeter aos interesses dos estudantes de todo o Brasil, que são os da unidade.

Pedro Pereira: (diretor da UNE) Não devemos ter medo de usar a palavra intervenção. E isto mesmo que acontecerá no Rio Grande do Sul a UNE vai intervir para garantir a unidade do movimento.

lisam a UNE

Roldão Oliveira

es questões da
como a refor-
começou a

as divergências,
o conhecimento
m se revelando
durante uma
o Nacional de
Coneg, reali-
discussão sobre
te aos novos

vice-presidente
da UEE de São
um emocionado
entre outras
anado com as
el Figueiredo de
a democracia".
oposição ainda
o luxo de divi-
endo unir-se o
ra combater a

de autocrítica
interiores a res-
política do país
programa de
se para defen-
o único partido
recer apoio da

acabou reco-
união, quatro
indistintamen-
fazer autocrítica
notada semanas
ecia o PMDB
o de oposição.

na que fazia a
E como não ex-
anças, impossi-
es uma melhor
divergências,
imagem de que

achas" internos
a invasão militar
nistão, um dos
Coneg de Belo
ava-se manter
NE de pronun-
dos problemas

internacionais, principalmente os que envolvessem lutas de libertação popular).

Entre os diretores da UNE, a maioria era favorável à condenação da invasão. Mas o assunto não entrou em discussão. Nem no Coneg, nem nunca mais. De um lado foi uma hábil manobra dos defensores dos soviéticos, que sabiam antecipadamente de sua derrota numa votação; de outro foi um "cochilo" dos que condenavam a invasão, não insistindo para colocar o assunto em discussão.

Os dois lados perderam mais uma vez a oportunidade de explicar o fundo político das divergências que já corroíam a UNE internamente.

Erro semelhante ocorreu em relação à questão da filiação à União Internacional dos Estudantes — UIE, entidade com sede em Praga, Tchecoslováquia.

Quando o assunto foi colocado em pauta pela primeira vez, também não houve concordância entre os diretores, que preferiram adiar a discussão até que tivessem mais informações a respeito. Mas o debate não voltou jamais à pauta. E hoje a UNE participa de fato da UIE, apesar de não ter oficializado sua filiação, e apesar da crítica de setores do movimento estudantil à UIE, afirmando que não passa de um instrumento do "social-imperialismo" soviético para interferir na política dos movimentos estudantis.

Ruy Cesar, o presidente, já esteve em Praga, no secretariado da UIE. Aldo Rebelo, secretário-geral, também lá esteve, recebendo o informe de que a UNE dispunha de duas bolsas de curso universitário, na Alemanha e na Dinamarca, doadas pela UIE aos estudantes brasileiros. Kika de Souza, diretora para a área de Humanas, já esteve em Damasco, na Alemanha e na Bolívia, participando de seminários da UIE. Na Bolívia recebeu de representantes daquela entidade milhares de adesivos verde-amarelos, com os seguintes dizeres:

UNE — ensino gratuito e democrático. E mais abaixo, em pequenas letras: *Impresso pela UIE*. Há várias outras atividades comuns às duas entidades.

Na semana passada, dois diretores da UNE, em "off", disseram a *Movimento*: "A UIE é uma entidade dominada pelo social-imperialismo. Mas é só através dela que podemos manter contatos com entidades de outros países. Não há escapatória".

Hoje, depois de muitas disputas, a diretoria da UNE não é a mesma de 1979. Apesar de continuarem existindo três alas. A primeira delas, *Refazendo*, ficou reduzida a dois membros. A segunda, *Caminhando* ou *Viração*, continua majoritária, com sete membros, mas não consegue articular-se como bloco durante as discussões e votações. E a terceira, cujo membro mais destacado é o vice-presidente, Marcelo Barbieri (que deixou a *Refazendo* e hoje se identifica mais com *Unidade*), foi a que mais cresceu, tem seis estudantes. Neste último caso, trata-se de um número espantoso, uma vez que o grupo não tinha nenhum elemento na diretoria; e de uma proeza incrível, pois a tendência arquiinimiga do *Caminhando* hoje exerce grande influência na diretoria.

Uma grande crise no Rio Grande do Sul

Na última reunião de diretoria da UNE, por exemplo, realizada na semana passada em São Paulo, com a ausência de quatro membros no início da reunião e seis no final, esta terceira ala praticamente dominou todas as votações das propostas ali apresentadas.

Na pauta desta última reunião estava um assunto que polarizará as atenções das entidades estudantis

neste final de semestre e, talvez, até as próximas eleições. Um assunto que servirá para demonstrar, cabalmente, todas as fissuras existentes e ainda não aprofundadas.

Trata-se da questão que hoje envolve a União Estadual dos Estudantes e o Departamento Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul, ambos reivindicando exclusividade na representação dos estudantes gaúchos.

Resumidamente, o problema pode ser assim apresentado:

a) o DEE é uma entidade que tem assumido nos últimos anos posições claramente direitistas. Exemplo notório foram as dificuldades que criou no Congresso da UNE em Salvador, típicas da extrema direita. Suas entidades de base são quase todas pelegas, conforme vários diretores da UNE reconhecem.

b) a UEE-RS é uma entidade criada livremente pelos estudantes, que participaram ativamente do processo de reconstrução da UNE, e que tem o apoio da maioria das entidades de base do Rio Grande.

c) depois de fracassar no boicote à UNE, o DEE resolveu participar das reuniões nacionais, exigindo direito a voz e voto. E mais a exclusão da UEE.

d) o debate se arrastava desde maio de 1979, até que, recentemente, o Conselho Nacional de Entidades Gerais — Coneg, aprovou, por sugestão da diretoria da UNE, as seguintes medidas: reconheceu que existem duas entidades representativas no Rio Grande do Sul, que elas deveriam ser unificadas através de uma eleição única para a UEE ser recriada; e que a UEE atual deveria adiar suas eleições, já marcadas.

e) como era de se esperar, a UEE-RS não acatou a decisão do Coneg e realizou, com sucesso, suas eleições: votaram quase 37 mil estudantes. E o DEE marcou eleições para o segundo semestre.

f) a diretoria da UNE, reunida na semana passada em São Paulo,

Além de tudo, dificuldades financeiras

Caloi: (diretor da UEE-SP) Não se fará a unificação através desta intervenção. Só se aprofundará o divisionismo. E aqui fica uma advertência aos diretores da UNE: se pretendem com isto abrir um precedente para outras intervenções, saibam que os estudantes de São Paulo jamais aceitarão isto e saberão reagir firmemente.

As dificuldades da UNE não se resumem ao campo político, conforme também ficou evidente na mesma reunião. Suas dificuldades financeiras são imensas, porque até hoje não conseguiu organizar a filiação das entidades. Com isso, há diretores que não podem viajar por falta de recursos (a reunião por exemplo, não contou com a presença de dois deles por este motivo); e até agora só saiu um número do jornal da UNE, entre outras deficiências. Suas secretarias e departamentos ainda não foram organizados devidamente (comentou-se na reunião que não possuem sequer um controle do número de entidades filiadas à UNE).

As maiores dificuldades, porém, estão no campo político. Outro fato que comprova isto foi a própria autocrítica em relação à questão do histórico prédio da UNE no Rio, que começava a ser demolido pelo governo naquela mesma quarta-feira. Os diretores tiveram que reconhecer que não souberam conduzir a luta política para que o prédio, que abrigou a sede da entidade durante quase duas décadas, não fosse demolido, limitando-se quase que exclusivamente à disputa judiciária, que vinha se arrastando desde o início do ano.

A África já não é mais aquela

O Brasil encontra países novos, pragmáticos, mas que não cedem em seus princípios

Helena Salem

Sem dúvida, os Governos africanos revelam-se tão pragmáticos quanto o brasileiro. Mas, ressalva seja feita, sem intenção de abrir mão de seus princípios.

E o que tem ficado bastante claro na atual visita do chanceler Saraiva Guerreiro à África, iniciada dia 1. Na entrevista coletiva pouco antes de Guerreiro deixar a Tanzânia, primeira escala de sua missão, o chanceler daquele país, Benjamin Mkapa, fez questão de assinalar: "As relações entre o Brasil e a Tanzânia começam a partir de agora, 1980, pois o passado não se apaga".

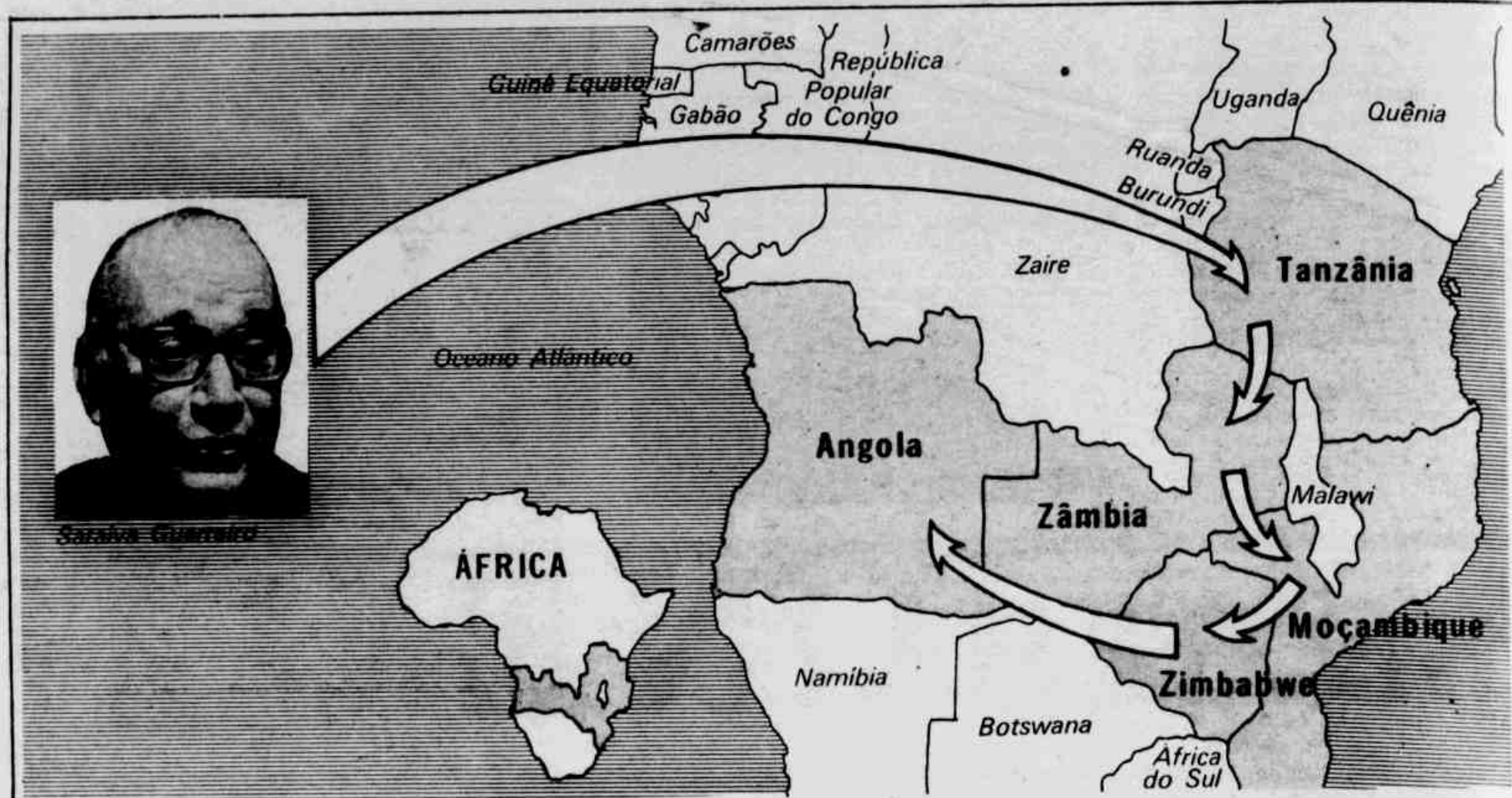
Ou seja, ninguém pretende esquecer, justificar ou "adocicar" o suporte oferecido, no passado, pelo Governo brasileiro ao colonialismo português. Afinal, houve momentos em que, nas votações das Nações Unidas, o Brasil e a racista África do Sul eram os únicos a apoiarem a dominação portuguesa sobre Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e demais colônias. Tudo isso ficou registrado e também foi tudo isso que levou o Brasil, para profundo desgosto do Itamaraty, a não ser convidado para os festejos da Independência Moçambicana, a 25 de junho de 1975.

País-chave da linha frontal

Mas a despeito dessa realidade, a viagem de Guerreiro talvez tenha tanta importância para os africanos quanto para Brasília. Por isso, os primeiros mostram-se dispostos a "começar", sem cobrar, da mesma forma que a diplomacia brasileira assume posições tão abertas e avançadas em relação à África.

O chanceler Saraiva Guerreiro começou sua missão africana por um país-chave da chamada "linha de frente" (Tanzânia, Moçambique, Angola, Botswana, Zâmbia e agora Zimbabwe). E entrevistou-se com o talvez mais respeitado dos dirigentes africanos, o presidente tanzaniano, Julius Nyerere: adepto de um socialismo mais próximo à social-democracia (que não exclui as multinacionais do país), mas que desempenhou sempre um papel fundamental no combate ao colonialismo europeu no sul da África.

Nyerere conversou longamente com Guerreiro, analisou os problemas políticos de seu continente, e destacou a necessidade de o Brasil apoiar a luta do povo da Namíbia contra a dominação sul africana. Com a recente independência do Zimbabwe (ex-Rodésia) e a



A hábil expedição do chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro, nessa ordem: Tanzânia, Zâmbia, Moçambique, Zimbabwe e Angola.

constituição de um governo de maioria negra naquele país, a Namíbia e a própria África do Sul são os únicos focos de tensão numa área que, só nos últimos 20 anos, foi palco de quatro guerras.

De Dar-Es-Salaam, o chanceler brasileiro rumou para Lusaka, capital da Zâmbia, o mais "ocidental" dos Estados da "linha de frente". O Brasil pretende aumentar as compras do cobre zambiano, e por isso mesmo na comitiva de Guerreiro viaja Orlando Euler de Castro, dirigente do grupo Consider. E, da mesma forma que Nyerere, as autoridades zambianas insistiram na questão da Namíbia.

Ex-colônia alemã ocupada pela África do Sul, a Namíbia luta por sua independência há mais de dez anos, tendo à frente a SWAPO, cujo líder é Sam Nujoma. O empenho de seus vizinhos africanos na solução do conflito no sudoeste africano é mais do que compreensível: enquanto permanecer esse foco de guerra, os países da "linha de frente" não têm condições de se desmobilizar e concentrar seus esforços no desenvolvimento e na reconstrução nacional.

A aproximação mais difícil

Terceira escala de Guerreiro, Moçambique é, sem dúvida, um dos pontos altos de toda a viagem, da maior importância para Brasília. A aproximação com Maputo foi bem mais difícil do que com qualquer outro novo Estado

africano. Durante muito tempo o antigo representante brasileiro na capital moçambicana, Ronald Leslie Moraes Mall, permaneceu praticamente no ostracismo diplomático. Suas iniciativas esbarravam sempre na negativa moçambicana, como, por exemplo, ocorreu quando tentou levar Martinho da Vila para cantar na I Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Maputo, em meados de 1976.

Tanto que o Itamaraty jogou tudo ao enviar em 1977, como embaixador brasileiro em Moçambique, nada mais nada menos que Italo Zappa, chefe do Departamento da África, diplomata extremamente capaz e, também, um liberal com posições bastante abertas. Zappa foi com cartabranca e imediatamente começou a agir, procurando demonstrar ao Governo de Samora Machel as vantagens de negociar com o Brasil: preços menores, assistência técnica e formação de quadros. E, gradativamente, a aproximação foi-se dando. Já em 1978, Moçambique rejeitou uma forte pressão da multinacional norte-americana "General Electric" e adquiriu 25 locomotivas brasileiras.

Com cerca de 10 milhões de habitantes, mais de 90% de analfabetos, e absoluta falta de quadros, Moçambique luta com todas as dificuldades para se desenvolver. E ainda mais uma: a de não cair sob o domínio de nenhuma superpotência, inclusive a União Soviética. Nesse sentido, o intercâmbio com o Brasil pode ser também uma brecha interessante. "Isso não significa que abramos mão de nossos

princípios revolucionários", disse-me certa vez um representante diplomático moçambicano em Lisboa.

Uma relação que se inicia

O mesmo ocorre com Zimbabwe e Angola, as outras duas escalas "quentes" de Guerreiro. O Zimbabwe é uma relação que apenas se inicia e, como Moçambique, este país enfrenta os problemas da reconstrução econômica (depois de anos de guerra e com todas as deficiências do colonialismo) e da independência nacional. O líder do Governo de maioria negra, Robert Mugabe, durante todos os anos da luta revolucionária clandestina, na qualidade de dirigente da Zanu, sempre procurou se manter independente, recusando qualquer aliança preferencial com a União Soviética.

Finalmente, com Angola a História recente da diplomacia brasileira é bem diferente. Depois da "frustração" moçambicana, o Brasil não perdeu tempo e, quando da independência a 11 de novembro de 1975, foi, como é sabido, o primeiro a reconhecer o Governo do MPLA. Fato, evidentemente, louvado em Luanda. E, durante a segunda guerra de independência angolana contra a África do Sul, através da cadeia de supermercados Pão de Açúcar, o Governo brasileiro garantiu o fornecimento de alimentos a Luanda.

Assim, desde o início da formação da nova República Popular Angolana, foram as melhores as relações entre os dois países. "Sempre que precisamos, a Embaixada brasileira em Luanda nos atendeu prontamente. Nossas relações são muito boas mesmo", explicou-me um funcionário do ministério do Exterior Angolano. Automóveis, caminhões, tecidos, produtos alimentícios, de consumo variado, assistência técnica — a pauta de intercâmbio Brasil-Angola cresce incessantemente. A própria decisão de abrir uma linha aérea comercial Rio-Luanda é o resultado disso.

O Brasil tem assim condições de, progressivamente, ir ocupando o espaço que, em princípio, seria destinado a Portugal. Depois da descolonização, a língua, algumas proximidades culturais, facilitam muito esse intercâmbio. As classes dominantes portuguesas, no seu reacionarismo tacanho, não tiveram inteligência e abertura para compreender isso; o regime brasileiro já percebeu há algum tempo que a África em desenvolvimento pode ser um excelente mercado para os produtos nacionais.

Por sua vez, os novos Governos africanos, "pragmáticos", entram no jogo mas insistem, sempre que possível, que isso não signifique identidade ou subordinação. Foi o que fizeram alguns funcionários das ex-colônias portuguesas, nas conversas com jornalistas, em uma recepção oferecida por Saraiva Guerreiro em Dar Es Salaam, na semana passada.

O terror da ultradireita

A política de Begin favorece a escalada terrorista contra os palestinos

José Tadeu Arantes

As atividades terroristas da ultradireita israelense, que contam, no mínimo, com a omissão conivente do governo do primeiro ministro Menachem Begin, levaram a Cisjordânia ocupada a um verdadeiro clima de guerra, durante a última semana. No dia 2, pouco depois de sete civis árabes terem sido feridos pela explosão de uma bomba perto de uma escola e do mercado central de Hebron, dois outros atentados, quase simultâneos, mutilaram os palestinos de Nablus e Ramallah. O prefeito de El-Bireh escapou por pouco de um destino semelhante e, em Jerusalém, dois estudantes universitários palestinos foram feridos a bala pelos ocupantes de um automóvel de chapa israelense.

O prefeito de Nablus, Bassam Shaka, precisou ter as duas pernas amputadas, depois que uma bomba explodiu quando ele deu a partida em seu carro, às 8 horas da manhã. Menos de meia hora depois, uma outra bomba, também ligada ao sistema de ignição, explodiu no automóvel do prefeito de Ramallah, Karim Khalaf, que perdeu o pé esquerdo. Advertido em tempo por um amigo, o prefeito de El-Bireh, Ibrahim Suleiman Tawil, não tomou seu veículo naquela manhã, mas a bomba que lhe era destinada e que estava presa na porta da garagem de sua casa explodiu quando ia ser desmontada, ferindo gravemente um especialista em explosivos do Exército israelense, que ficou cego, e um outro soldado que o acompanhava.

Em telefonemas aos jornais *Haaretz* e *Maariv*, dois agrupamentos até agora desconhecidos, os "Filhos de Sion" e a "Unidade Antiterrorista", reivindicaram, no dia 3, a autoria dos atentados. Mas, apesar dos desmentidos, suspeitava-se que por trás dos atos terroristas estivesse, de fato, o *Gush Emunin*, organização religiosa e ultradireitista que, juntamente com a Liga de Defesa Judaica, vem incentivando por todos os meios a colonização israelense dos territórios árabes ocupados, considerada como um dever divino.

Apoio do Exército

O *Gush Emunin* atua com a cobertura do governo Begin e possui vínculos com as Forças Armadas, como ficou demonstrado pela descoberta recente de que a organização havia se apossado de mais de 100 quilos de explosivos, armas automáticas e granadas de uma base militar próxima de Jerusalém, numa operação facilitada por elementos do exército israelense. O armamento se destinava a promover represálias junto à população árabe pelo atentado palestino de Hebron, no dia 2 de maio último, em que seis colonos judeus ligados ao *Gush Emunin* perderam a vida.

Não é simples coincidência que as ações atuais contra os prefeitos da Cisjordânia tenham ocorrido exatamente um mês depois do atentado de Hebron. E o *Jerusalem Post* informou,

no dia 4, que as primeiras investigações da polícia revelaram que as bombas utilizadas "pertencem ao equipamento das Forças Armadas israelenses". Além disso, a própria declaração da pessoa que telefonou ao *Haaretz* em nome dos "Filhos de Sion", de que seu movimento deveria continuar a luta contra a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) "no Knesset (Parlamento), nas universidades e na própria Cisjordânia", mostra, pela referência ao Knesset, que os terroristas não são um pequeno grupo isolado, mas possuem vínculos com partidos representados no Parlamento.

Repressão à greve

Os prefeitos feridos são importantes lideranças na Cisjordânia, em especial o de Nablus, Bassam Shaka, que, no ano passado, foi preso e ameaçado de deportação pelas autoridades israelenses, sob a acusação de "incitamento à violência", sendo depois libertado graças a uma campanha que teve alcance mundial. Os atentados de que eles foram vítimas provocaram a indignação da população palestina, que aderiu maciçamente à greve geral de três dias convocada pela OLP, greve que, em seu primeiro dia, paralisou todas as atividades comerciais nas cidades árabes ocupadas.

Para diminuir a amplitude do movimento, as Forças Armadas israelenses agiram com a máxima truculência. No dia 3, soldados arrebentaram os cadeados das lojas em algumas cidades para impedir que seus proprietários aderissem à greve. E, durante a noite, cerca de 200 comerciantes árabes foram retirados de suas residências, sendo forçados, na manhã seguinte, a abrir seus estabelecimentos.

Em protesto contra os atentados e a política de mão-de-ferro adotada pelo governo israelense nos territórios ocupados, os vereadores e o prefeito



Begin: conivência com o terrorismo

de Gaza, Rashad Hashawa, demitiram-se coletivamente, no próprio dia 2. E, um dia depois, os vereadores e o prefeito de Belém, Elias Freij, tomaram a mesma decisão. A renúncia de Freij, considerado um moderado, dá uma idéia do estágio a que chegou a crise. Enquanto isso, o chefe do Estado Maior do Exército israelense, general Rafael Eytan, declarava, perante a comissão de Defesa e Relações Exteriores do Knesset, que "os atentados não criaram uma situação nova" e que "há um século ocorrem atos de violência entre árabes e judeus na Palestina". Essa opinião não é partilhada pela oposição trabalhista, que agora está pedindo a cabeça de Begin.

A parte que cabe a Begin nos acontecimentos é, de fato particularmente grande, porque, além de primeiro ministro, ele acaba de assumir "interinamente" a pasta da Defesa, em substituição a Ezer Weizman, tornando-se assim responsável pela administração militar dos territórios ocupados.

Crise ministerial

A renúncia de Weizman, a única voz discordante num gabinete constituído por "falcões", provocou, como se sabe, uma grave crise no governo, na medida em que o remanejamento ministerial proposto por Begin, que incluía a indicação de Yitzhak Shamir para a Defesa, foi abertamente contestado pelo ministro da Agricultura, Ariel Sharon, um dos mais firmes defensores da doutrina do "grande Israel", que está na base da colonização israelense dos territórios ocupados, e que desejava a pasta para si. A "solução" encontrada pelo primeiro ministro, que chegou a ser chamado por Sharon de "charlatão", preocupado mais com compromissos políticos do que com a defesa do país, foi assumir ele mesmo o cargo.

A atuação de Begin no ministério

da Defesa se fez sentir imediatamente com o recrudescimento da repressão. Dois dos três principais jornais palestinos publicados na parte árabe de Jerusalém, *El Fajr* e *El Chaab*, foram proibidos de ser vendidos na Cisjordânia e em Gaza, acusados de representar "uma ameaça para a segurança e a ordem pública". Esses dois diários, que defendem opiniões próximas às da OLP, vinham sendo sistematicamente censurados.

A questão agora é saber como agirá a OLP diante dos atentados contra a população palestina e da obstinação do governo Begin em não abrir mão do controle militar da Cisjordânia e em considerar Jerusalém, inclusive a parte árabe, como "capital de Israel una e indivisível".

Arafat reafirmado

O Quarto Congresso do *Fatah*, a principal das organizações que integram a OLP, acaba de encerrar-se com uma reafirmação das posições de Yasser Arafat, mas também com a explicitação de divergências profundas no interior do movimento. Ficou evidente, sobretudo, a atuação de uma ala minoritária que parece se opor à ênfase dada atualmente pela OLP à atividade diplomática e exigir uma retomada das ações mais radicais.

O Congresso reafirmou o objetivo estratégico da organização, de lutar pela "libertação total da Palestina e a criação de um Estado democrático sobre toda a terra palestina"; ao mesmo tempo incluiu em seu programa político a reivindicação imediata de instauração de uma autoridade nacional sobre toda a parcela "libertada" do território palestino, o que equivale a aceitar, em caráter temporário, o estabelecimento de um Estado palestino na Cisjordânia e em Gaza.

Os dez membros do antigo Comitê Central do *Fatah* foram confirmados em seus cargos por um voto de confiança do Congresso. Mas as divergências se manifestaram na escolha dos outros cinco nomes que passaram a integrar o organismo dirigente, tendo sido, no final, eleitos dois partidários incondicionais de Arafat e três outros, considerados menos alinhados.

Segundo declarou um participante a Lucien George, correspondente do *Monde* em Beirute: "o Congresso se rendeu, de fato, à evidência. Entre o suicídio coletivo proposto pelos extremistas e a capitulação ou o seqüidismo em relação aos países árabes, ele escolheu a única via realista que se oferecia e que é a de Arafat". E Arafat joga atualmente uma importante cartada, que consiste na obtenção do mais amplo reconhecimento internacional para a OLP e, em especial, numa aproximação com os governos e forças políticas da Europa, para impedir que, através de um eventual acordo de Camp David entre o Egito e Israel, os Estados Unidos tentem impor ao mundo uma "solução" para a crise do Oriente Médio que deixe de lado as reivindicações palestinas.

Conferência condena os EUA

Uma derrota diplomática de Carter

Conferência Internacional sobre os Crimes dos Estados Unidos no Irã, que se encerrou no último dia 5 em Teerã, responsabilizou os "imperialismos" do Oeste e do Leste, numa alusão aos Estados Unidos e à União Soviética, pela opressão em que viveu o Irã sob o regime do ex-xá Reza Pahlevi. A Conferência reuniu cerca de 200 personalidades de aproximadamente 50 países da Europa, América, Ásia e África, inclusive uma delegação norte-americana de dez membros, chefiada pelo antigo secretário da Justiça Ramsey Clark e integrada também pelo prêmio Nobel de Biologia, George Wald.

Em sua declaração final, os participantes posicionaram-se pelo "direito do povo iraniano de pedir a extradição do xá e a devolução de suas riquezas, roubadas durante a dinastia Pahlevi". Porém, a maioria dos partidos e dos movimentos políticos representados não aprovou a manutenção dos reféns norte-americanos. Ramsey Clark, que foi ao Irã desafiando a proibição de Carter, o que pode lhe custar, quando voltar aos Estados Unidos, 10 anos de prisão ou 50 mil dólares de multa, pronunciou-se desde o primeiro dia pela libertação dos diplomatas mantidos presos desde novembro do ano passado. Essa oposição à permanência dos reféns, aliás, é partilhada pelo próprio presidente Bani Sadr e pelos integrantes do seu staff.

No discurso de abertura da Conferência, o presidente iraniano condenou a "divisão do mundo em áreas de influência" e acusou as superpotências (Estados Unidos e União Soviética) de serem responsáveis pela atual "crise moral e econômica" e de colocarem o mundo sob a ameaça de uma "guerra termonuclear". Sadr criticou também os que acham que "libertar-se de um

imperialismo leva necessariamente a cair sob a influência de outro", numa provável alusão às posições chinesas. E ainda denunciou "as misérias, agressões, torturas e outras violações dos direitos humanos" impostas pelos países dominantes às nações dominadas.

Os organizadores da Conferência fizeram um levantamento minucioso das atividades criminosas dos Estados Unidos no Irã. E, segundo o correspondente do Monde em Teerã, Eric Rouleau, "grande número de congressistas surpreendeu-se agradavelmente com a qualidade, a sobriedade e a precisão das exposições. As personalidades iranianas encarregadas de fazer o balanço, universitários habituados com os trabalhos de pesquisa nos Estados Unidos ou na Europa, estavam munidos de documentos freqüentemente irrefutáveis, tirados dos arquivos secretos da embaixada americana em Teerã ou dos arquivos do ex-xá, para formar o processo da colaboração iraniano-americana sob o regime imperial".

A delegação do Afeganistão (não governamental) presente na Conferência acusou a União Soviética de ter "devastado" seu país, provocando a perda de "quase 400 mil vidas". E o aiatolá Khomeini, falando depois do encerramento dos debates, afirmou que "os Estados Unidos devem aprender uma lição com a guerra entre os afgãos e a União Soviética, que continua". Discursando durante a Conferência, o líder xiita havia ironizado as sanções econômicas que o governo norte-americano e seus aliados pretendem impor ao Irã, dizendo: "os iranianos prefeririam voltar a seu antigo estilo de vida, andando nas costas de burros, a converter-se em escravos de mister Carter e outros semelhantes a ele". José Tadeu Arantes



Bani Sadr: acusações às superpotências

EL SALVADOR

Frente ampla pelo poder

Os jornais anunciaram na semana passada, a surpreendente atuação de uma Frente Democrática Revolucionária, agrupando as "organizações populares" e "revolucionárias", com a presença também de setores liberais do empresariado, e que estaria dirigindo a luta armada no centro de El Salvador, sob a presidência de um pecuarista, pertencente a uma das "14 famílias" que exploram o país, Henrique Alvarez Córdoba, ex-ministro da Agricultura e Pecuária. "Podemos reunir na Frente", disse Salvador Arias, ex-ministro também, "todos os grandes sindicatos, não só de trabalhadores, mas também de empresários: podemos juntar marxistas e cristãos, liberais e mesmo conservadores honrados".

Arias está numa missão enviada à Espanha, entre várias outras mandadas pela Frente a todo o mundo para pedir ajuda para a sua luta. "Estamos certos de que seremos capazes de vencer o inimigo interno", diz outro enviado a Madrid, Fábio Castillo, médico liberal, membro do governo revolucionário que dirigiu El Salvador nos anos 60 e candidato à presidência em 67. "Mas não temos dúvida de que os americanos se preparam para intervir", acrescentou. "De certa maneira essa intervenção já começou", diz ele, "há três grupos de assessores militares americanos atuando junto às forças de repressão. Os EUA também forneceram 40 helicópteros armados ao exército (salvadorenho), e 23 aviões de combate antiguerilha já se encontram atuando em nosso país". Diz também que os EUA estariam adestrando tropas da Guatemala para uma intervenção e que há três bases de desembarque de fuzileiros navais preparados em Honduras.

ARGENTINA

Negócio da China

A viagem do presidente argentino Rafael Videla à China não deve ser vista como um sintoma de afastamento entre o país americano e a URSS, hoje seu maior comprador de carne e cereais. O governo argentino salientou este aspecto e o general Videla, antes de se avistar com o presidente chinês Hua Guofeng, dia 5, negou que sua viagem fosse uma forma de neutralizar a idéia de que a Argentina seria aliada de Moscou.

"Em absoluto", negou Videla de passagem pelo Brasil, "minha viagem à China tem o objetivo... de criar um guarda-chuva político, debaixo do qual se possa manter, depois, todos os tipos de relações, fundamentalmente econômicas, comerciais e tecnológicas".

Ao se encontrar com o presidente argentino, Hua condenou a intervenção da URSS no Afeganistão, criticando os soviéticos, indiretamente, pelo seu "hegemonismo expansionista". Elogiou também o esforço da Argentina para "aumentar a unidade e a cooperação na América Latina", que contribuiria para a paz mundial. O que pode ser uma referência à recente aproximação Brasil-Argentina. F.D.

REFUGIADOS CUBANOS

Tumultos em Fort Chaffee

Os refugiados cubanos abrigados pelos EUA no campo de Fort-Chaffee, Arkansas, entraram em violento confronto com os guardas nacionais americanos, no dia primeiro. Embora, no dia seguinte, as autoridades tenham anunciado que a situação estava sob controle, quatro dos 18 mil cubanos do campo foram feridos, dois deles a bala, além de uma dúzia de guardas feridos por pedradas (um deles quebrou o braço).

Cerca de duzentos cubanos enfrentaram os guardas numa espetacular tentativa (bem sucedida) de fuga, segundo as autoridades federais americanas, devido à "lentidão" das formalidades a que os refugiados têm que se submeter. Essa demora se deve por sua vez ao enorme fluxo de cubanos à costa da Flórida. Segundo fontes dos EUA, eles já ultrapassaram cem mil pessoas.

Carter tem feito o que pode para reverter a vaga — a princípio encorajada por ele. O afluxo de cubanos está crescendo a despeito das inúmeras proibições, ameaças e punições do governo americano. No último dia 2, um grupo de 50 barcos, parte da chamada "frotilha da liberdade", desafiou a guarda costeira dos EUA. Foi a maior frota já saída de Cuba, segundo os barqueiros, sob uma determinação do presidente Fidel Castro para que todos os barcos de porto Mariel abandonassem a ilha. Para Carter, Fidel está mandando para os EUA "criminosos e doentes mentais".

ALEMANHA OC.

A Europa terá seus mísseis?

Qual é a posição do chanceler alemão Helmut Schmidt sobre o equilíbrio nuclear na Europa? A *Business Week*, com grande exagero, o acusou de querer "neutralizar" a Alemanha. A acusação foi retomada agora, mais realisticamente, pelo *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, que disse que Schmidt tentou "enfraquecer" a posição da aliança americana-européia (OTAN) ao sugerir por duas vezes uma moratória na instalação (em 1983) dos mísseis americanos Pershing-II e Cruise na Europa (para "anular" os mísseis SS-20 soviéticos). Schmidt negou, mas se pensa que, para ele, talvez seja possível uma "revisão" da decisão da OTAN, preservando a "détente" na Europa, quando os EUA estariam reativando a "guerra fria".

INGLATERRA

Trabalhistas à esquerda

O Partido Trabalhista britânico emitiu uma declaração inesperadamente coesa, assinada inclusive pelo vacilante ex-primeiro ministro James Callaghan, considerada como um avanço do Partido para a esquerda. Intitulada "Paz, empregos, liberdade", seus pontos principais eram: imediata abolição da Câmara dos Lordes; nacionalização do petróleo do mar do Norte, assim como parte das indústrias de construção, drogas e microeletrônica; proteção de certas indústrias por tarifas de importação; e, o mais importante, um grande corte na defesa (cujos gastos foram ampliados pelos conservadores, no poder). O Partido se opõe à instalação de mísseis Cruise e da bomba de nêutron na Inglaterra.

CORÉIA DO SUL

Carter dá cobertura à repressão

O general Chun Too Huan assumiu formalmente o poder na Coreia, sob o péssimo disfarce de uma Comissão Permanente composta por 18 altos oficiais e 12 civis. A Comissão terá todo o poder dentro de um órgão anódino, o Conselho de Governo, chefiada pelo presidente Choi Kyu Hah.

Esse tipo de tramóia, segundo sugestões de Washington, seria inaceitável aos EUA, mesmo porque o governo coreano responsabiliza o líder opositorista Kim Dae Jung pela rebelião no começo do mês em Kwangju. Os EUA dizem que querem um governo civil (de fato) e se mostram "descontentes com a prisão de líderes opositoristas (caso de Dae Jung, cuja detenção foi um dos motivos da rebelião massacrada), com o fechamento do Congresso e a proibição das atividades políticas".

A imprensa japonesa considera Carter responsável pelos massacres na Coreia e a agência soviética de notícias, Tass, diz que Carter sabia por antecipação das medidas repressivas que vêm sendo tomadas desde dezembro, quando uma propalada "abertura" foi sendo gradativamente fechada, enquanto Too Huan se consolidava no poder. O governo coreano diz (cinicamente) que não teme as pressões americanas, porque não vêm acompanhadas de sanções econômicas. Carter, dia 2, disse: "os EUA não podem romper com seus aliados pela simples razão de eles não partilharem nossos critérios sobre direitos humanos, sob risco de vê-los passar para a influência soviética". F.D.

BOLÍVIA

Militares adiam golpe de Estado

Ao menos até o final da semana passada, parecia descartada, de imediato, a execução de mais golpe militar na Bolívia. Rumores de que era iminente a derrubada da presidente Lidia Gueiler vinham circulando insistentemente, e o objetivo dos militares, como em outras vezes, era o de impedir que fossem realizadas as eleições marcadas para o próximo dia 29. A declaração do porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, Hodding Carter, de que os Estados Unidos eram "contra essa iniciativa ou qualquer outra que detenha o processo de democratização na Bolívia", esfriou, porém, o ânimo dos conspiradores.

Outro fator considerado decisivo para o adiamento do golpe foi a falta de apoio que o general Garcia Meza, comandante do Exército, encontrou junto à baixa oficialidade. Além disso, teria pesado também o fato de o Banco Mundial ter concedido um crédito de 50 milhões de dólares para que a Bolívia estabilize sua situação econômica. Essa quantia é cinco vezes maior do que toda a "ajuda" fornecida pelo organismo financeiro ao país durante 1979.

O governo de Lidia Gueiler sobrevive desde novembro do ano passado, quando um golpe militar que estava sendo articulado pelo coronel Natusch Busch foi frustrado devido a uma divisão no interior das Forças Armadas, com o surgimento de uma corrente institucionalista, e a forte oposição popular, principalmente por parte da Central Operária Boliviana. J.T.A.

A guerrilha amplia a luta anti-racista

**Os jornais advertem para uma "tragédia".
O governo responde com mais violência**

A África do Sul está passando por uma violenta crise que poderá se transformar numa "tragédia nacional", segundo estamparam em manchete os jornais do país, "se algo não for feito em caráter de urgência". Esta análise foi espetacularmente reforçada na semana passada pelo atentado do grupo guerrilheiro Congresso Nacional Africano (ANC) contra três refinarias de petróleo: parte, segundo seus líderes, "de nossa ofensiva geral contra o inimigo" (isto é, o governo sul-africano).

Além de ser considerado o mais importante dos últimos vinte anos, o atentado é ainda mais sério pelo fato de se somar ao boicote às aulas que vem sendo realizado há sete semanas pelos estudantes mestiços do país contra a política de segregação racial nas escolas. Esta greve — extraordinariamente — conta com a participação dos estudantes negros já há duas semanas, e com o apoio decidido das igrejas sul-africanas, principalmente a anglicana. Os religiosos saíram às ruas e tiveram que enfrentar a repressão militar e policial que fez dois mortos entre os jovens esta semana. Estes respondem com apedrejamentos e incêndio de escolas, também consideram como parte de sua luta a série de greves que eclodiram agora, principalmente nas minas de ouro, uma das grandes riquezas brancas.

A morte dos estudantes tende a aumentar o ódio acumulado contra os brancos e pode levar a uma explosão nos próximos dias, enquanto se aproxima o dia 16 de junho, aniversário do levante negro, em Soweto, em 76. A situação se tornará ainda mais crítica para o governo se se confirmar a "ofensiva geral" lançada pela ANC. Seus líderes acreditam que se realizarem uma greve geral de todos os trabalhadores negros e mestiços, isso seria o fim do governo. Francis Mali, diretor de relações exteriores da organização, explicou os atentados contra as refinarias: "a África do Sul não tem petróleo, é obrigada a importá-lo em grandes quantidades e o refinar. O ato de sabotagem causará um grande prejuízo ao governo". As refinarias atacadas, em Sasolburg, tiram petróleo do carvão ("Sasol"), fórmula com que a África do Sul pretende suprir dois terços de suas necessidades energéticas — depois que o Ira islâmico parou de fornecer o grosso das importações sul-africanas.

O ANC foi fundado em 1912 e a partir de 1962 optou pela luta armada como forma de atingir seus objetivos socialistas, criando um braço armado, o Umkhontowe Siz-

we (Lança na Mão). Sua ofensiva inclui a retomada este ano de uma campanha na Europa pela libertação de seu líder máximo e herói negro, Nelson Mandela, há 16 anos nos campos de concentração sul-africanos. O ANC lutou contra os brancos também em Zimbábue, Angola e Moçambique, pela libertação destes países. Sua base principal é em Zâmbia (onde seus soldados seriam treinados) e suas armas são fornecidas pela URSS.

Resta acrescentar a "explosão a qualquer momento" na Namíbia (antiga África do Sudoeste, território anexado pela África do Sul), segundo as declarações do líder guerrilheiro, Nujoma, presidente da Swapo (Organização do Povo do Sudoeste Africano). Ele concedeu uma entrevista ao jornal *Le Monde*, sobre a reunião das Nações Unidas para discutir a independência de seu país.

Diante destes fatos, com a possibilidade de levar os negros sul-africanos ao caminho da descolonização, seguindo o exemplo de seus vizinhos no Zimbábue, o governo de Pietr Botha só tem uma resposta a violência crescente. O primeiro ministro alertou agora que "a nossa determinação de manter a lei e a ordem não deve ser subestimada". Acusou também o Conselho das Igrejas da África do Sul, cujo secretário-geral, Desmond Tutu, foi preso há dias por apoiar os estudantes, de financiar a subversão em seu país.

Tutu afirma que não pretende um confronto com o governo: "acontece", diz, "que em nossa busca por uma sociedade mais justa e não-racial, nós encontramos o governo em nosso caminho". A África do Sul tem sete milhões de brancos contra 22,5 milhões de não-brancos, entre os quais dois milhões e meio de mestiços (inclusive chineses e hindus). 90% do território e da riqueza do país está nas mãos dos brancos.

Os mestiços são geralmente um pouco melhor tratados que os negros e o governo tende a lhes oferecer "melhorias" para acalmar sua insatisfação. Ao contrário dos negros, são considerados "cidadãos" e Botha propõe que tenham um Parlamento separado. Eles se recusam, se posicionando pelo sufrágio universal. Eles também não são submetidos ao regime de "passes", espécie de passaporte interno que os negros são obrigados a ter para se locomover de uma cidade a outra. Mas, como os negros, têm suas próprias escolas e quartéis, separados dos brancos. São atingidos ainda pela "lei da imoralidade", que impede casamentos entre brancos e não-brancos. F. D.



Anderson, faturando por fora sobre a insatisfação do eleitorado

ELEIÇÕES AMERICANAS

Crise de candidatos

A opção Carter-Reagan agrada a muito poucos

Com a realização das últimas primárias estaduais na semana passada, deveria ter-se encerrado a primeira parte das eleições presidenciais americanas. "Técnicamente", Ronald Reagan e Jimmy Carter obtiveram sua indicação para candidatos pelos partidos Republicano e Democrata, respectivamente com 1.463 e 1.912 delegados, bem acima do que precisavam (998 e 1.666) para obter a maioria na Convenção Nacional de agosto.

No entanto, embora Reagan aparentemente tenha o consenso do Partido Republicano atrás de si, despontando como o mais provável vencedor das eleições de 4 de novembro, nenhum dos candidatos parece ter suficiente força eleitoral para destacar-se como o forjador da "unidade nacional", considerada necessária para enfrentar a atual crise americana, apontada talvez como a mais profunda desde a recessão de 1929. Pelo contrário, a despeito de sua filiação ou simpatia particular, os analistas têm descrito as opções feitas até agora como se todos os candidatos, ou candidatos a candidatos, tivessem sido escolhidos como o "mal menor".

No Partido Democrata é que essa "crise de candidatos" se revela mais: embora Carter tenha vencido o senador Kennedy nas primárias, este último venceu cinco das oito prévias do seu partido na semana passada e se considerou com força suficiente para persistir em sua indicação: "de costa a costa", disse agora, "os democratas não estão dispostos a escolher Carter como candidato; eu muito menos". Kennedy só não ganhou de Carter em dois Estados considerados importantes (ou por sua população ou pelo grau de industrialização), Illinois e Ohio, vencendo em todos os outros, inclusive nos decisivos como a Califórnia (Estado-chave), Nova Iorque e Nova Jersey. De um modo geral, Kennedy considera que seus 1.040 delegados signifiquem um racha no Partido Democrata e que Carter não tem força para se impor: acha então que seu prestígio como líder, sistematicamente superior ao do presidente, terminará por forçar os convencionais a mudar de opinião até agosto.

No entanto, não é certo que Kennedy seja o escolhido: o mais provável

seria inclusive que surgisse um terceiro nome capaz de unificar o Partido Democrata. Contribui para isso o fato de Reagan ter saído relativamente forte dentro de seu partido, e o próprio Kennedy afirma que Carter segue na verdade uma orientação conservadora, mais próxima dos republicanos: estes nesse caso, prefeririam o seu próprio candidato, e muitos democratas votariam em Reagan, segundo as pesquisas.

Soma-se a isso o racha dos republicanos: embora candidato único em seu partido (com a desistência de George Bush), Reagan no entanto enfrenta uma dissidência "independente". John Anderson, ex-republicano e conservador, desponta como um candidato capaz de atrair muitos americanos descontentes com as opções que lhes são deixadas pelo sistema eleitoral americano. Seus índices de popularidade nas últimas semanas, pulando de 20% para 26% mesmo que ele não esteja fazendo campanha, impenhados numa árdua disputa legal pelo seu direito de correr na raia própria, fora do funil de dois bicos, democrata e republicano. Por denunciar a dominação de seu partido pelos conservadores, poderá atrair alguns votos liberais entre os republicanos — mas o certo é que prejudicará mais a Carter, segundo as pesquisas e o próprio presidente.

O sistema eleitoral americano revela assim a sua fraqueza justamente quando os meios políticos do país consideram necessário um presidente forte: os EUA têm sofrido uma série de derrotas no campo externo como na libertação da Nicarágua e do Ira, ou, mais recentemente, a sua incapacidade de obter apoio entre seus aliados europeus para implementar suas diretrizes de política externa: ao mesmo tempo enfrenta uma inflação já bem acima dos fatídicos 10%, um desemprego galopante e uma queda violenta da produção industrial. A verdadeira máquina americana de fazer presidentes (hoje existem mais de cem empresas especializadas nesse lucrativo ramo) não parece apta a oferecer alternativas. Os índices de 30% e 50% de abstenção, normais nas últimas eleições, estariam mesmo sendo superados agora.

O massacre camponês de Yajalon

O ataque dos latifundiários e seus bandos armados aos camponeses

O sul do México está praticamente em estado de guerra — e já com um saldo de cerca de 50 mortos. Segundo as informações confirmadas pelo governo, pelo menos 46 camponeses foram mortos a tiros na madrugada do dia 31, por latifundiários da região de Yajalon, Estado de Chiapa. O massacre teve o objetivo de impedir uma manifestação de milhares de camponeses, pedindo ao governo para regularizar suas posses de terra.

Enquanto o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), principal organizador dos trabalhadores da região, manifestava seu repúdio e exigia uma investigação do governo, informava-se que cerca de cinco mil camponeses estavam se dirigindo para o local para reivindicar novamente a "imediata regularização da posse da terra". Os moradores da região asseguraram também que centenas de trabalhadores sem terra haviam se reunido nas montanhas com armas de fogo e machados, e preparavam-se para tomar Yajalon e vingar seus companheiros. Existiriam também membros do PST entinchados no povoado de Chancoel, tomado por eles.

A chacina de Yajalon poderia ter sido prevista. Há cerca de seis milhões de camponeses sem terra e sem trabalho no México. Mesmo os que têm terra e trabalho, como os da cooperativa de Theuipanego, Estado de Vera Cruz, têm que enfrentar condições terrivelmente adversas: no caso, depois de anos de luta por terras, e de obtê-las, sofreram um massacre

por parte de uma "Guardia Blanca", com um saldo de vinte mortos, em abril último. Sua cooperativa, por concorrer com a governamental, foi destruída.

No mês de maio, 50 mil camponeses do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (SNTA, ligado ao PST) ocuparam mais de 150 hectares de terras em 19 Estados do país, principalmente os de Oaxaca, Chiapas, Guerrero e Sinaloa — hoje, de fato, sob estado de sítio e cercados pelo exército. Era inevitável que a "Guardia Blanca" voltasse a agir, ou os seus mandantes: essa organização na verdade é o braço paramilitar dos latifundiários. Sua contraparte urbana é a "Brigada Blanca", responsável talvez pelos 478 seqüestros denunciados pelo "Comité Nacional pela Defesa dos Presos Políticos Mexicanos", e segundo o jornal *Liberation* "composta por civis e militares, dirigidos pelo coronel Nassar Haro, oficialmente agindo como policiais" (02/06/80). Eles seriam "pagos pelo ministério do Interior, e suas vítimas detidas em prisões clandestinas, freqüentemente campos militares". Como se vê, ao melhor estilo argentino ou uruguaio.

Suas ligações com o exército são "complexas". Como na "Brigada", na "Guardia" também haveria soldados, e muitos dos latifundiários são na verdade generais aposentados. German Segovia, porta-voz do "Comité", não tem dúvida: "o Exército mexicano", diz, "está a seu serviço".

SÃO DOMINGOS

Greve reprimida

Mais de mil pessoas já foram detidas, três foram mortas e dezenas feridas nos confrontos entre manifestantes e os soldados da polícia e do exército de São Domingos. Nos sete dias de protestos e violenta repressão até a semana passada, a capital do país foi mantida sob estrito controle militar, mas sem conseguir impedir apedrejamentos, pequenos incêndios e explosões a bomba, além de uma tentativa estudantil de incendiar instalações de uma multinacional petrolífera, a Shell.

A origem da crise foi um aumento de 54% no preço da gasolina, que provocou uma greve dos motoristas dos

transportes coletivos, principalmente os táxis, que pediram um aumento de 32% nas tarifas ou a revogação do decreto governamental. A violência foi iniciada pelo governo no primeiro dia de greve, quando três mil policiais reprimiram manifestações dos grevistas na capital. Depois disso, os sindicatos tentaram acabar com a greve, mas foram chamados de traidores pelos trabalhadores, que decidiram formar um movimento independente, votando pela continuação "indefinida da greve". Todos os transportes estão paralisados e o comércio está parado em 80%, pelos mesmos motivos.



Fauvet (esquerda) deve passar o cargo em 82 a Julien (direita)

IMPrensa—I

Democracia no jornal

O jornal francês *Le Monde* precisou de cinco meses e sete votações para eleger seu novo diretor, Claude Julien, em substituição ao atual, Jacques Fauvet, cujos poderes expiram no final de 1982. O *Le Monde* é propriedade de seus empregados, e Julien foi escolhido por três quintos dos 200 jornalistas da empresa, detentores de 40% mais ou menos das ações. Ele terá ainda que ser efetivado pelos empregados restantes, mas num ato apenas formal, já que estes concordaram em efetivar a proposta da redação, caso o seu candidato fosse escolhido por mais de 60% dos votos.

Julien entrou para o *Le Monde* em 1951, tornou-se editor internacional em 1969 e editor do *Le Monde Diplomatique* (outra publicação da empresa) em 1973, onde permanece ainda. Sua eleição se baseou na modernização do jornal. Quer também ampliar a participação dos empregados na direção e feitura do jornal. "Aspirações de todos", explicou o próprio *Monde*, "mas que não se aplicam sem dificuldades, tratando-se de uma empresa que tem que entregar diariamente, à hora determinada, um produto acabado, onde, portanto, deve prevalecer o princípio da autoridade". Os redatores, assim, em acordo com o candidato eleito, se encarregaram de preparar "um conjunto de propostas visando a assegurar a coesão da redação e a tornar mais eficaz a prática do colegiado".

O novo diretor é considerado um firme defensor do Terceiro Mundo e "entusiasticamente antiamericano", segundo o *The Herald Tribune*, que também salientou a suposta decisão de alguns repórteres do *Le Monde*, durante a longa campanha, de demitir-se do jornal devido a essa última característica de Julien. Antes de vir para o *Monde*, ele editou uma publicação católica francesa e esteve ligado anteriormente a grupos católicos de esquerda.

Teria influído na sua difícil eleição, segundo alguns, a sua capacidade de dirigir com mão firme o jornal. *Le Monde* foi fundado em 1944 por Hubert Beuve-Méry, e

ganhou daí em diante uma "influência sem paralelo" na política francesa, segundo o mesmo *Herald Tribune*: "sua circulação é de cerca de 550 mil jornais", diz o *Herald*, "mas sua leitura é obrigatória para qualquer um dentro do governo (francês) — e para todos que queiram chegar lá". Para o respeitado intelectual direitista francês, Raymond Aron, "nenhum jornal europeu, em seu país, detém um lugar comparável ao que foi conquistado pelo jornal fundado por Hubert Beuve-Méry".

"Os que tentam pensar e escrever — diz Julien — não têm opção senão revelar o que todas as autoridades tentam esconder". Para o *Monde*, trata-se de "manter sua independência com relação a todos os poderes".

FRANÇA

A terceira greve do mês

As três principais centrais sindicais francesas convocaram nova greve geral em protesto contra as modificações introduzidas pelo governo na previdência social francesa (*Securité Sociale*). O sentido geral das alterações é fazer com que os trabalhadores paguem mais do que já pagam pelos seus direitos de assistência pública (médico, dentista, aposentadoria). A taxa de previdência, descontada de seu salários, será aumentada. Uma parte dos serviços deverá ser fornecida por particulares, como no Brasil, piorando e encarecendo o atendimento etc.

Esta é a terceira greve em apenas um mês, convocada por este motivo. Como das vezes anteriores, estão previstos cortes de energia elétrica, interrupção do metrô, ferrovia e correios, assim como dos jornais.

IMPrensa—II

Os jovens jornais dos EUA

Para quem está interessado nas tendências gerais da imprensa, particularmente em fórmulas novas, desligadas da chamada "grande imprensa", não deixa de ser um ponto de referência o terceiro encontro anual da Associação Nacional dos Semanários Alternativos, realizado em São Francisco, EUA, em fins de abril. O jornal *The New York Times* dedicou algumas colunas à conferência promovida pela NAAN (sigla da associação em inglês), com um título otimista: "Alternativos Crescem em Circulação e Proeminência". Conforme o jornal novaiorquino, a imprensa "alternativa" dos EUA, diferenciou-se acentuadamente da imprensa "underground", e está na verdade em fase florescente.

"Não somos hippies", garantiu um dos diretores presentes à reunião, cujo discurso de abertura coube ao ex-pretendente a candidato à presidência e atual governador da Califórnia, Jerry Brown. De acordo com a opinião dos membros da Associação — que agrupa 37 jornais — os semanários "alternativos" constituem uma terceira via em relação aos grandes diários estabelecidos e à própria imprensa "underground".

O sucesso dos "alternativos", segundo seus diretores, deve-se em boa parte ao fato de terem buscado um caminho diverso tanto do "enfoque geriatrico" e das práticas monopolísticas dos grandes diários, como também da imprensa "underground", que seguem, na sua opinião, a "velha fórmula Hearst — tiroteios, sexo e violência". Criticam também a sua limitação por muito tempo a uma única polêmica, a guerra do Vietnã.

Apesar de ter grande similaridade com os jornais "underground" — são tablóides, semanais e têm posições políticas mais à esquerda — as publicações da NAAN encontraram seu caminho ao cobrir assuntos locais com absoluta prioridade. (É bom salientar que não se trata aqui dos "alternativos" cuja linha é basicamente política, como o *Guardian* de Nova Iorque e outros). Ao contrário dos jornais "underground", que tentariam levar os seus leitores a assumir "posições políticas muito radicais", os "alternativos" da NAAN buscam mais conduzir seus leitores a participarem dos encontros onde se discutem os assuntos municipais.

Os conferencistas salientaram o conselho de um antigo crítico de imprensa do *Washington Post*, Ben Bagdikian, segundo o qual os leitores gostariam que se ampliasse o espaço jornalístico dedicado aos assuntos locais. Os grandes diários ignoraram este conselho, na sua opinião, por estarem mais interessados em maximizar seus lucros e a cobertura local não pode ser feita através de telegramas de agências, sendo preciso deslocar um repórter para o local.

Os "alternativos" do NAAN no entanto dão grande importância à questão financeira. "Se não há solidez nos negócios", disse um dos editores, "esqueça". Sua publicidade visa principalmente ao mercado de consumidores entre os 18 e 34 anos, centrando-se prioritariamente em "bens de lazer", como discos e aparelhos de som. E se saem bem: entre eles há uma "cadeia" de cinco jornais, os *Advocate*, com tiragem conjunta de 300 mil exemplares. Ou o *The Sun*, o mais velho da Associação, com 14 anos de idade: no lançamento tirava 1.800 exemplares, hoje imprime 30 mil jornais.

Conspiração contra "Gaijin"

Um embaraçoso silêncio cerca uma das poucas alternativas ao cinema conservador

Décio Saes

Apesar de todas as expectativas de premiação de filmes brasileiros no Festival de Cannes (realizado no mês passado) estarem concentradas em *Bye, Bye Brasil*, de Cacá Diegues, o premiado brasileiro foi *Gaijin*, da nissei Tizuka Yamasaki, com menção honrosa da Federação Internacional da Imprensa Cinematográfica. Ainda em exibição em São Paulo, *Gaijin* volta a ser comentado e visto como uma nova alternativa para o cinema brasileiro. A seguir, uma opinião do professor Décio Saes, da Universidade de Campinas, que tenta mostrar qual é o verdadeiro foco de interesse do filme: as condições de vida e trabalho dos colonos nas fazendas de café de São Paulo.



Gaijin alternativa a *Chuva de Verão*, *Bye, Bye Brasil*...



Tizuka: sem fatalismos

Um silêncio embaraçado cerca a apresentação em São Paulo, do filme *Gaijin*, dirigido por Tizuka Yamasaki. Esse silêncio deve ser denunciado, já que nos últimos cinco anos, *Gaijin* e os filmes da dupla Jorge Bodansky/Wolf Gauer (*Tracema*, *Gitarana*, *Os Mucers*), constituíram algumas das poucas alternativas cinematográficas de peso à autocomplacência e ao fatalismo debochado e, em última instância, conservador, do tipo "O Brasil é assim mesmo", característicos do cinema de Carlos Diegues, Arnaldo Jabor, Hugo Carvana e Leopoldo Serran. Não é por acaso que filmes como *Chuva de Verão*, *Tudo bem* ou *Bye bye Brasil* podem receber ampla cobertura publicitária, e suscitar críticas favoráveis ou, na pior das hipóteses, tolerantes, nas páginas da grande imprensa. E também não é por acaso que se faz silêncio sobre *Gaijin*.

É verdade que esse silêncio não é total. Mas os elogios discretos da imprensa paulista ao filme também constituem uma forma — mais sofisticada — de fazer silêncio: silencia-se sobre o aspecto principal do filme, deslocando a atenção do leitor para o seu aspecto secundário. Relembremos o entreecho do filme: um grupo de imigrantes japoneses vem, no início do século XX, trabalhar numa fazenda de café do interior de São Paulo; depois de serem vítimas da exploração mais brutal, os sobreviventes do grupo decidem fugir do campo e integram-se ao trabalho fabril na cidade. A presença de imigrantes japoneses no filme e a caracterização de sua mentalidade e costumes (disciplina no trabalho, respeito à hierarquia, submissão estrita da mulher etc.) já são suficientes para que a crítica eleja apressadamente o foco de interesse do filme: a diferença

cultural entre os japoneses e os outros, a marginalidade cultural dos japoneses no Brasil, o seu desejo de reencontro com o modo de vida e a civilização do Japão. A rigor, esses críticos estão ávidos em detectar, no filme, a mensagem liberal da integração de todas as raças e culturas num só povo; e fechar rapidamente, com a apologia humanista da integração, a reflexão sobre o filme.

As relações de dominação pessoal

Esse tipo de crítica falseia o conteúdo do filme. *Gaijin* não é um filme sobre os imigrantes japoneses no Brasil; e sim, um filme sobre as condições de vida e de trabalho dos colonos — japoneses, italianos, negros do interior ou nordestinos — das fazendas de café de São Paulo, nos inícios do século. *Gaijin* descreve as relações de dominação pessoal (sujeição direta de cada indivíduo ao fazendeiro e seus capangas) a que os colonos de todas as raças devem se submeter, caso queiram ocupar uma moradia emprestada pelo senhor, dispor de uma roça (cedida pelo senhor) para o cultivo de alimentos e ter, teoricamente direito a uma parte da colheita no fim do ano. *Gaijin* mostra a miséria, a exploração e o regime semi-servil a que está sujeito o grupo multi-racial de trabalhadores da lavoura cafeeira; e mostra também a impiedade e a brutalidade com que o fazendeiro de café e o seu aliado — o capital imperialista, bancário e comercial — definem as relações de trabalho mais adequadas ao progresso

dos seus negócios comuns: uma nova escravidão.

Um filme com idéias justas

Porque o tema principal é este, o percurso mítico do imigrante japonês na sociedade brasileira está ausente do filme, sendo aí substituído pelo percurso real do trabalhador rural, imigrante ou nacional. Ao invés da história de pequenos cultores da "agricultura de jardim" que imigram para a cidade, a fim de se transformarem em floristas, tintureiros ou, na segunda geração, em técnicos ou médicos, *Gaijin* conta a história de um grupo de colonos do café que resiste à miséria, à exploração e à violência da dominação pessoal, através da fuga (colonos japoneses, empregado brasileiro) ou da luta contra o senhor (imigrante italiano de tendência anarquista); e que, vindo à cidade, se integra ao trabalho fabril (imigrante japonesa) e às lutas operárias (empregado brasileiro). Por isso mesmo, ao longo da narrativa, delineiam-se quatro personagens principais: o casal de jovens imigrantes japoneses, o empregado brasileiro e o imigrante anarquista italiano.

Mas *Gaijin* não é apenas um filme sobre um tema importante para o povo brasileiro (nele incluídos indivíduos de qualquer origem racial); é também um filme que difunde idéias justas. *Gaijin* mostra a tendência dos trabalhadores do campo a se unirem, por cima das diferenças raciais e culturais, na luta contra o fazendeiro e o seu aliado banqueiro: essa idéia está sintetizada na cena comovente

em que o imigrante italiano explica o que é a exploração do trabalho para os seus companheiros japoneses, nordestinos, negros ou caipiras paulistas. Do começo ao fim do filme, as massas tendem, a despeito de todos os obstáculos, à resistência contra o explorador.

Os "agitadores estrangeiros"

Mas *Gaijin* difunde também uma segunda idéia justa: a de que a classe dominante, por mais "progressista" que seja, procura sempre maximizar a exploração do trabalho, não hesitando em empregar os métodos mais cruéis e brutais para atingir esse objetivo. No filme, o jovem e dinâmico fazendeiro de café compra máquinas para modernizar a produção e atua em estreita vinculação com um banqueiro inglês; isso não impede de fazer tudo para que os imigrantes sejam, em suas fazendas, "novos escravos", ou de tramocar com o brutal e cínico banqueiro inglês a repressão policial a todo e qualquer movimento reivindicatório em sua fazenda. E essa dupla não hesita em aplicar a famigerada Lei Adolfo Gordo (expulsão, do país, dos "agitadores estrangeiros") ao combativo colono italiano.

O embaraço dos intelectuais

E aqui chegamos à razão do embaraço provocado por *Gaijin* na crítica cinematográfica e nos meios intelectuais de São Paulo: *Gaijin* fala, de uma maneira simples

e acessível, da luta de classes, e isso implica, em se tratando do tema em questão, desfazer o mito do "progressismo" dos fazendeiros de café paulistas, e mostrar a sua verdadeira face: boçalidade e desumanidade. Todos os que já tiveram contacto com a produção cultural de SP dos últimos 50 anos sabem que o mito do "progressismo" dos cafeicultores lançou raízes mesmo entre os intelectuais críticos. Quantas teses e monografias da USP não procuraram nos convencer de que os cafeicultores tinham promovido a imigração porque eram "racionalistas", ou de que a Abolição foi uma decisão dos cafeicultores preocupados em completar a sua intervenção "racional"? Quantos livros e artigos não nos tentaram fazer crer que os cafeicultores eram o pilar do liberalismo político brasileiro, sempre ameaçado pelo atraso do resto do país? Quantas vezes não se insinuou que, sem o mecenato dos cafeicultores, não teria havido Cultura ou Arte neste século? Quantas vezes não se invocou o pensamento de Max Weber, para com ele transfigurar os cafeicultores em "burgueses progressistas"?

Gaijin contribui, de modo simples e acessível, para a destruição desta imagem mítica. E comete, numa das suas cenas, a suprema ousadia: mostrar a inteligência prática de um trabalhador (o colono italiano) em confronto com a estupidez não isenta de astúcia do fazendeiro paulista. Essa cena nos traz à memória uma observação de Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos*: na São Paulo da década de 1930, a cultura existia entre os operários estrangeiros, e a ignorância entre os cafeicultores tão preocupados em proteger a Cultura e as Artes. Por tudo isso, o silêncio embaraçoso em torno de *Gaijin* não é casual.

DE COMO É POSSÍVEL

Dois jornais de bairro dão a dica para se fazer uma imprensa

Estudos recentes da Unesco, um organismo internacional que investiga os monopólios na área de informação, indicaram que há uma tendência internacional na imprensa empresarial ao surgimento e fortalecimento dos jornais de circulação regional e local, em detrimento dos periódicos de caráter nacional. Essa tendência poderia ser assimilada pela imprensa alternativa ou nanica para sobreviver aos atuais impasses? É uma indagação que Movimen-

to lança, em meio ao debate de comemoração do seu quinto aniversário. A reportagem que publicamos busca ajudar a contribuir na formulação de uma resposta. É uma experiência bem sucedida de dois periódicos: o *Jornal dos Bairros*, de Belo Horizonte, e o *Jornal da Vila*, de São Paulo.

Os dois jornais surgiram como uma tentativa de criar um vínculo da imprensa alternativa com o movimento social que não se verifica com os jor-

nais políticos e nacionais. Ou seja, os autores destes dois projetos partiram de uma visão crítica da atual imprensa alternativa, que no entender deles se volta para um público já conscientizado, caindo, portanto, num elitismo e desconsiderando o nível real das camadas sociais mais pobres. Procuraram também estabelecer um tipo de vínculo diferente do que jornais como *Movimento* e outros mantêm com o seu público.

Evoluindo de acordo com o público

Flaminio Fantini

Incredulidade. Essa foi a reação quase generalizada entre a esquerda de classe média de Belo Horizonte, quando um pequeno grupo de jornalistas resolveu partir para uma experiência de criar um jornal popular para circulação entre os trabalhadores de Contagem e adjacências. Eles estavam insatisfeitos com os limites de intervenção política que o trabalho na grande imprensa lhes proporcionava, mas evitaram trilhar o caminho mais em moda na época, o da imprensa alternativa de circulação nacional ou regional. Resolveram circunscrever-se a um projeto meramente local e assim desenvolveram nestes quase quatro anos de vida a principal experiência de imprensa popular no terceiro pólo industrial mais importante do país.

O cetismo quanto às possibilidades de sucesso do novo periódico vinha, de um lado, das dificuldades impostas pela conjuntura. Afinal, imperava a censura prévia e, sobretudo, o arrocho político exatamente mais exacerbado sobre o público a que o jornal pretendia atingir. De outro lado, a esquerda mineira parecia contentar-se mais com os projetos de imprensa destinados a garantir-lhe a sobrevivência entre os estudantes, os intelectuais, os políticos dos setores médios.

Assim, na segunda quinzena de setembro de 1976 o primeiro número do *Jornal dos Bairros*, nome adotado, começou a fumar ao lado das chaminés da Mannesmann, Belgo, Itaú e similares. Timidamente. Tiragem de cinco mil exemplares, tablóide quinzenal de oito páginas, e um editorial singelo nas propostas políticas, pois afinal o mar não estava para peixe "um jornal que vai retratar o que existe no seu bairro, na sua rua, no

seu comércio, no esporte amador, no futebol de várzea, na vida enfim da região", dizia o texto. Seriam temas do jornal iluminação das ruas, deficiências nas redes de águas e esgotos, ônibus sujos e em atraso, religião. E havia uma palavra chave — "serviço" — o *Jornal dos Bairros* prestaria também serviços à comunidade, como dicas de comerciantes com preços mais baratos, bolsa de alimentos, farmácias, médicos, oferta de trabalho.

Hoje, quem lê o *Jornal dos Bairros*, já na casa do número 80, e o compara com os primeiros tempos, pode até tomar um susto e identificar dois projetos diferentes. Noticiários de greves, denúncias de repressão política, debate da reordenação partidária, a vida nas fábricas, o desenrolar do movimento sindical, são temas incorporados definitivamente às suas páginas, ao lado, é claro, dos assuntos mais locais dos bairros. A evolução de lá para cá, foi por assim dizer, lenta, gradual e segura, que mineiro, afinal não dá ponto sem nó.

"Procuramos não jogar nada de pára-quadras, mas sim acompanhar o que acontecia e o que exigia a nossa inserção na região", explica a *Movimento* um dos colaboradores, Márcio Godinho, revelando um ingrediente da receita de sobrevivência por tanto tempo, fator importante sobretudo se for levada em consideração a grande quantidade de experiências semelhantes que surgiram nestes últimos cinco anos e que acabaram dando com os burros n'água. Prossegue ele "Com o tempo fomos tomando um melhor conhecimento da região. Como o jornal sempre tentou ser um porta-voz dos moradores e mais tarde dos movimentos, ele mudou de acordo com eles".

Quando surgiu a primeira

greve no ABC paulista, em 1978, houve o máximo de cuidado em abordar o tema, já que o jornal era frágil e não se podia avaliar até onde ir. Com o desabrochar de um vigoroso surto paredista, o tema das greves ganhou capa várias vezes. A conjuntura mudava e o jornal passou a tratar dos sindicatos, apoiou a chapa de oposição nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos, e mais recentemente a dos tecelões, bem como deu vãos bem rasantes pela campanha da anistia e os novos partidos.

Modificando a relação com o público leitor

A circulação no começo era basicamente domiciliar, com cerca de 50 distribuidores próprios, entre jornalistas, estudantes e profissionais liberais, mas chegou a atingir 350 distribuidores com a participação densa de moradores dos bairros. A relação com os leitores adquiriu, assim, uma forma bastante direta e pessoal, o que refletiu muito na linguagem — "a preocupação sempre foi a de se evitar os jargões comuns no meio intelectual e reproduzir o que o povo falava através de depoimentos, numa fala simples, direta, parágrafos curtos", conta Márcio Godinho. Uma pesquisa na fase de implantação do projeto indicou que circulavam na região apenas mil exemplares do *Estado de Minas* para uma população de 200 mil leitores (maiores, alfabetizados), o que comprovava um baixo índice de leitura potencial.

Para combinar a função de intervenção política na região com a atividade jornalística a fórmula encontrada foi a de não separar as atividades do distribuidor e do

repórter — cada participante do projeto cumpria as duas funções "O jornal foi uma alternativa de trabalho para jornalistas e estudantes. Possibilitou um contato mais estreito com os trabalhadores da região e com sua realidade. Deu uma visão de trabalho conjunto e de respeito à dinâmica destes movimentos populares", diz Márcio.

Dois anos depois de iniciada a experiência, o *Jornal dos Bairros* dava um balanço e parecia estar no pique da trajetória dos pouco mais de 20 bairros da fase pioneira, havia agora 64, com uma tiragem de 10 mil exemplares. E porque não uma salutar pitada de arrogância? Dizia um documento elaborado pela equipe na época "Optamos por um jornal e não por um boletim comunitário. Um jornal que vem mantendo a sua periodicidade, que cumpre todas as exigências legais e que é sustentado de modo empresarial. O nosso esforço foi o de romper com o dilematismo amadorista de publicações feitas sem publicidade".

Mas já então, o maná da publicidade começava a escassear com a ampliação dos temas tratados. A linha editorial — de não elogiar políticos, prefeitos, empresas urbanas de serviço público, classes empresariais — amarrava a aquisição de anúncios. Junta-se a isto os atritos com os políticos populistas da Arena, cuja clientela começava a ser disputada a sério pelo jornal, e, em seguida, o fervilhar do movimento sindical, tem-se mais fontes para o bloqueio de verbas publicitárias, seja de órgãos públicos, seja das empresas instaladas na região, que no princípio costumavam comparecer a cada edição.

"O jornal começou a sofrer pressões financeiras à

medida que ele se posicionava mais claramente ao lado dos moradores", afirma Godinho.

O trabalho voluntário foi se desgastando e o entusiasmo dos distribuidores diminuiu. A circulação era feita nos fins de semana, e, entre outros fatores, pode-se supor que nem todo mundo é de ferro.

A disponibilidade para a distribuição diminuiu. A venda direta, feita em escala menor no comércio, portas de fábricas e filas de ônibus, também caiu. O avanço da conjuntura conduziu a uma multiplicação de trabalhos políticos na área — agora não havia apenas o *Jornal dos Bairros* — e em decorrência, uma pulverização das forças pela cidade industrial.

"Algumas indefinições políticas contribuíram para a crise. Mas a recuperação tem se dado lentamente, principalmente através do conselho editorial que reaproximou certos setores e bairros e retomou a distribuição por si mesmo", narra Godinho. Há cinco meses, existe um conselho editorial formado por 15 representantes de movimentos comunitários e operários, com o objetivo de definir a linha editorial, inclusive a pauta.

Enfim, o jornal não vai fechar, como se falava algum tempo atrás. E isso é alentador, como diz o próprio Godinho, num certo tom de orgulho mineiro "O *Jornal dos Bairros* participou praticamente em tudo que surgiu nestes quatro anos, seja na formação de organizações populares, como as associações de bairro, grupos de mães, creches, seja como incentivador da organização.

Mas sempre com profundo respeito pela dinâmica própria dos moradores, sem forçar nada".

VENCER O ELITISMO

mais popular na sua linguagem, nos assuntos e no seu público



Na Vila Moraes, região da periferia de São Paulo, próxima ao ABC, quase uma cidade-dormitório de trabalhadores, surgiu o Jornal da Vila, uma rica experiência de trabalho de imprensa popular. As jornalistas Lais Tapajós (na foto ao lado) e Sílvia Campolim (à direita) criaram o jornal depois de uma crítica aos "alternativos" clássicos



Juca Martins Agência F4



Nair Benedito Agência F4

Nem passividade, nem ditar regras

O *Jornal da Vila* é a encruzilhada de duas iniciativas: a necessidade de ampliação de um trabalho pedagógico com operários adultos e a tentativa de encontrar alternativas para a própria imprensa alternativa, que vivia na época uma crise aguda de "rachas" sucessivos (*Movimento*, *Em Tempo*, *Amanhã*). O cenário é a Vila Moraes, uma região da periferia de São Paulo, próxima ao ABC, com muitas fábricas pequenas e poucas de grande porte, sem sindicatos sediados ali, uma zona enfim mais próxima de uma região-dormitório de trabalhadores. Um público cativo da *Rede Globo*, em primeiro lugar, e eventualmente da *Folha da Tarde*, *Gazeta Esportiva* e *Notícias Populares*.

Na Igreja da Vila Moraes, professores tentavam alargar seu horizonte profissional com uma experiência inovadora num curso de maturação, para 120 alunos, no horário noturno. Havia um jornalzinho do curso, redigido pelos próprios alunos — o *Cadernão*. Conversa vai, conversa vem, pintou a idéia porque não expandir o *Cadernão* para a Vila toda? Enquanto isso, nos ambientes enfumaçados de Vila Madalena, o bairro da intelectualidade paulista, o pau quebrava na tentativa de se criar novos rumos para a imprensa nanica.

As jornalistas Sílvia Campolim e Lais Tapajós, que acompanhavam também o trabalho de Vila Moraes, resolveram deixar de lado os exaustivos debates de constituição de *Em Tempo* e *Amanhã* e saíram para outra. "A imprensa alternativa não respondia a nada do que estava sendo necessário para o tipo de público considerado prioritário naquele momento, o público popular. O impasse era esse — almejava-se um público popular que não se conseguia atingir efetivamente e não se satisfazia o público de classe média que se conseguia atingir", recordam elas, em entrevista a *Movimento*. E acrescentam: "A disputa pelo poder nos alternativos era esfaceladora, não dava mais para ficar discutindo anos a fio como fazer um jornal popular e não conseguir".

A opção pelo que veio a ser o *Jornal da Vila* foi reforçada pela ausência de uma estrutura maior do funcionamento. "Para nós, fazer um jornal de circulação nacional naquele momento era impossível. Não tínhamos dinheiro para isso. Queríamos, enfim, uma experiência possível", contam Sílvia e Lais.

A pequena equipe constituída não partia do nada. Além do trabalho da Vila Moraes, havia já alguma experiência com *Assuntos*, um periódico editado na época pela empresa que faz *Movimento*, mas com destinação sobretudo para os bairros periféricos, a baixo custo, e buscando ser popular na mensagem. "Uma experiência bionica, feita à revelia da própria equipe do jornal *Movimento*, paternalista e que não tinha um trabalho popular que a sustentasse" assim Sílvia e Lais classificam o *Assuntos*.

Em março de 78, circula o primeiro número do *Jornal da Vila*, também modesto, mensal, com cinco mil exemplares de tiragem, oito páginas tablóide. Talvez porque a conjuntura tivesse avançado e a área de circulação estivesse num Estado mais politizado, o *Jornal da Vila* nasce sem as pressilhas que abotoavam a temática das reportagens. *Assuntos* do bairro, movimentos populares, lutas nas fábricas e no sindicato, política nacional, compõem a pauta desde os primeiros números, é claro que com intensidade variada. A

edição atual é a de n.º 25.

Nos dois primeiros números, ainda houve a participação do pessoal do antigo *Cadernão* nas tarefas de redação. Mas como a opção era por fazer um jornal basicamente de reportagem e o tempo para passar a experiência técnica necessária muito escasso, o sistema foi mudado. A intervenção do pessoal do bairro dava-se então mais nas reuniões de pauta, na crítica e nas sugestões. A distribuição era mista, equipe e moradores, nas portas de fábricas, feiras e reuniões dos movimentos populares (loteamento clandestino, reivindicação de água, centro cultural, comunidades eclesiais de base), bem como por meio de pessoas que levavam exemplares para dentro de suas fábricas.

"O jornal nunca se caracterizou por ser um jornal do bairro todo" — esclarecem Sílvia Campolim e Lais Tapajós — "mas dos trabalhadores, dos operários do bairro, voltava-se mais para quem participasse das lutas do bairro. Não era a liderança politizada só, mas principalmente aquele sujeito que tomava a iniciativa de sair da sua casa para ter algum nível de participação". Não se tratava de purismos, mas de opção política de prioridades face aos recursos escassos — afinal o jornal tinha cinco mil exemplares de tiragem e a Vila Moraes 150 mil moradores.

Descolamos um pouco. Voamos da realidade

A referência básica para o enfoque que o *Jornal da Vila* procurará ter é o *Assuntos*: "Não queríamos nem a perplexidade diante dos acontecimentos, nem a receita pronta, e muito menos passar a visão de que era preciso esperar pelo socialis-

mo para resolver os problemas do bairro.

Evitávamos "cagar regras", ter um tom editorial e professoral, ter respostas acabadas para isso ou aquilo. Evitávamos ligações mecanicistas de pegar um problema do bairro (a ausência do posto de saúde) e ligar isto com a estrutura capitalista, para que o leitor constataste que o sistema não presta", explicam as duas jornalistas.

A expressão "até quando?" no fim das matérias, reveladora de perplexidade, estava simplesmente banida do manual informal de redação. Também no índice constava o ponto de interrogação para fechar as matérias. A receita editorial do *Jornal da Vila*: "O jornal tinha uma posição, é claro, mas procuramos primeiro tatear a região, ouvir as pessoas", sentir mais o bairro, o que os moradores precisavam e que problemas enfrentavam. Havia sempre a idéia de deixar aberta uma perspectiva política para os caras que estavam começando a participar. Mostrar que nem tudo estava perdido, mas também que não ia se resolver amanhã de manhã ou daqui a 200 anos".

O avanço do movimento popular gerou no *Jornal da Vila* sua primeira e séria inflexão. Aos poucos, percebeu-se que as reclamações do bairro diminuíam de importância face aos movimentos mais gerais que estavam se dando, como as greves.

Isso ocasionou inicialmente uma redução da proporção ocupada pela seção "o que vai mal nos bairros", na época das eleições parlamentares de 78, paralela à greve dos metalúrgicos de São Paulo. Houve uma tendência a tentar alcançar outros bairros de periferia,

sair um pouco para fora da Vila Moraes, ver e retratar nas páginas do jornal o movimento muito mais avançado de outras regiões, como a Zona Sul de São Paulo.

Uma avaliação meio amarga desta fase. "demos uma descolada da realidade, voamos um pouco. Acabamos por fazer mais um jornal da imprensa alternativa, o que foi ruim", lamentam Sílvia e Lais. Na Zona Sul, por exemplo, o jornal não conseguia penetrar, uma vez que era identificado como algo "de fora" e concorria na mesma faixa do *Em Tempo* e *Movimento*, sem a estrutura destes.

Mas, a opção colocou-se rapidamente ou continuar nos bairros mais agitados, ou voltar novamente para a Vila Moraes. Voltaram. Sem, entretanto, deixar de noticiar de perto os acontecimentos da Grande São Paulo.

Houve dois momentos importantes em que o jornal tomou a iniciativa de estimular de armas e bagagens os debates no bairro — nas eleições parlamentares de 78 e na eclosão do tema da reordenação partidária, que acabaram conduzindo à situação atual de alinhamento com o PT. "Sempre fomos contra a idéia de travestir-se em morador de bairro e participar assim dos movimentos. Mas agora na condição de partido, você está mais à vontade, em condições de igualdade, sem precisar forjar nada", explicam as duas jornalistas. O *Jornal da Vila* hoje não é um órgão do PT, nem um de seus boletins, mas apóia a agremiação ao tratá-la como notícia prioritária, além dos membros da equipe estarem naturalmente inseridos no núcleo do PT da região.

(Flaminio Fantini)

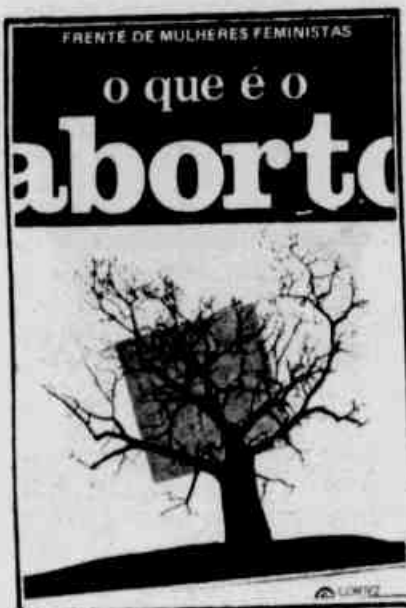
Pela legalização do aborto

Feministas mostram como sua proibição só tem servido aos interesses das classes dominantes.

Anméis Maroni

A questão do aborto, aos poucos, vai ganhando espaço de discussão. Desperta paixões e provoca polêmicas, principalmente porque não se trata de questão que possa ser analisada isoladamente. Invade outros campos, como os da sexualidade e da moral, e coloca em discussão propostas dificilmente digeridas por setores conservadores da sociedade porque se fundamentam no direito de as mulheres se tornarem sujeitos das decisões que envolvem sua vida e seu corpo.

"O que é o aborto", publicação da Frente de Mulheres Feministas, se atém à discussão dessas questões, baseando-se em dados concretos e enfrentando a polêmica com seriedade. O problema da legalização



Cortez Editora, 12 páginas, Cr\$ 100,00.

do aborto, por exemplo, é redefinido moralmente, visando "à defesa da vida e do bem-estar das mulheres" e levando em conta que no Brasil são praticados por ano 3 milhões de abortos que

provocam a morte de 340 mil pessoas, devida às complicações advindas de sua prática clandestina. São dados assustadores e que atingem mais as mulheres das classes oprimidas, obrigadas a se submeter às piores condições em que os abortos são praticados.

O livro se refere também às práticas repressivas utilizadas ao longo da história pelas classes dominantes para impedir o aborto. A Igreja Católica, por exemplo, assemelhando o aborto ao homicídio, não hesitou em condenar à fogueira, por meio de seus tribunais de inquisição, mulheres que o praticavam. O Estado não tem agido de forma diferente. No fascismo, onde a mulher era vista como mero elemento de

reprodução e seu destino se resumia em criar "filhos para a pátria", o aborto também era punido com a pena de morte, como se fosse "um crime contra a nação". Na França, em 1939, duas mulheres foram condenadas à pena máxima por práticas abortivas — e uma foi guilhotinada. O Brasil, como mostra o livro, não é exceção: da pena de trabalho forçado (Código Penal de 1830) à de prisão, as classes dominantes têm imposto, através da repressão ao aborto, sua visão conservadora a respeito da mulher.

Contra essa lógica autoritária tem se levantado, nas últimas décadas, o movimento feminista — e suas lutas já se fazem sentir, quer pelas vitórias conseguidas, quer pelas visões alternativas que se vão produzindo a respeito do

problema. Nos EUA e França, lembram as autoras, surgiram recentemente movimentos católicos questionando a visão oficial da Igreja Católica e até liderando movimentos a favor do aborto. Para tanto, contraditoriamente, se baseiam no teólogo São Tomás de Aquino que, há séculos, já sustentava a não-existência do ser humano nas primeiras etapas da gravidez, o que a Igreja Católica só veio a reconhecer em 1869.

Deve-se frisar ainda que os grupos feministas, como procuram deixar claro no livro, não reivindicam a legalização do aborto isoladamente de outras questões sociais. Ao contrário, dizem que "esta é apenas uma entre as reivindicações feministas, que incluem uma transformação geral da sociedade de modo a não

sonegar a nenhuma mulher seu direito a condições humanas de existência para si e para os filhos que deseja ter".

No esforço por conseguir isso, além de questionar o autoritarismo de certas forças sociais que, "por trás da negação do aborto pretendem impor às classes subalternas filhos não desejados", o livro faz uma advertência a setores da oposição que tratam das questões específicas da mulher como "problemas de segunda ordem" e propõem o adiamento do debate "para uma sociedade futura". Isso, segundo as autoras, ocorreria por estarem imbuídos de uma visão conservadora ou por decorrência de compromissos que assumem com outras forças sociais, perdendo-se nesses compromissos seus objetivos gerais de transformação social.

LIVRARIA
Zapata

VEJA ESTAS NOVIDADES

ALBERTO P. GUIMARÃES
Quatro séculos de latifúndio, Cr\$ 245; A crise agrária, Cr\$ 325
ASTROJILDO PEREIRA
Formação do PCB, Cr\$ 180.
ALEJO CARPENTIER
Literatura e consciência política na América Latina, Cr\$ 100
AURELIO BUARQUE DE HOLANDA
Novo dicionário da língua portuguesa, Cr\$ 1.500
CAIO PRADO JUNIOR
A questão agrária, Cr\$ 150
A revolução brasileira, Cr\$ 195
CARLOS MARIGHIELLA
Escritos, Cr\$ 150
CHE GUEVARA
Diário de guerrilha, Cr\$ 200
CHICO BUARQUE
Opera do malandro, Cr\$ 220
DOMINGO LAINO
Paraguai: fronteiras e penetração brasileira, Cr\$ 250
ENVER HOXHA e outros
O partido trabalhista da Albânia e a luta contra o revisionismo, Cr\$ 200; Uma linha de luta de vitória contra o revisionismo Kruchevista, Cr\$ 180
FERNANDO MORAIS
A Ilha, Cr\$ 100
FERNANDO PORTELA
Guerra de guerrilhas no Brasil, Cr\$ 260
FLORESTAN FERNANDES
Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana, Cr\$ 250
IGNACIO DE L. BRANDAO
Cuba de Fidel, Cr\$ 120

J. STALIN
Lênin, Cr\$ 130,00; Estratégia e tática dos comunistas, Cr\$ 200
JORGE SEMPRUN
Autobiografia de Federico Sanchez, Cr\$ 295
JOSE DE SOUZA MARTINS
O cativo da terra, Cr\$ 160
JULIO JOSE CHIAVENATTO
Genocídio americano: a guerra do Paraguai, Cr\$ 195
K. MARX E F. ENGELS
O manifesto comunista, Cr\$ 200
L. TROTSKY
Lições de outubro, Cr\$ 100
A revolução desfigurada, Cr\$ 150
MAIAKOVSKY
Como fazer versos, Cr\$ 90
MAO TSE TUNG
As classes, a economia e a frente única, Cr\$ 280; Sobre as dez grandes relações, Cr\$ 130
MARCIO SOUZA
Galvez, imperador do Acre, Cr\$ 160
MARTA HARNECKER
Capital: conceitos fundamentais, Cr\$ 180
PAULO FREIRE
Pedagogia do oprimido, Cr\$ 220
REGIS DEBRAY
Revolução na revolução?, Cr\$ 120
RUI FACO
Çangaceiros e fanáticos, Cr\$ 180
V. LÊNIN
Os sindicatos da classe operária, Cr\$ 225; Imperialismo, fase superior do capitalismo, Cr\$ 140; O programa agrário, Cr\$ 240

BASTA ESCREVER PEDINDO

Dr. Cesário Mota Jr., 285. Tel. 222-2861 CEP 01221 SÃO PAULO, SP

LANÇAMENTOS

Brasil, China, Cuba

O ABC DO ENTREGUISMO NO BRASIL



COORDENAÇÃO DE RICARDO BUENO

Com coordenação do jornalista especializado em economia, Ricardo Bueno, a Editora Vozes apresenta "O ABC do entreguismo no Brasil" — um levantamento mostrando as origens da política entreguista em nossa história e como ela foi intensificada depois do golpe de 1964. Anteriormente, o autor havia publicado, com sucesso, "Por que os preços sobem no Brasil", tão didático quanto este.

152 páginas, Cr\$ 100,00.



Fartamente ilustrado com fotos e charges, outro jornalista, Henfil, conta em livro sua visita à China, feita, como faz questão de frisar, antes da chegada da Coca-Cola. Ao lado da descrição do cotidiano, com suas profundas diferenças da vida ocidental, o livro reúne bom número de informações sobre as condições sócio-econômicas e culturais da população chinesa.

Editora Codecri, 312 páginas, Cr\$ 320,00.



Quatro anos depois de sua primeira publicação (agosto de 1976), "A Ilha", do também jornalista Fernando Morais, é apresentada esta semana em sua 16ª edição, tendo totalizado, segundo informações do editor, 141 mil exemplares vendidos até agora. Entre os méritos do livro está o de ter rompido o bloqueio do governo e revelado para os brasileiros detalhes da vida dos cubanos. Alfa Omega, 208 páginas, Cr\$ 120,00.

MORDOMIAS

Os empregados de César Cals

O Jornal do Brasil (26 de março de 1980) publicou que o Senador Passarinho contestando o senador Brossard disse que o ministro César Cals (ou Cals?) paga de salário a seus seis empregados a quantia de Cr\$ 921.421,00 e não "quase Cr\$ 1 MILHAO E 500 MIL". O senador Passarinho lamentou perder tempo com "assunto tão pequeno".

E aqui fica o aviso a professores, engenheiros, médicos, metalúrgicos e outros profissionais para se candidatarem ao módico salário mensal de

Cr\$ 153.400,00 como empregado integrante de mordomias ministeriais e outras. Evidentemente o presidente Figueiredo está redondamente enganado quando pretendendo conter despesas proclama ser o Brasil um país pobre. Nada disso, Sr. Presidente, o Brasil é um país riquíssimo. Em que outro país senhor presidente, empregado doméstico ganha salários mensais de mais de Cr\$ 150 mil cruzeiros?!!!

Wilson Ferrari,
Rio de Janeiro, RJ

PC do B

Os «liquidacionistas» e o debate interno

Com relação à carta de João Horta, publicada em Movimento, tenho a dizer, rapidamente, o seguinte:

1) O debate político acerca das experiências revolucionárias de nosso povo, da classe operária e das forças de esquerda nos últimos anos é fundamental e deve ser feito aberta e profundamente. Isso porque essas são experiências históricas de peso (em especial a experiência guerrilheira do Araguaia), cuja análise e avaliação têm interesse fundamental para o conjunto de ativistas, militantes e forças progressistas do Brasil.

2) O debate acerca da construção ou da existência do partido revolucionário de vanguarda em nosso país é uma questão posta e deve ser enfrentada. Os que acreditam que o PC do B (ou qualquer outro) seja esse partido, que entrem politicamente no debate, defendendo suas opiniões e não fazendo ameaças e preleções aos que disso discordam.

3) Se há "campanha antipartido" ou não entre as fileiras

do PC do B, se os seguidores de Pedro Pomar não passam de "meia dúzia de liquidacionistas" ou não, são questões que devem ser debatidas no interior desse partido. Pois, ao contrário do debate político acerca de suas experiências, concepções e linha, essas são realmente questões internas, que dizem respeito aos seus militantes. Devem ser tratadas através dos canais competentes e, espeço, através do debate político aberto das concepções que estão em jogo, e não simplesmente através da troca de "elogios". Pelo menos é o que se espera de um partido que se pretende vanguarda do povo brasileiro.

4) Que o jornal Movimento deve abrir suas páginas a todos os debates e polémicas que sejam do interesse do conjunto das forças avançadas em nosso país e de seus leitores. Mas que o debate efetivamente interno das organizações de esquerda (como o que a referida cartatraz à tona) contribui, nas páginas do jornal, para o seu estreitamento político e, portanto, lhe é prejudicial.

Maurício Pedro - Capital, SP

PT/PARAÍBA

Perseguições

Na escalada repressiva da Ditadura contra os setores populares, mais um atentado contra a liberdade de organização e manifestação. Desta vez fomos nós, que fazemos o Partido dos Trabalhadores na Paraíba, mais uma vítima da ira dos que temem o avanço da organização popular em nosso país. Na madrugada do último dia 18 tivemos nossa sede provisória arrombada e invadida por "elementos" que preferiram não mostrar sua face.

Há muito que já vimos sofrendo perseguições, e quando observamos que os invasores se preocuparam apenas em roubar materiais de nossos arquivos e vasculhar livros, documentos etc., temos toda a certeza de que tal atentado só pode ter saldo das mãos da reação ditatorial — seja oficial ou não.

Por outro lado entendemos que a cada golpe da Ditadura devemos responder com a força viva da organização popular e da denúncia política em todos os níveis. Desta forma, solicitamos a todas as forças empenhadas na luta contra este estado de coisas, um firme posicionamento em favor da liberdade de organização partidária e da liberdade de organização e manifestação de um modo geral.

Firmes na certeza de nossos ideais políticos, esperamos contar com o apoio de todos aqueles que hoje cerram fileiras no combate a este Regime Militar.

Wanderly Farias — João Pessoa, PB

LAMARCA

Traição

Hipócrates, o Pai da Medicina, instituiu um juramento para os seus seguidores, que é repetido solenemente em todos os atos públicos de renovação da comunidade médica. Este juramento universal não foi, porém, cumprido pelo médico Armino de Souza, de Ibotirama, interior da Bahia.

A traição ocorreu na noite de 12 de setembro de 1971, minutos depois de Armino de Souza haver examinado e reconhecido o capitão Carlos Lamarca. O médico procurou correndo os comandados do general Argus de Lima, chefe supremo da caçada, e revelou a presença e identidade do oficial foragido e perseguido de morte.

Desnutrido, tresnoitado, sufocado pela asma, em extrema penúria física, o guerrilheiro Lamarca confiava cegamente no sagrado segredo profissional jurado pelos médicos. Todavia, afrontando o castigo dos céus e o repúdio das criaturas honradas, Armino de Souza traiu o enfermo. Tudo isso consta no relatório do Exército publicado pelo Coe-Jornal de fevereiro de 80.

Deixo ao Conselho Regional de Medicina da Bahia o julgamento de Armino de Souza, que não é digno de continuar exercendo nossa humanitária profissão.

Adão Pereira Nunes — Cremerj — 52-02787-8
Rio de Janeiro, RJ

SARTRE

A liberdade para trair ...

... e a unidade dos oportunistas

Apesar do verniz "marxista" com que dissimulou, no pós-guerra, (quando não podia ignorar o prestígio da União Soviética na França e no mundo) suas verdadeiras concepções, Sartre jamais renegou na realidade o "existencialismo" e o seu conceito metafísico de liberdade, que, desligando o indivíduo de seus vínculos sociais e das responsabilidades que eles implicam, atribui-lhes até, em "O Muro", o direito de trair.

Basta recordar que, há poucos anos, numa entrevista, Sartre afirmou que, conquanto não gostasse de etiquetas, se tivesse que escolher entre a de "marxista" e a de "existencialista", preferiria a última.

E portanto obra de renegados do socialismo exaltar Sartre, pôr-se a afirmar, como Carlos Nelson Coutinho em Voz da Unidade (de 24 a 30 de abril), que apesar de seus equívocos, o essencial em Sartre é sua defesa da liberdade.

A missão do socialista, do verdadeiro, do revolucionário (e não dessa canalha que vem corrompendo impune, há mais de trinta anos, a consciência socialista, a pretexto de "atualizar" o marxismo) é pôr a nu, sem contemplações, a essência reacionária dessas e de outras concepções que hoje se difundem por aí entre os intelectuais como "alternativa" ao marxismo.

Denunciar o existencialismo é tão indispensável como foi em 1907 desmascarar o "empirio-criticismo", que é, como aquele, uma variedade de idealismo subjetivo. Porque é preciso primeiro separar para depois unir.

A canção da unidade que vem sendo entoada desde 1945, unidade com os oportunistas — e que uma vez

mais ressoa, agora no título de um jornal — unidade com sartreanos, traz à lembrança o velho e sempre novo Engels quando comparava a Internacional de uma certa época a um saco a que aderira "toda espécie de corja". E ajuntava "esses fanáticos da unidade são, ou espíritos tacanhos que querem aglomerar tudo e fazer disso uma massa informe, ou então pessoas que inconscientemente ou conscientemente querem falsear o movimento" (...). E acrescentava que "os maiores vozeadores e os maiores patifes reclamam em certos momentos com a maior violência a unidade".

No Brasil, a esta altura, os únicos que não estão dentro do saco em que se acotovelam juntos "marxistas" entre aspas e sartreanos sem aspas são aqueles que permanecem fiéis ao espírito do leninismo e que, sentindo o mau cheiro, se recusam a entrar no saco. Sim, porque, se vivo fosse, o autor de "Materialismo e Empirio-criticismo" teria respondido aos sartreanos disfarçados de marxistas como respondeu aos oportunistas do começo do século: "Sim, senhores! Sois livres não só para nos convidar como também para ir onde melhor vos aprouver, até para o pântano. Pensamos até que o vosso verdadeiro lugar é mesmo no pântano e estamos prontos, na medida das nossas forças, a ajudar-vos a transportar para lá as vossas casas. Mas então largai-nos a mão, não vos agarreis a nós e não mancheis a grande palavra liberdade, porque nós somos "livres" para ir para onde melhor nos parecer, livres para combater tanto o pântano como aqueles que para lá se dirigem".

Romualdo Margall
Capital, SP

APORTE O SEU CINTO, GOVERNO!

DO SOCIOLOGO OSIRO SILVEIRA
NÃO FILHOES LIVREAS DO PAÍS

CBA/SP

Os mortos e desaparecidos vítimas da repressão em anos passados

"Certas idéias são maiores do que os homens, mas certos homens são tão grandes quanto suas idéias".

No mês de abril

Sebastião Gomes da Silva, Severino Viana Colon, Alvimar Moreira de Barros, Denis Antonio Casemiro, Durbalino de Souza, Nestor Veras, Carmen Monteiro Jacomini, Ivan Rocha Aguiar, Jonas José Albuquerque, Barros, Antonio Carlos Silveira Alves, Jorge Aprigio de Paula, Ornelino Candido da Silva, Dorival Ferreira, Marlene Vilas Boas Pinto, Mario de Souza Prata, Joao Massena Melo, Luis Inácio Maranhão Filho, Affeu de Alcantara Monteiro, Ronaldo Mouth Queiroz, Devanir José de Carvalho, Isis Dias de Oliveira, Walter de Almeida, Ilda Santos Delgado, Milton Palmeiras de Castro, Edu Barreto Leite, Isis Dias de Oliveira, Walter de Almeida, Souza Ribeiro, Astrogildo Pascoal Viana, Bernardino Saraiva, José Idésio Brianesi, Jorge Alberto Basso, Roy Oswaldo Aguiar Pfitzenreuter, Dimas Antonio Casemiro, Joaquim Alencar de Seixas, Juarez Guimarães de Brito, Ana Rosa Kucinski Silva, Wilson Silva, David de Souza Meira, Joelson Crispim, Norberto Nehring, Ramundo Gonçalves Figueiredo, e Roberto Macarini.

No mês de maio

Maria Augusta Thomaz, Mario Beck Machado, Thomas Antonio de Silva Meirelles Neto, Merival Araújo, Beigson Gurjao Farias, Aluisio Palhano Pedreira Ferreira, Olavo Hansen, Alceri Maria Gomes da Silva, Antonio dos Reis Oliveira, Issami Nakamura Okano, Stuart Edgard Angel Jones, Edgard Aquino Duarte, Lourival Paulino, Itair José Veloso, Ivan Mota Dias, Padre Antonio Henrique Pereira Neto, Rui Frazao Soares, Grinaldo de Jesus da Silva, Mariano Joaquim da Silva, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, e Manuel Alves de Oliveira.

Faça como as grandes personalidades democráticas do nosso país:

ASSINE MOVIMENTO

☐ ASSINATURA ANUAL

Cr\$ 1.600,00 Exterior - US\$ 70

☐ ASSINATURA BIANUAL

Cr\$ 2.800,00 (Exterior US\$ 140)

Estou enviando o cheque nº _____, em nome de Edição S/A, Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Se a assinatura for feita na Europa, enviar para conta postal CCP 1778-46-S — M. Villaschi — Paris, FRANCE.

Nome _____

Idade _____

Endereço _____

Cidade _____

Estado _____

CEP _____

CORTA ESSA!

Palpito

Recuar Ofensivamente!

HILDEBRANDO LUSTROSO

Mais uma vez o regime tenta nos ludibriar criando condições que, aparentemente, justificariam nosso avanço. Trata-se de mais um engodo do regime: mostra-se fraco, cansado, sem iniciativas, quando na verdade não o está. O que eles querem é que avancemos para que tenham um alibi para fazer o processo político recuar.

Primeiro vamos provar que o regime está em recuo aparente e daí tirar consignas do que fazer. Vejamos: qual a razão do regime criar escândalos desnecessários como os da Vale, da maxidesvalorização, intervenção no ABC, de estimular uma inflação que chega a 90% nos últimos doze meses? É simples. O regime quer criar novas e perigosas bandeiras para a oposição avançar. Senão, vejamos: no começo do ano a oposição estava sem iniciativas, com o regime propondo anistia, fim do AI-5, fim da lei Falcão etc. Tendo saltado atrás das linhas inimigas o regime roubou nossas bandeiras, mas isso não é bom para o regime, que passa a não ter uma oposição consentida atuante. Por isso o general Golbery inventou um plano maquiavélico de revigorar a oposição, criando fatos que aparentemente justificariam o avanço, mas não devemos dançar segundo a música do Planalto. Devemos sabotar os planos do regime. Se ele

Hildebrando Lustroso, o popular Bolota, é sociólogo e está pesquisando o tema "Recessão e desemprego entre profissionais liberais". Enquanto a USP libera sua bolsa ele faz levantamento de campo para sua tese, colhendo dados e fazendo entrevistas com os frequentadores da sopa do Exército da Salvação, oportunidade na qual ele também fila uma bóia legal.

quer que avancemos, devemos recuar, recuar muito mais além do que o regime permite. Vamos ser audazes, destemidos e corajosos para desafiar o regime e recuar até o ponto em que ele não tenha uma oposição de fachada para se legitimar. Sim, pois o regime precisa de uma oposição de aparências para se legitimar no exterior. Não vamos cumprir esse papel. Vamos recuar mais ainda, sabotando os planos do Golbery.

Esse nosso procedimento vai criar um impasse terrível para o regime. Eles vão ficar desnorteados com nosso recuo. Vamos inclusive ficar numa posição tática vantajosa de poder atacar o regime pela retaguarda. Vamos combater as propostas de autogestão do PDS como esquerdismo irresponsável do Planalto. Vamos questionar, na prática, os avanços que o regime tem feito, não lhe dando oportunidades para que nos reprima.

Companheiros! Nossa tática deve ser a de desgaste. De tanto fingir que estão cansados, os artífices do regime vão acabar ficando cansados de verdade. Devemos fazer com que o inimigo venha em nosso encalço, nos nossos calcanhares, e nossa corrida de recuo tático deve ser cada vez mais rápida para trás. Devemos dar 20 passos atrás e nenhum para a frente, obrigando o regime a se desgastar nessa perseguição suicida. Devemos combater os esquerdistas que querem um recuo segundo os planos do regime. Devemos ser ousados para recuar bem além do que o regime permite!

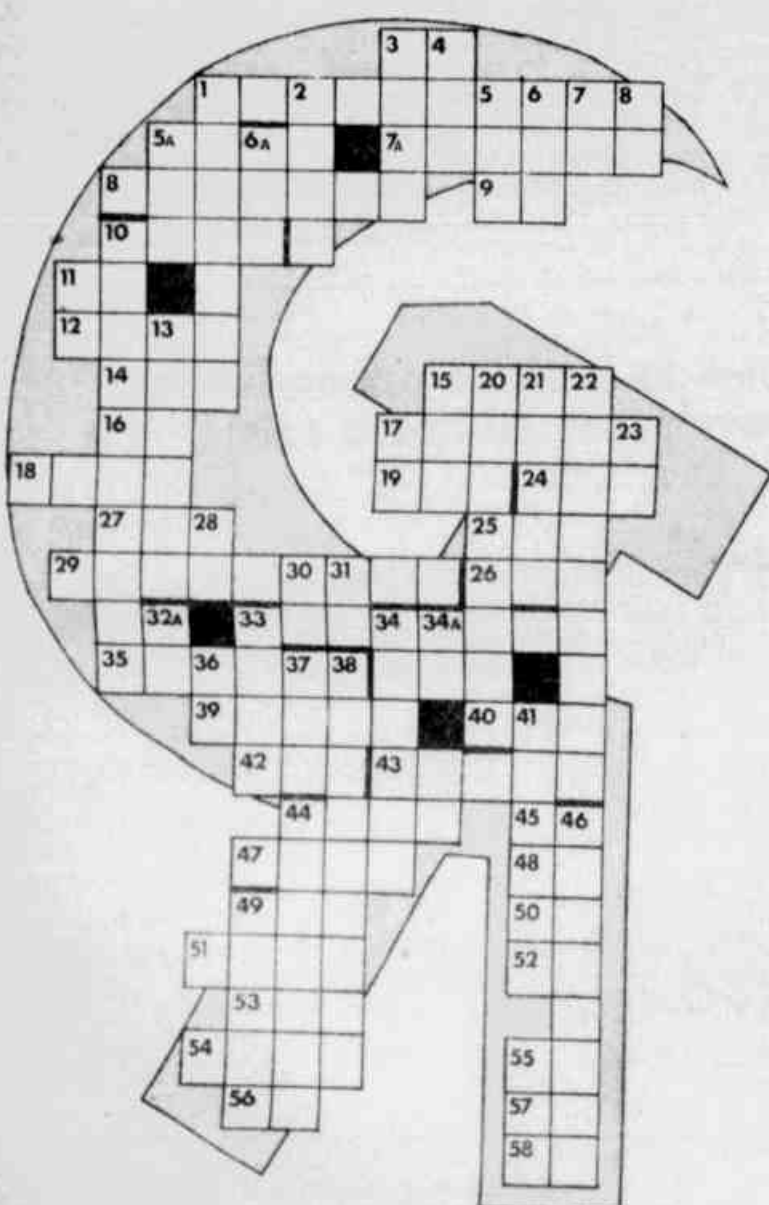
O regime não vai conseguir recuar com nossa rapidez e vai ficar desmoralizado se tentar nos acompanhar. É a hora do recuo ofensivo! Recuar, recuar, recuar, recuar, essa é a consigna! Companheiro, você não está prestando atenção no que eu digo, eu disse para **RECUAR! VAMOS RECUAR RAPIDAMENTE!**



MOVIMENTO

EDIÇÃO SEMANAL - 09 a 15/6/80

Cruzadas Comunistas



HORIZONTAIS

- 1) - Notório eurocomunista, secretário do PCI - 3) Mato Grosso - 5a) O realismo socialista foi a maior expressão da... - 7a) O que foi dedado por Kruschev e cometeu deslizes na construção do socialismo na URSS - 8) Cavaleiro da esperança - 9) Sociedade Anônima - 10) Nem ontem nem amanhã - 11) Latido - 12) Não caminhe - 14) 109 elétrons-volts - 15) Corifeu da filosofia da praxis, diria Gramsci na cadeia - 16) United Nations - 17) Profeta bíblico, parece que era pai de Salomão ou de Davi, não lembramos direito - 18) Situação na qual estão pessoas que perdem tempo fazendo palavras cruzadas - 19) Do verbo soar - 24) Portador do código genético - 25) Onde deveriam estar as figuras que habitam o Palácio do Planalto, se não tivessem de ir para a cadeia, no futuro - 27) Fábrica Nacional que não é mais nacional, vendida para a Alfa Romeo - 29) Secretário do PC rumeno - 26) Desligado, em inglês ou expressão designativa da fala de ministros e políticos mentirosos que não querem se responsabilizar por suas asneiras - 32) Pelado - 33) Novo secretário do PCB - 35) Secretário do PC polonês

- 39) Grande discípulo do grande corifeu da filosofia da práxis - 40) Sociedade Democrática Internacional (se não tem, alguém deveria fundar, catso - 42) Grana japonesa - 43) Aquele que vive implicado com as "sombrietas histriônicas" do camarada Brejnev e é secretário do PC albanês (Aliás PTA) - 44) General que aplastou os franceses em Dien Bien Phu - 45) Interjeição designativa de que algo vai dar errado - 47) John..., figura equivalente ao Tio Sam, só que para o imperialismo britânico - 48) Espécie de pão achocolatado - 49) Federação Estudantil Socialista, entidade que tem na Bolívia, Peru ou Ceilão, sei lá como que é direito, alguma coisa lá dos trotsquistas - 50) Antes de Cristo - 51) Entidade divina hindu de importância secundária - 52) Parte da palavra mágica que o Bill conseguia falar, nas cenas de suspense, antes de levar uma cacetada do bandido. Na cena seguinte ele conseguia se livrar da mordida e falava a palavra completa e virava Capitão Marvel - 53) ... Potresov, redator do Iskra - 54) Comitê que manda na Etiópia - 55) Amazonas - 56) Ali - 57) Aqui - 58) Assembléia Nacional.

VERTICAIS

- 1) Camarada mais poderoso do mundo - 2) Menor caminho entre dois pontos - 3) Mulher objeto da sociedade decadente burguesa que nunca passou da leitura do Pequeno Príncipe - 4) Argumento político muito eficaz para dissolver manifestações - 6) Mulher do Brucutu das histórias em quadrinhos - 7) Saudação - 8) Revolução Nacional - 5a) Anel - 6a) Lugar onde o Brizola perdeu o PTB - 10) Chinês que sucedeu a Mao - 11) Partido clandestino de origem meio pra católica - 13) Gazeta onde o Marx escrevia - 15) Grande Timoneiro - 20) Secretário do PC do B - 21) Secretário do PC de Liechtenstein - 22) Se atribui a posições extremadas de aversão ao estrangeiro - 23) Naquele lugar - 28) Dizem os bois - 30) Saudação - 31) Sozinho - 32a) Interjeição de espanto - 33) Rebanho de gado miúdo - 34) Secretário do PC português - 34a) Ou em inglês - 36) Artigo espanhol - 37) Letra do alfabeto - 38) Secretário do PC da Coreia - 41) Renegado iugoslavo - 44) Ex-secretário do Comércio e Indústria em Cuba - 46) Tio vietnamita - 49) Barbudo e de charuto - 55) Triplo A.